



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "C" AO Nº 87 SEXTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ata da 1ª Reunião, realizada em 1º de março de 2016..... 4

Ata da 2ª Reunião, realizada em 5 de abril de 2016 15

Ata da 3ª Reunião, realizada em 31 de maio de 2016..... 32

1.2 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

Ata da 8ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2015..... 54

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1 DE MARÇO DE 2016, NO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e quarenta e quatro minutos do dia primeiro de março de dois mil e dezesseis, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM, com a presença das Senadoras Fátima Bezerra, Regina Sousa e Vanessa Grazziotin; das Deputadas Conceição Sampaio, Laura Carneiro, Christiane de Souza Yared, Clarissa Garotinho, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Carmen Zanotto, Keiko Ota e Flávia Moraes; e do Deputado Jean Wyllys. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, e procede à apresentação do resumo das atividades da Comissão em 2015, com o lançamento da revista da CMCVM. Fazem uso da palavra as Deputadas Carmen Zanotto, Luizianne Lins e Keiko Ota, e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Fátima Bezerra e Regina Sousa. Registra-se a presença da Senhora Thayane da Silva Apóstolo Evangelista, Secretária-Geral Adjunta da Comissão da Mulher Advogada da OAB/DF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora SIMONE TEBET
Presidente**

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco/PMDB - MS) – Ao dar as boas-vindas às minhas colegas Deputadas e Senadoras, declaro que, havendo número legal e regimental, está aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher.

Esta é uma reunião inicial de muitas que teremos este ano, um ano de muito trabalho pela frente. Já vamos colocar algumas metas para este ano. Estaremos abertos para receber todas as sugestões das nossas colegas, mas esta reunião é, basicamente, para apresentarmos um balanço muito rápido, de não mais do que três minutos, das atividades do ano de 2015, para lembrarmos, Senadora Regina, o tanto que trabalhamos – até nós vamos nos surpreender com tantas atividades que realizamos –, para apresentação da revista, uma revista que acabou de sair da Comissão, que, na realidade, é um balanço das atividades de 2015 – todas as Senadoras e Deputadas estão com seus trabalhos em exposição na revista – e também para apreciação de requerimentos.

Quero, rapidamente, antes de passar a esse balanço de 2015, dizer que estamos aqui com a nossa Vice-Presidente, Deputada Keiko Ota, que a nossa Relatora, Deputada Luizianne, já está chegando e que acaba de chegar a nossa Procuradora do Senado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Então, rapidamente, os números que nos assustam e que nos movem no dia a dia e também nesta Comissão: o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo entre os 83 países pesquisados. Infelizmente, são 13 mulheres por dia. Na realidade, alguns falam em entre 11 e 13, mas, enfim, 13 mulheres foram assassinadas diariamente no ano de 2013, que foi o último ano de avaliação. Portanto, esses dados são anuais: 4.762 mulheres assassinadas em 2013. Outros números: 50% dos feminicídios são cometidos por familiares, sendo que 32,2% desses 50% são cometidos por parceiros ou ex-parceiros. As mulheres, que, infelizmente, são as maiores vítimas, têm idade entre 18 e 30 anos, que correspondem a quase 40% do total de homicídios.

Entre 2003 e 2013, houve um aumento no número de feminicídios de 8,8%. Onze mulheres foram assassinadas por dia. Foi por isso que eu disse que há uns dados que não...

E esta é uma questão, Deputada Carmen, que talvez nós tenhamos que trazer – eu vou colocar na meta de 2016 –, porque nos assusta a diferença das mulheres vítimas da violência assassinadas. No que se refere à cor, 55% são negras. O número de homicídios de mulheres brancas caiu 9% e o das mulheres negras aumentou 54%. Então, esse é um dado novo. Como eu disse, informação é poder. São dados que nos permitem sermos eficientes na Comissão, e, provavelmente, esse é um tema para o qual nós vamos ter que ter, mesmo que setorialmente, um olhar mais atento.

O índice de homicídios no Brasil varia de 5% a 8%; nos Estados Unidos, 65%.

Pode passar.

No que se refere à elucidação, investigação, chegando até à prisão do réu, no Brasil, até 8%, nos Estados Unidos passa de 50%.

Bom, a nossa Comissão foi instalada no dia 10 de março 2015. Foram 16 reuniões de trabalho e de audiências públicas e dois grandes eventos. Esses eventos foram os Seminários Mulher, Violência e Mídias Sociais

e o ato solene do dia 25 de novembro, que é o dia em que nós comemoramos o Dia do Combate à Violência contra a Mulher.

Foram quatro diligências. A de Canoas foi um requerimento da Deputada Luizianne Lins, com apoio da Deputada Maria do Carmo. Tivemos ainda a de Natal, presidida pela Senadora Fátima Bezerra; a de Fortaleza, presidida pela nossa Relatora Luizianne Lins, e a de Salvador, presidida pela Deputada Alice Portugal. Todas no segundo semestre.

Também lançamos o *blog*, em que todas as Deputadas e Senadoras podem apresentar e colocar os seus trabalhos, bastando entrar em contato com as assessoras aqui da Comissão. O endereço é www.mulheresnocongresso.com. É o Mulheres no Congresso – Viver sem Violência.

Bom, rapidamente, os temas das audiências.

Fizemos uma análise sobre a situação atual do enfrentamento à violência de gênero e implantação das Casas da Mulher Brasileira. No dia 14 de abril, por requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, nós tivemos uma audiência com a Ministra Eleonora para tratar desse assunto.

Avanços e dificuldades na implementação da Lei Maria da Penha, da Deputada Carmen Zanotto. Foi no dia 9 de junho. Foram apresentados alguns destaques, no que se refere à falta de recursos, e foi colocada a necessidade de concurso para contratar servidores que tenham afinidade com o tema.

O lançamento da pesquisa do DataSenado sobre a violência contra a mulher, com a presença do Presidente do Senado, Renan Calheiros, que nos prestigiou. Ali foram colocados vários dados, e um nos chama muito a atenção: uma em cada cinco mulheres no Brasil é vítima de violência.

Além disso, temas de audiências.

Houve o lançamento da cartilha *Lei Maria da Penha – Perguntas e Respostas*, elaborado pela Procuradoria da Mulher do Senado e da Câmara.

“Violência contra as mulheres policiais”. Este foi um requerimento da Deputada Keiko, nossa Vice-Presidente. Há aqui também alguns dados que nos chamam muito a atenção. No caso das corporações da polícia, o assédio é muito maior do que nas corporações privadas ou mesmo nos órgãos públicos de modo geral. Isso foi o que nós conseguimos constatar, entre outras coisas, nessa audiência.

“Vingança pornográfica: violência contra as mulheres na internet”, da Deputada Tia Eron, realizada em setembro, deixando muito claro que até 80% dos casos da violência contra a mulher são fruto de vingança de ex-namorado e atingem muito a mulher mais jovem.

Uma reunião especial pelo Outubro Rosa, “Reconstrução mamária, um direito que não pode ser violado”, da Deputada Moema Gramacho, aconteceu em outubro.

“Estupro nas universidades” também foi outro tema nosso debatido aqui em audiência pública, por solicitação da Deputada Luizianne Lins. E vários dados nos assustaram, mostrando principalmente que, em universidades famosas no Brasil, o índice de abuso e de violência contra a mulher cresceu vertiginosamente.

“Medidas protetivas: botão do pânico e tornozelo eletrônico”, também da Deputada Carmen Zanotto. E a informação que nós tivemos dessa audiência é que, em 15 Estados, nós já temos o botão do pânico; a tornozelo, em 3 Estados; nós temos 79 casas de abrigo no Brasil. Esses dados foram levantados nessa audiência.

Por fim, uma programação especial: nós tivemos, no mês de novembro, os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. E, entre outros tantos eventos nesse mês, tivemos um que é também outro dado importante de nós divulgarmos até para trazermos mais Parlamentares para a nossa causa: “Quanto custa o machismo? O impacto econômico da violência contra a mulher.” Inclusive, há estudos aqui que mostram que o impacto passa de 1% do PIB. É o custo que nós temos em relação a essa violência contra a mulher.

No dia 25, tivemos o ato solene do Congresso, comemorando o Dia Internacional, no Salão Nobre da Câmara também, com a presença de muitas autoridades, e o seminário “Mulheres, violência e mídias sociais”, que aconteceu no auditório da Interlegis, em parceria, nesse caso também, com a Procuradoria da Mulher.

Aliás, a Procuradoria da Mulher, não só a do Senado, como a da Câmara, sempre muito atuante e parceira dos nossos trabalhos.

Ao encerrar o relatório, dentro de tudo que nós conseguimos resumir daquilo que foi colocado ano passado, eu gostaria de deixar aqui cinco eu não diria bandeiras, mas cinco metas para 2016 – são metas da Mesa; falo em meu nome, em nome da Deputada Keiko, que é a nossa Vice, e da nossa Relatora – e de abrir esse leque para que outras Deputadas e Senadoras, já na próxima reunião da Comissão, possam apresentar mais sugestões.

Primeiro: a criação de banco de dados para unificar informações sobre a violência contra a mulher. O que nós percebemos com tudo o que vivenciamos anos passado, Senadora Regina? Que é fundamental a informação. Sem ela, nós estamos enxugando gelo. Muitas vezes, estamos indo para uma direção, quando há outro caminho mais curto ou há outras mãos necessitando de mais ajuda. Dou o exemplo aqui da informação

que passei em relação às mulheres negras. Isso nós só conseguimos como fruto de pesquisas, de informações, de dados que nos foram passados.

A criação de um banco de dados único, é importante dizer, já está na Lei Maria da Penha. É uma das únicas políticas públicas que nós não conseguimos efetivar da lei. A Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal, não tem uma estrutura ainda adequada para isso, para compilar esses dados. O Poder Judiciário já tentou. Lembro que a Senadora Vanessa uma vez me convidou para ir falar com a Ministra Cármen Lúcia. Ela tentou fazer essa unificação, mas o foro competente não é o Poder Judiciário. O que nós pensamos? Em trazer para cá.

Eu a apresentei ao Presidente Renan e estou aguardando sua análise. Não posso trazer em nome da Comissão – dizem que a Comissão não pode apresentar projeto – dois projetos modificando o Regimento Interno e regulamento do Senado, criando o Observatório da Mulher contra a Violência no Senado Federal, que seria do Congresso.

O que seria esse observatório? Ele estaria dentro do instituto que criaríamos... Transformaríamos o Data-Senado, que faz pesquisas para nós, no Instituto DataSenado, e esse instituto, com a estrutura que nós já temos, recolheria e unificaria todo o banco de dados. Por quê? No que se refere à prevenção, nós temos o banco de dados de uma determinada secretaria; na assistência, são as secretarias de assistências sociais dos Estados; no que se refere à repressão, à punição, etc., nós temos um banco de dados da Secretaria de Segurança Pública, Ministério da Justiça e daí por diante, mas nós não temos condições de compilar esses dados e, a partir daí, avançar.

Foi uma ideia que nós tivemos aqui, da Mesa, fruto da colaboração de todas as Deputadas e Senadoras, por tudo que elas falaram. Nós agora a apresentamos ao Presidente da Casa e estamos aguardando um posicionamento para que possamos avançar nessa questão.

O segundo item, que também foi fruto das informações, é igualdade salarial entre homens e mulheres.

Calcula-se – é apenas uma pesquisa da Global Institute – que deixem de ser agregados, no mundo – dados de 2015 –, US\$12 trilhões no mercado, na economia mundial, fruto dessa desigualdade, que não é só do Brasil.

No caso do Brasil, nos últimos dez anos, nós perdemos – portanto, deixou de aumentar o PIB brasileiro, deixamos de fazer com que a máquina econômica pudesse girar – algo em torno de R\$410 bilhões.

Outro item que está muito atrelado à questão salarial – é uma das nossas metas – é o estímulo à educação e capacitação da mulher. A educação é tudo, e nós sabemos que a mulher menos qualificada não só ganha menores salários, mas a pesquisa que nós tivemos demonstra que a maioria dos casos de estupro, de violência contra a mulher, ocorre com as mulheres de mais baixa renda, com menor educação, nível escolar. Por quê? Não é que aconteça mais com elas, mas é mais constante, mais repetitivo com elas, porque elas não conseguem romper esse ciclo de violência. A mulher mais instruída, mais letrada, que têm nível superior e que tem melhores salários consegue sair de casa mais rapidamente porque sabe para onde vai levar seus filhos.

Por fim, mais duas metas: a atenção especial para combate à discriminação racial contra as mulheres no quesito da violência, que eu havia já abordado, e a ampliação da participação das mulheres na política, o empoderamento da mulher. Sabemos que estamos com um projeto aprovado no Senado, mas ele está na Câmara, e as Senadoras estão dispostas a cerrar fileiras junto às Deputadas para pedir que o Presidente da Câmara possa colocar em votação o mais rapidamente possível.

Esse é o balanço e algumas metas que foram apresentadas.

Antes de passar a palavra às Deputadas e às Senadoras, pergunto se posso passar primeiro a elas.

Então, diante desses dados e das metas, Senadora Fátima Bezerra, algumas sugestões que nós apresentamos, cinco, baseadas em todas as pesquisas e dados e fruto do balanço e do trabalho que nós tivemos o ano passado, nós elencamos pelo menos cinco, e a Procuradoria da Mulher nos auxiliou nessas informações.

Uma é de unificação dos bancos de dados, para termos informação para podermos agir. A segunda é de um foco mais especial no que se refere à igualdade salarial entre homens e mulheres. A terceira é de estímulo à educação e capacitação das mulheres, para que ela possa romper o mais rápido possível os ciclos de violência. A quarta é de uma atenção especial às mulheres negras, porque elas sofrem mais violência que as mulheres brancas. O número de violência contra a mulher branca caiu 9,8% e aumentou em mais de 50% em relação às mulheres negras. E a nossa luta, que já passou no Senado, pelo menos a primeira etapa, e hoje está na Câmara, é em relação à questão da ampliação da participação das mulheres na política.

Diante desse balanço e das primeiras metas apresentadas, eu passo a palavra, pela ordem de inscrição, à Deputada Carmen Zanotto.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Srª Presidente, é muito bom estarmos retomando os trabalhos da nossa Comissão, em especial neste mês de março, mês em que a gente intensifica um pouco mais a pauta das mulheres.

E esta nossa Comissão Permanente de Combate à Violência contra a Mulher, além de nos manter atualizadas com os dados, mantém esta pauta que ainda nos é muito cara em função da dificuldade de mudança de comportamento do coletivo da nossa sociedade em relação ao olhar da mulher.

Quero dizer que concordo com as propostas, quero parabenizar pela nossa revista, que mostra toda a produção do nosso primeiro ano desta Comissão, uma Comissão que é muito jovem, fruto da indicação da nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher e dizer que torço para que nós possamos, ainda neste ano de 2016, avançar muito mais.

Eu quero, Sr^a Presidente, de maneira muito especial, fazer um pedido: eu tenho demandado, através da Secretaria da Mulher da Câmara, uma agenda com o Itamaraty em função das denúncias de assédio dentro do Itamaraty, nas embaixadas mundo afora. Eu já fiz um pedido de informação no ano passado, não recebi resposta a esse pedido, mas é uma pauta que nós precisamos enfrentar, e nós precisamos dessa agenda. Talvez, se nós fortalecêssemos o pedido através da nossa Comissão Mista, pudéssemos ter uma resposta mais imediata. Por quê? Porque, se, dentro de instituições como as embaixadas brasileiras, onde, teoricamente, nós temos um coletivo de homens com mais informação, mais orientação, nós permitirmos esse tipo de discriminação com as mulheres, como é que nós vamos enfrentar essa questão em outros espaços de trabalho?

Então, não dá para nós permitirmos que isso continue acontecendo e não dá para nós ficarmos sem resposta ao pedido de informação e também, em especial, sem esta audiência, porque, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputadas e Senadoras, é sentando e conversando, mostrando os dados das denúncias que nós temos, que o Itamaraty poderá dar a esta Comissão e ao coletivo de mulheres das duas Casas as respostas de que nós precisamos.

E nós precisamos cobrar deles a apuração dos fatos, porque as violências que podem estar acontecendo nesses espaços vão desde a discriminação profissional de dois diplomatas. Se o diplomata é homem ou mulher, a designação do diplomata mulher é, inclusive, para serviços, vamos dizer assim, menos significantes ou menos importantes, além de casos, que acompanhamos, de relatos pedindo que as diplomatas não participem de algumas reuniões quando há mais pessoas presentes, em especial a participação das esposas dos diplomatas, para ser mais clara aqui, porque nós precisamos ter transparência naquilo que colocamos.

Eu gostaria muito que isso não fosse verdade, Sr^a Senadora, mas nós não podemos nos furtar de acompanhar esse tema. Então, peço, encarecidamente, que a nossa Comissão aprove hoje – não tenho nenhum requerimento aqui – um pedido de audiência, para que nós possamos, efetivamente, ser recebidos pelo Itamaraty, para que nos respondam quanto a isso.

Por último, Sr^a Presidente, eu preciso pedir licença, porque nós temos dois temas importantes agora no Colégio de Líderes. Um deles é a proposta da criação de uma comissão permanente das mulheres da Câmara. Um conjunto de Parlamentares tem o entendimento de que a instalação dessa comissão permanente não enfraquecerá, em hipótese alguma, a Secretaria da Mulher da Câmara e também esta nossa Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que é uma comissão nova, jovem, e nós precisamos...

Desculpe-me, Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco/PMDB - MS) – Se V. Ex^a puder repetir, Deputada Carmen, porque eu acho que essa é uma questão importante e nós precisamos avançar nessa questão. Eu gostaria que V. Ex^a repetisse para que a nossa Procuradora do Senado tomasse conhecimento também.

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Perfeito.

Um dos itens presentes na pauta de agora do Colégio de Líderes é o da criação da Comissão Permanente da Mulher na Câmara. Nós já temos debatido esse tema no colegiado das Deputadas, mas nós temos a preocupação de que a criação dessa comissão permanente não enfraqueça esta nossa Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que é uma comissão jovem, que completou só o primeiro ano de atividade. Então, nós precisamos manter esta Comissão, e a criação da outra não pode enfraquecer nem esta Comissão, nem o papel da Secretaria da Mulher, porque são momentos que a gente está vencendo aqui na Casa para a defesa da mulher.

Eu também gostaria de acrescentar, antes de sair, Sr^a Presidente, que aprendi, em uma das audiências públicas e numa comissão especial da questão de igualdade racial, a questão do racismo institucional. Esse conjunto de mulheres negras que morrem de violência também sofrem uma coisa chamada racismo institucional, algo de que, eu, na condição de enfermeira, nunca ouvi falar na minha universidade, de que nunca falei para os meus alunos e de que, como gestora, nunca tratei por absoluto desconhecimento. Não é porque o Estado de Santa Catarina seja um Estado que tem maior número de mulheres brancas que a gente não tenha mulheres negras que possam estar sofrendo racismo institucional, inclusive no momento do seu parto.

A mortalidade materna nas mulheres negras ser muito maior do que nas mulheres brancas também é fruto de um olhar diferenciado, de um olhar de que você pode continuar esperando, que não está no momen-

to do parto. Isso é violência. Então, vou propor uma audiência pública aqui, na nossa Comissão, com os profissionais para a gente ter essa pauta no coletivo das nossas pautas, porque não se trata só daquela violência física, psicológica, domiciliar, pois existe a violência institucional, em especial com as nossas mulheres negras.

Então, peço licença e deixo essa demanda do Itamaraty que considero fundamental para que a gente possa, repito, tomar aqui se nada disso fosse verdade. Mas, sendo, a gente precisa que o Itamaraty nos dê todas as respostas necessárias, porque nós não podemos permitir isso com nenhum tipo de mulher, nem com as mulheres diplomatas.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco/PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Carmen, por suas colaborações.

Respondendo em relação ao requerimento ou pedido de informações ao Itamaraty, infelizmente, não temos quórum para deliberar, mas podemos já apresentar na próxima semana.

Eu posso fazer um ofício como Presidente falando em meu nome e não no da Comissão, mas, além disso, gostaria de fazer uma sugestão porque acho que o assunto é sério, não porque seja, talvez, diferente do que acontece em outras instituições ou órgãos públicos no Brasil. Talvez aconteça mais em alguns lugares e menos em outros, como acabamos de falar. No que se refere às mulheres policiais, talvez o percentual de assédio, de violência ou de discriminação, seja de que forma for, seja maior, mas, de um modo geral, não podemos tapar o sol com a peneira, porque sabemos que isso existe em todos os órgãos públicos e também em corporações privadas.

Acho importante – apenas uma sugestão – que V. Exª faça um requerimento também. Vamos aprovar esse requerimento, se esse for o entendimento das demais colegas, porque, a partir daqui, esse pode ser um ponto de início e não de chegada, essa pode ser a abertura de uma porta para que outras questões venham à luz e para que possamos fazer dessa questão do Itamaraty um ponto de partida para o nosso trabalho no que se refere a esse tipo de violência contra a mulher profissional nos órgãos públicos.

Em relação à comissão permanente na Câmara, tenho certeza de que o bom senso vai imperar no meio dos Parlamentares. Se houver necessidade, posso estar presente como Presidente da Comissão. Acredito que a Senadora Vanessa vai falar por si, mas também estará atenta a esse assunto. Então, nós estaremos à disposição para chegarmos a um consenso, até porque, no ano que vem – é importante lembrar às Deputadas –, a Presidência desta Comissão será, por dois anos seguidos, de uma Deputada. Esses três ou quatro órgãos ou instituições trabalhando dentro da Câmara em relação ao mesmo assunto, em vez de fortalecer, vai dividir e vai atrapalhar os trabalhos.

De qualquer forma, agradeço e passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Srª Presidente, a quem quero cumprimentar, assim como a nossa Vice-Presidente, Deputada Keiko, e a Deputada Luizianne.

Primeiro, quero destacar o trabalho que tem tido esta Comissão, a importância desse trabalho que V. Exª, a nossa Vice-Presidente e a Relatora conseguiram expressar nessa revista, que, apesar de bela, trata de um tema que é muito caro para nós, que é a violência, que precisa ser combatida no dia a dia. Senadora Simone, creio que o lançamento dessa revista do primeiro ano de trabalho desta Comissão mostra que a Comissão veio para ficar e que a Comissão é importante, muito importante, porque coloca como foco principal o debate sobre a violência que a mulher sofre todos os dias, que é crescente.

Essa era uma das maiores preocupações da CPI, porque, quando temos uma CPI em funcionamento, da Câmara, do Senado ou mista, aquele tema fica muito evidente, fica em foco, se apresenta num foco importante. Quando a CPI acaba, geralmente, a tendência é que o tema seja esquecido, pelo menos temporariamente. Por isso, a decisão acertada da CPI de sugerir a formação desta Comissão.

Quero cumprimentar, claro, todas as nossas companheiras e companheiros que participam desta Comissão, mas sobretudo essas três mulheres que estão à Mesa, que conduziram de uma forma tão importante, significativa e ampla todos os trabalhos da Comissão.

Creio que, neste ano de 2016, teremos a continuidade dos trabalhos iniciados no ano de 2015, porque vários Estados já debateram a violência. V. Exª mesmo, quando relatava um pouco do que está aqui, mostrava isto, mas ainda temos que ir a muitos outros Estados.

Estamos, Senadora Regina, buscando a construção de uma agenda comum entre a Secretaria das Mulheres da Câmara, a Procuradoria e a Comissão. Quando, por exemplo, formos lançar a campanha Mais Mulheres na Política, que aproveitemos e já façamos uma audiência pública desta Comissão para tratar da violência. Acho que, mais do que nunca, temos que aproximar o tema do empoderamento do tema do combate à violência, porque um está diretamente ligado ao outro.

Por que é crescente a violência contra a mulher no Brasil? São duas tabelas em que a nossa posição é diametralmente contrária. Numa tabela, que é a do empoderamento, estamos lá embaixo. Na outra tabela, no outro mapa, no outro gráfico, que é o da violência, o Brasil está lá em cima. E é óbvio que há esse diálogo dire-

to, porque, quanto menor for o poder dado à mulher, mais crescente e maior será a violência, porque a mulher não é tratada com o respeito com que deveria ser tratada, ainda é vista por parte importante da sociedade como ser inferior.

Quero cumprimentar, com estas palavras, a direção da nossa Comissão e dizer que este evento de hoje já faz parte da nossa agenda, que foi muito debatida.

Iniciamos o mês de março com a inauguração de uma exposição belíssima, Mulheres de Ouro, que retrata servidoras do Senado, uma exposição feita pela Comissão Pró-Equidade, uma comissão do Senado dirigida por servidoras, e agora temos o lançamento dessa revista.

Logo mais, estaremos com o Presidente Renan...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco/PMDB - MS) – Desculpa, Senadora.

Aproveito para dizer que vamos roubar um pouquinho do seu tempo junto ao Presidente Renan... Temos uma pauta em conjunto lá e vamos aproveitar para entregar em mãos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Não é roubar, não. Acho que começamos entregando a revista e, na sequência, apresentamos a relação dos projetos que consideramos prioritários.

Já estamos mais ou menos com uma lista fechada, mas ainda não com relação à Câmara, porque existem alguns projetos que vieram da Câmara e estão aqui. Um já está na lista, mas estamos atrás de outros, porque o ideal seria aprovar alguns projetos que pudessem ser sancionados, porque projetos que aprovamos aqui ainda vão para a Câmara dos Deputados, assim como os de lá ainda vêm para cá.

Quero fazer aqui um pleito em nome da Senadora Fátima, porque um dos projetos que estão na Câmara é o que faz o empoderamento da mulher nos esportes. Seria importante que... Neste ano de 2016, o nosso lema foi exatamente esse, do mês da mulher, do ano da mulher, e com mulheres esportistas, porque teremos as Olimpíadas no Brasil, o que não é qualquer coisa, é algo muito importante e fundamental.

Enfim, a preocupação da Deputada Carmen Zanotto é também a da Senadora Simone e é a minha preocupação. Acho que o nosso grande desafio aqui, independentemente da quantidade de instrumentos de que disponibilizamos, é levar uma luta única, unificada.

No dia 8, nós teremos, para além do Bertha Lutz, que é a entrega da premiação, na sequência, o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos da Mulher. É importante que todas nós estejamos envolvidas para não deixar que seja mais um órgão que vai trabalhar fora. Eu acho que é preciso agregar os esforços da Comissão da Violência, da Secretaria na Câmara, da Procuradoria aqui e dessa comissão que já citei.

Eu não sei se essa nova comissão que a Câmara deverá criar será viabilizada, mas, se ela o for, eu acho que o nosso desafio é tentar fazer agendas comuns. Em vez de ser só a reunião da comissão mista, vamos chamar a comissão, caso seja criada, para fazermos juntos, para não deixarmos que as nossas forças, que não são tão fortes assim, nem tão poderosas, se dispersem. Acho que o segredo da nossa vitória até agora tem sido este: a unidade na luta.

O Presidente Renan se reuniu com todos os blocos, com todos os partidos...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Faltou se reunir conosco.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Falta se reunir com vocês.

Nós vamos nos reunir com ele. Esse Bloco da Bancada Feminina é suprapartidário, transcende os partidos políticos, porque tem como prioridade levar a bandeira e a luta pela igualdade de gênero.

Eu cumprimento V. Exª.

Seria importante se as Deputadas puderem nos acompanhar daqui a pouco, porque entregaremos a revista e a nossa pauta prioritária.

Muito obrigada, Senadora Simone.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco/PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Antes de passar a palavra à Senadora Fátima, eu quero parabenizar a Senadora Vanessa pelo belíssimo trabalho que faz na Procuradoria da Mulher do Senado e no trabalho conjunto. Se não fosse o apoio da Procuradoria da Mulher, a Comissão não teria avançado como avançou. Mas nós somos a irmã mais nova, a caçula da Procuradoria...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – As duas são muito caçulas aqui, no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco/PMDB - MS) – ... e tivemos que nos espelhar e nos apoiar na experiência sua e de toda a sua equipe. Então, nós agradecemos a V. Exª e a parabenizamos pela programação do mês da mulher, que já tivemos oportunidade de ver.

Reforço aqui que não teremos a reunião aqui no dia 8, mas teremos, entre outros eventos, a entrega do Prêmio Bertha Lutz, que é, sem dúvida nenhuma, um momento muito especial aqui, no Senado, quando nós homenageamos agora mulheres e homens que defendem essa causa.

Com a palavra a Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Senadora Simone, Deputada Luizianne, Deputada Keiko, também me associo à Senadora Vanessa e saúdo a Comissão pelo importante trabalho que fez ao longo de 2015, nesse desafio cotidiano de avançar no combate à questão da violência contra as mulheres.

O relatório que a Senadora Simone apresentou mostra muito bem o papel e a importância da Comissão. A revista ora lançada, de boa qualidade, e o relatório apresentado aqui mostram a necessidade de esta Comissão continuar com o seu trabalho.

Em boa hora, vocês aqui sugerem, no que diz respeito ao ano de 2016, continuar com o foco sobre a questão da violência contra as mulheres, dando destaque para a questão dos dados, dando destaque para a questão do tema da isonomia salarial entre homens e mulheres, dando destaque para outro tema muito oportuno, que é a questão da educação, da capacitação, bem como trazendo, para o foco de 2016, a questão da igualdade racial e, como não poderia deixar de ser, Senadora Vanessa e Senadora Regina, o tema do empoderamento da mulher na política.

Essa agenda que vocês apresentam para o ano de 2016 casa exatamente com as nossas principais bandeiras para o ano de 2016, tendo como referência o dia 8 de março, que é a questão da violência e que é a questão do empoderamento da mulher na política, porque esses dois temas têm que ser preocupação nossa diariamente. Portanto, devemos avançar nesse trabalho.

Por fim, tivemos, no ano passado – inclusive, a revista traz um relato sobre isto, Deputada Luizianne –, uma audiência em Natal, que foi oportuna, que foi necessária. Inclusive, Senadora Simone, estou sendo cobrada por alguns encaminhamentos que foram tirados naquela audiência pública, aos quais temos que dar continuidade.

A despeito da nossa correria aqui dentro, pois são muitas comissões, fico feliz de ver a Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher, formada pelas Deputadas e pelas Senadoras, cumprindo seu papel com seriedade, com dedicação. Todas nós nos esforçamos ao máximo para representar com dignidade o povo do nosso Estado, em especial, Senadora Vanessa, as mulheres.

Faço um apelo às Deputadas Keiko e Luizianne para que vejam se não há como inserir na pauta de votação desta semana um projeto de lei de minha autoria e também de autoria da Senadora Vanessa. É um projeto simples, mas de uma simbologia muito importante. Pelo fato de este ano ser o ano das Olimpíadas, nós propusemos e foi aprovado aqui que 2016 seja o ano dedicado à mulher no esporte e na política. Se isso for aprovado esta semana, a Presidenta Dilma já poderia sancioná-lo na semana que vem.

Ao mesmo tempo, peço a vocês que reforcem a gestão junto à Presidenta Dilma – ainda ontem eu estive na Casa Civil – para que ela sancione, na semana que vem, Senadora Simone, a lei, relatada por mim aqui, no Senado, que trata de instituir o Marco Legal da Primeira Infância. Essa lei tem tudo a ver com homens e mulheres, mas é claro que tem muito mais ainda a ver com o papel e com o cotidiano das mulheres. Aliás, no decorrer deste ano, vou apresentar um requerimento para que a gente possa fazer uma audiência pública aqui para pensar a regulamentação dessa lei.

Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco/PT - RN) – Obrigada, Senadora Fátima.

Concordo com V. Exª que o empoderamento da mulher tem tudo a ver com o combate à violência contra ela. Quanto mais poder temos, maior é a nossa força para combater essa mancha que denigre a história da humanidade.

Antes de passar a palavra à Senadora Regina, quero dizer que, enquanto V. Exª estava falando, eu me lembrei do Oscar. Todos esperavam para ver para quem iria o Oscar de melhor filme, de melhor ator e tudo mais quando fomos surpreendidos por um documentário, um curta-metragem. Ganhou uma mulher, uma cineasta, que, por estar empoderada, por ter chegado à posição que chegou, fez um documentário sobre o seu país, o Paquistão, tratando do tema do feminicídio. O documentário *“A Girl in the River”* trata do feminicídio praticado pelo pai. O pai, para lavar a honra, joga sua filha, dada, a princípio, como morta, no rio. Ela sobrevive e ainda é obrigada a perdoar o pai na Justiça. Eu não falaria isto se não me chamasse a atenção o que ela falou no final, nossa querida relatora. Ela disse que o Primeiro-Ministro paquistanês – não sei o nome dele –, sensibilizado com o documentário, se comprometeu a mudar a lei no Paquistão. Então, vejam que exemplo! Nossa luta é, muitas vezes, difícil, os números vão nos assustando, diminui a violência contra a mulher branca, mas aumenta a violência contra a mulher negra, e achamos que enxugamos gelo e que ficamos patinando, mas há avanços, sim, e eles precisam ser mostrados.

A Academia, infelizmente, dura e justamente criticada por não ter, pela segunda vez seguida, indicado um negro para concorrer, para pelo menos concorrer, pelo menos teve essa capacidade de chamar a Lady Gaga para cantar um tema relacionado à mulher. A canção *Till It Happens to You*, que quer dizer “até que aconteça com você”, diz: não fale comigo de se conformar, de erguer a cabeça, porque você não sabe o que significa isso. Basicamente, é a letra da música, que também foi aplaudida de pé, demonstrando que esse é um assunto que

está ganhando força e espaço em todos os ambientes, não só no ambiente daqueles, como nós, que têm por obrigação fazer política pública, no caso, voltada para as mulheres.

Desculpem-me por ter me alongado, mas passo a palavra à Senadora Regina Souza.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Senadora Regina, 30 segundinhos.

Nossa saudação à nossa Presidente, Senadora Simone, quero estender aqui à Deputada Keiko, Vice-Presidente, e também, de uma forma especial, à Deputada Luizianne, devido a uma função importante que ela tem desempenhado, que é o papel de Relatora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Boa tarde!

Quero cumprimentar essas três bravas mulheres da Mesa e parabenizá-las pelo resultado, pelo relatório. Às vezes pensamos que não fizemos nada, mas vemos um resultado muito importante aqui.

Eu também queria dizer que fui Relatora, na Comissão de Direitos Humanos, da política pública da violência contra a mulher, e apresentei um relatório, um vasto relatório. Houve a sugestão da Senadora Simone de que o trabalho virasse uma publicação. A Comissão de Direitos Humanos ficou de fazer a publicação, mas ela ainda não saiu. Vou cobrar porque poderia ser mais um documento. Ele apresenta como resultado dois projetos de lei, sendo que um deles trata da reeducação do agressor.

A gente fez audiência pública com várias experiências exitosas. Então, a gente quer que vire lei a questão da reeducação. Em 400 agressores, reincidência zero. A gente pensa só na prisão, mas não pensa que essa pessoa vai sair da prisão e vai voltar a ser agressora. Então, tem que ter um processo também de reeducação do agressor. Então, estou apresentando, no relatório, um projeto nesse sentido.

Quero dizer também que há um tema para o qual a gente precisa voltar o olhar da Comissão: a questão dos processos em si. Vai até a Lei Maria da Penha e prende, mas os inquéritos não andam. Há um caso, no Piauí, que escolhi como símbolo, em que a moça já foi assassinada há quatro anos e todo mundo sabe quem é o assassino, mas o inquérito nunca fechou. Para ir à Justiça, tem que fechar o inquérito policial. Quer dizer, há um desinteresse total. Todos sabem que o assassino é o genro, que achou que a sogra foi a responsável pela sua separação. Ele a matou no trabalho, no local de trabalho. Foi lá e atirou. E está lá! Então, quer dizer, nem o inquérito foi fechado. Acho que a gente precisa se debruçar sobre esse tema.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco/PMDB - MS) – O inquérito avançou?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Não, não avançou, porque não há resultado para encaminhar à Justiça, mas, também, quando chega à Justiça, os processos demoram muito. A gente precisa fazer esse acompanhamento. Cada Estado poderia fazer o levantamento dos processos no seu Estado, tanto de inquéritos na polícia como de processos na Justiça.

Sendo assim, acho que é um tema que a gente poderia incorporar para fazer esse trabalho.

Por último, quero dizer que uma experiência exitosa do Piauí – a gente vai mostrá-la na audiência pública – é a Lei Maria da Penha nas Escolas. É uma experiência muito boa e que tem um resultado concreto, que é a redação do Enem. Os alunos e as alunas das escolas públicas se saíram muito bem no tema. Foram centenas de meninos e meninas de escolas públicas que tiraram acima de 800 pontos. Uma conseguiu mil pontos na redação. E a gente credita a esse projeto da Secretaria de Educação com o Ministério Público, à Lei Maria da Penha nas Escolas. É um projeto exitoso que a gente vai mostrar na audiência pública do dia 8, aqui. Uma pessoa vem aqui para mostrar. Tem a Lei Maria da Penha em cordel, tem muita coisa interessante que eles estão fazendo e que vale a pena ver.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco/PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Regina.

Bem-vinda, Deputada Cris.

Eu sou testemunha do trabalho de V. Exª, Senadora Regina, na Comissão de Direitos Humanos. V. Exª foi muito bem designada pelo Senador Paim, nosso Presidente, para fazer o relatório da política pública da violência contra a mulher, que foi o tema escolhido este ano na Comissão.

Eu tive oportunidade de dizer a V. Exª e quero repetir aqui que eu participo de várias comissões e vi o relatório de todos os Senadores e Senadoras em relação ao tema escolhido dentro da sua Comissão. Nenhum foi tão detalhado, tão detalhista, tão completo, nenhum apresentou uma gama de informações tão valiosas quanto o relatório de V. Exª. Eu tive oportunidade de dizer isto a V. Exª e estou repetindo aqui, sem demérito aos demais colegas. Realmente, foi um trabalho muito bem feito.

Eu até faço uma sugestão. Não dá, é claro, para fazer aquela exposição aqui, mas, se V. Exª desejar, sintase à vontade para assumir a Presidência por um tempo, na próxima reunião ou na outra, para, rapidamente, em uns cinco ou dez minutos, apresentar aquilo que foi colocado no seu relatório, porque eu acho que vale a pena.

Com a palavra a nossa Relatora Luizianne Lins.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Boa tarde a todas e a todos!

É uma alegria retomarmos os trabalhos desta Comissão agora em 2016. Acho que o que foi relatado na revista é um pouco do que nós vivemos aqui com ajuda das nossas assessoras, que são meninas extremamente – digo meninas no bom sentido, porque são jovens – dinâmicas e comprometidas.

Então, quero agradecer a cada uma de vocês, à nossa Presidente e à Keiko, pelo empenho.

Eu queria dizer uma coisa interessante que eu comentava aqui com a Presidente: esta Comissão acabou sendo desaguadouro de grandes debates sobre a condição feminina, a condição da mulher, na Câmara e no Senado. Ela teve uma vida própria bastante interessante, a partir do compromisso de diversas Deputadas e Senadoras, que acabaram trazendo para cá debates vinculados diretamente à violência física, mas também debates que têm como pano de fundo a violência simbólica, a violência praticada do ponto de vista das relações trabalho e uma série de outras questões de que a Comissão virou certa referência.

Eu queria destacar também que essas diligências que foram feitas... Vou tratar especificamente da de Canoas, que vai constar do relatório, que me deixou extremamente feliz. A Deputada Maria do Rosário, que me acompanhou na ocasião, relatou que a gente foi para lá devido a uma jovem chamada Gisele Santos, uma menina de 22 anos de idade, que teve os pés e as mãos decepadas pelo ex-companheiro. Já contei essa história aqui.

A história é muito brutal. Ela conseguiu sobreviver após levar muitas facadas. Conseguiram fazer o transplante das pernas, mas ela ficou sem as mãos. Isso nos sensibilizou, e eu fui atrás dessa situação para ver de perto a barbaridade cometida contra uma jovem de 22 anos de idade.

Na ocasião, havia um conflito: essa jovem morava perto da casa da mãe do agressor. Então, a mãe dela sofria *bullying* diariamente por parte da mãe do agressor, que estava preso e, como não tinha condição de se mudar, porque é uma cidade muito pequena, ficava trancafiada em casa. Era um problema grave.

O que soubemos agora, que me deixou extremamente satisfeita? A Prefeitura de Canoas, devido ao nosso comparecimento – na época, a esposa do Prefeito esteve na audiência –, tomou pé da situação – a Prefeitura já vinha tratando do problema, já tinha os centros de referência, havia todo o cuidado do ponto de vista das questões ligadas diretamente à saúde, à reimplantação dos pés – e deu à Gisele ganhou uma casa do programa Minha Casa, Minha Vida e, a partir daí, abriu uma linha de financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida para as mulheres vítimas de violência.

Portanto, para mulheres que têm problemas, que, às vezes, têm que sair de casa, que têm essa coisa do conflito que está presente na rua, do medo, essa coisa toda, a Prefeitura de Canoas assumiu o compromisso de destinar, no Minha Casa, Minha Vida, um percentual das casas. Isto se deu a partir do caso da Gisele.

A própria Gisele foi contemplada com uma casa no programa. Portanto, agora ela vai conseguir se restabelecer emocionalmente. Havia todo o desgaste físico de viver sem as mãos, mas o mais grave era ainda viver no ambiente de medo. Então, isso foi extremamente valoroso.

Eu acho que, se a gente continuar com as diligências, elas poderão render muito. O mais importante, que eu acho que a Comissão tem que ter como horizonte, é mudar a vida dessas mulheres. Como eu costumava dizer, Simone, não basta trabalharmos atrás da violação, correndo sempre atrás da violação. Acho que isso nós temos que fazer. Mas nós queremos, acima de tudo, saber de mulheres que conseguiram se livrar do ciclo da violência. E essas mulheres são exemplos vivos para outras mulheres que vivem esse ciclo.

Eu continuo dizendo que, apesar de todos os esforços que nós estamos fazendo desde que o mundo é mundo, porque a questão da mulher é uma questão histórica, é uma questão que ainda... É como a Simone falou muito bem: parece que você está enxugando gelo, porque é a luta de uma, depois vem outra geração e luta de novo, outra geração luta de novo, e assim vai a gente não sabe até quando.

O que é fundamental é que a gente entenda que o grande desafio da nossa missão aqui ainda é a primeira denúncia, porque a gente está falando de casos que se concretizaram com o feminicídio ou de casos em que a mulher vive num permanente ciclo de violência, porque, muitas vezes, quando ela denuncia, ela começa a ser ameaçada. Portanto, a gente tem que botar isso na cabeça: o nosso grande desafio é a mulher ter coragem de fazer a primeira denúncia, por incrível que pareça.

Todos os dados que a gente tem aqui, todas as pesquisas que a gente vê, todos os relatórios que a gente recebe, todos os números que a gente lê são completamente subestimados. Se chegam ao conhecimento público em torno de 15% a 20% de tudo que a gente está vendo aqui, imaginem que há 80% de casos de mulheres que sofrem violência e nunca fizeram a primeira denúncia.

Até conversávamos sobre isso, não é, Keiko?

Quer dizer, ainda temos que ser exemplo para essas mulheres serem encorajadas a denunciar, porque nós só tratamos dos casos que chegam à esfera pública, e a maioria dos casos, quase 80% deles, não chega à esfera pública. Então, nós estamos falando de um exército, de um contingente gigantesco de mulheres no Brasil que ficam sofrendo violência doméstica.

E, só para finalizar, a gente chamava violência doméstica porque, até 2006, bater em uma mulher, cotidianamente ou o que fosse... Se você chegasse à rua e desse um soco em alguém, você seria preso porque estaria cometendo ali um crime, de alto ou baixo potencial ofensivo, mas um crime de lesão corporal. Você seria visto como alguém que praticou uma coisa ilegal. Agora, dentro de casa, você podia, porque todo mundo dizia que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher, a coisa mais infame que a gente já ouviu e reproduziu durante muito tempo. Então, o agressor achava que não podia bater em mulher fora de casa, mas podia bater na sua mulher em casa.

Isso é considerado crime há apenas dez anos. É muito pouco tempo para isso ser considerado crime. Quer dizer, a partir de 2006 nós passamos a ter um referencial da Maria da Penha, o que até então não tínhamos. Então, nós temos que caminhar muito. A luta é muito grande, e ainda estamos extremamente defasados no Brasil inteiro.

O que mais alegra é que eu sei que as mulheres, à medida que vão compreendendo o que é a violência de gênero... Às vezes, elas sofrem, vivem, entram no ciclo, e depois ainda continuam dizendo que uma das responsabilidades da violência é da própria mulher. Eu acho que a nossa tarefa é grandiosa, acima de tudo porque toca numa mudança fundamental de comportamento, que é a mudança cultural. Enquanto a força bruta comandar as relações patriarcais existentes no nosso País ou no mundo, digamos assim, nós vamos ter sempre esse problema contínuo da violência contra a mulher, como se fosse algo normalizado, normatizado.

Eu queria fechar dizendo o seguinte: no ano passado, além da Comissão, muita coisa aconteceu. Por exemplo, foi para a sanção da Presidente – acho até importante a gente checar se a Presidente já sancionou – um projeto, que saiu daqui, do Congresso, que trabalha duas questões.

Primeiro, as cirurgias reparadoras para as mulheres vítimas de violência agora são gratuitas no SUS. Os hospitais que atendem pelo SUS são obrigados a atender... Primeiro, tem que dizer isso para as mulheres, porque a mulher chega lá toda cheia de cicatriz, toda arrebitada, mas ninguém diz nada e ela vai embora e acabou. É obrigatório, primeiro, que o SUS comunique que ela pode fazer reparação no dano praticado fisicamente em relação à violência. Isso foi um ganho extraordinário do ponto de vista das mulheres.

Quando eu fui prefeita, a gente começou a implementar um programa para uma médica especialista em remover, organizar e ajeitar principalmente as cicatrizes, principalmente porque essas cicatrizes são no rosto. Normalmente, o agressor bate no rosto. A covardia é tanta que ele bate... Inclusive, para não ter nem como esconder. Ou seja, há a questão também de ser no rosto da mulher, porque a gente tem vaidade. Isso é uma marca fundamental da violência simbólica, porque ela é física, mas é também simbólica. Então, isso é uma coisa.

E a outra coisa que eu acho que é muito importante é que agora nós já temos praticamente um ano da aprovação da lei do feminicídio. Essa lei já vai completar um ano agora. Eu vou sugerir, na próxima reunião da Comissão – eu estava falando isto com a Presidente – fazemos um levantamento do que foi de fato qualificado nas delegacias como feminicídio.

Foi apresentada aquela pesquisa, no ano passado, da qual a Comissão participou, aquela do Jacobo, que dizia que, em 2015, 13 mulheres eram assassinadas por dia no Brasil. Dessas 13, 7 estavam relacionadas diretamente com o feminicídio. As outras 6 estavam relacionadas com violência comum, violência urbana, violência de uma forma geral, a que qualquer homem ou mulher pode estar submetido. Mas 7 estavam ligadas diretamente ao feminicídio. A pergunta é: os delegados estão, de fato, qualificando isso como feminicídio ou continuam colocando isso como se fosse a violência pública normal a que todos nós estamos submetidos? Essa é uma coisa para a gente agora verificar e é uma tarefa histórica desta Comissão, porque está praticamente fazendo um ano agora da aprovação da lei do feminicídio.

Então, vou apresentar um requerimento, Simone, para que as delegacias, as Secretarias de Segurança Pública dos Estados informem o número de assassinatos praticados contra as mulheres e o que foi caracterizado em cada delegacia como feminicídio. Eu acho que essa é uma tarefa que esta Comissão tem pela frente a partir da agora.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco/PMDB - MS) – Uma entre tantas, não é, Deputada Luizianne?

Obrigada pelas contribuições.

De tudo, fica, entre tantos acréscimos colocados pela nossa Relatora, o fato de que essa é uma questão cultural, o que dificulta muito o nosso trabalho. Quando começamos a fazer pesquisas no mundo, verificamos que isso é assustador, pois, independentemente de o país ser mais ou menos desenvolvido, à exceção daqueles países mais fechados, que têm mesmo a mulher como posse, tirando países como a Índia, que tem uma questão de casta, em que a mulher é chamada de intocável, o número de agressões em relação a ela é assustador. Dos Estados Unidos, que são considerados a grande potência mundial, aos países mais subdesenvolvidos, a gente percebe que não há uma grande diferença em relação a estatísticas, pelo menos no quesito que pega

principalmente a juventude. O Vice-Presidente dos Estados Unidos, recentemente, abordou essa questão da violência a jovens nas universidades. Não é muito diferente aqui do que é nos Estados Unidos. Lá é uma a cada cinco; aqui é uma a cada quatro. Enfim, essa é uma questão cultural realmente. Pode-se levar anos para mudar isso, mas a nossa luta não poderia ser menos importante.

Aliás, deixamos por último a nossa querida Vice-Presidente, que tem muito a dizer, a colaborar. Ela tem todo o tempo que for necessário. A Deputada Keiko é daquelas que falam pouco, mas que, quando falam, têm muito a dizer.

Com a palavra nossa Vice-Presidente.

A SRª KEIKO OTA (PSB - SP) – Boa tarde a todos e a todas!

Eu queria dizer que eu me sinto muito privilegiada por compor esta Comissão, porque, quando eu entrei na política, desde que aconteceu a fatalidade com meu filho, eu assumi o compromisso de lutar contra qualquer tipo de violência, de lutar contra as injustiças e de pôr um fim na impunidade. E hoje, quando nós estamos aqui prestando contas do nosso trabalho de 2015, eu vi o quanto a gente avançou.

Então, Simone, eu também quero parabenizá-la e agradecer à Comissão por esse resumo de todo o nosso trabalho. Olha como isso é maravilhoso! E quero parabenizar a Luizianne pela relatoria.

Eu costumo dizer que a política é um instrumento de acesso à cidadania, e, sem a cidadania nenhuma democracia é possível. E é necessário fazer as leis serem cumpridas, dar à mulher dignidade como ser humano e cidadania como ser político. Sempre falo que proteger as mulheres significa salvar as nossas crianças e garantir uma sociedade fraterna, solidária. Daí a necessidade de protegermos... Isto porque a gente percebe, fazendo as nossas andanças, que as mulheres choram muito por justiça, por proteção. E, graças a Deus, esta Comissão faz a diferença.

A mulher tem sensibilidade, habilidade, e acho que esta Comissão vai ajudar muito. Nós temos que lutar para que ela fique sempre firme e forte.

Quero dizer que eu destinei uma verba à cidade de Mogi das Cruzes para a Ronda Maria da Penha, e isso está funcionando muito bem.

Eu sei de um caso em que uma pessoa, a Ana Paula foi assassinada com a medida protetiva na mão.

O que acontece com essa patrulha Maria da Penha? Ela fica protegendo, rondando. Então, acho que deveríamos mandar emendas para que possa haver mais viaturas para ajudar.

Então, quero aqui parabenizar... Eu acho que nós estamos... Temos de proteger as mulheres, mas também temos de fazer uma cultura de paz para que as mulheres sejam respeitadas, porque o Brasil precisa das mulheres. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco/PMDB - MS) – Deputada Keiko, ouvindo V. Exª, não tenho como não me emocionar. Ouvindo V. Exª só posso chegar à conclusão de que há esperança. Há esperança para a humanidade, há esperança para a nossa causa e para todas as causas justas, porque nenhuma violência contra a mulher é maior do que a violência que fazem com os nossos filhos. E ouvir V. Exª, conhecendo a história de V. Exª e de seu filho, falar de perdão e paz nos dá a esperança de que nós estamos no caminho certo e de que a busca por um mundo melhor, em todos os sentidos, em todas as áreas, passa, sem dúvida alguma, pelas mãos e pela sensibilidade da alma feminina.

Então, com esta fala, não havendo mais ninguém que queira se manifestar, eu agradeço pela presença de todos e de todas e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 47 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE ABRIL DE 2016, NO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e quarenta e seis minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezesseis, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM, com a presença das Senadoras Vanessa Grazziotin e Angela Portela; e das Deputadas Conceição Sampaio, Christiane de Souza Yared, Carmen Zanotto e Keiko Ota. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, a Deputada Erika Kokay. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à apresentação técnica do primeiro relatório nacional sobre a população penitenciária feminina do país, o INFOPEN Mulheres. A Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para assento à Mesa e exposição a Sra. Thandara Santos, Representante do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. Fazem uso da palavra a Senadora Simone Tebet e as Deputadas Carmen Zanotto, Keiko Ota, Christiane de Souza Yared e Erika Kokay. A Presidência registra a presença da Sra. Pola Karlinski, Secretária Executiva do Conselho dos Direitos da Mulher/DF, representando a Presidente Wilma dos Reis. Às quinze horas e cinquenta minutos assume a Presidência a Senadora Simone Tebet. A Presidência registra a presença de Deise Benedito e Lucio Costa, Peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Às dezesseis horas e dezoito minutos assume a Presidência a Deputada Keiko Ota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora SIMONE TEBET
Presidente**

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, à apresentação das conclusões do relatório de avaliação das políticas públicas sobre o enfrentamento à violência contra a mulher, pela Senadora Regina Sousa, e à apreciação de requerimentos.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes de compor a Mesa com a nossa convidada, quero convidar para dirigir os trabalhos a nossa Presidente, que acaba de chegar.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Senadora Vanessa, hoje V. Exª é Presidente em exercício, até porque é a autora da audiência pública. Vou ficar aqui na planície, com muita honra, ouvindo a palestrante falar a respeito de um assunto tão importante e muito pouco debatido não só pela sociedade brasileira, mas por nós mesmos, que, muitas vezes, esquecemos o quão diferentes nós somos em todos os aspectos como homens e mulheres, inclusive quando estamos diante da privação da liberdade.

Então, antes de mais nada, parabéns a V. Exª pela ideia de provocar esta audiência pública, até para que possamos, a partir de agora, buscar elementos para melhorar o sistema legal em relação às mulheres presidiárias.

Com muita honra, vou ser presidida por V. Exª nesta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – Agradeço muito, Senadora Simone, pela deferência e por V. Exª permitir que eu abra esta reunião. Poderemos fazer uma direção coletiva hoje. Acredito que é um tema, como disse V. Exª, fundamental e importante, mesmo porque os índices de crescimento da população feminina encarcerada no Brasil têm sido alarmantes para o mundo inteiro. E é exatamente esse aspecto que vamos discutir.

Então, convido para tomar assento à mesa a Srª Thandara Santos, assessora do Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

De acordo com o art. 99, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: a convidada fará sua exposição, conforme acerto, em 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs e Srs. Parlamentares. A palavra aos Parlamentares e às Parlamentares será concedida na ordem da inscrição.

Portanto, agora, concedo a palavra à Srª Thandara Santos para sua exposição.

O SR. THANDARA SANTOS – Obrigada. Primeiro, boa tarde. Gostaria de agradecer à Comissão pelo convite em nome do Dr. Renato de Vito, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional. Estou aqui para apresentar um compilado das principais informações que foram publicadas, em novembro do ano passado, no Infopen Mulheres. Foi o primeiro relatório do Infopen Mulheres, que publicamos em novembro do ano passado.

Não sei se dá para ver direito ali.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – Nós poderíamos apagar só esta luz aqui da mesa? Porque acho que melhora a visibilidade.

O SR. THANDARA SANTOS – Então, só para dar uma contextualização sobre o que é o Infopen, o Infopen é esse sistema *on-line* de coleta de dados sobre as informações prisionais. Nós criamos esse formulário *on-line*, que é repassado a todos os diretores de unidades prisionais em todo o País, que preenchem para nós dados...

(Interrupção do som.)

O SR. THANDARA SANTOS – ...daquela unidade prisional.

Então, existem limites para os dados que a gente consegue trabalhar hoje e para os dados que a gente consegue obter hoje a partir do Infopen, porque só temos uma realidade agregada para a unidade prisional.

O Departamento Penitenciário Nacional está desenvolvendo um novo sistema que virá para substituir o Infopen e que vai conseguir nos dar um formulário *on-line* digital de cada custodiado. Então, vamos ter informações em que o custodiado vai ser a unidade mínima da informação. Isso vai ser um avanço muito significativo nas informações que temos hoje disponíveis sobre o sistema prisional.

Os dados que eu estou apresentando aqui são referentes ao último levantamento publicado, que é o de junho de 2014; eles se referem aos dados de junho de 2014. Nesse levantamento, conseguimos acessar dados de 1.424 unidades prisionais em todo o País. O Estado de São Paulo não participou completamente do levantamento. Isso até foi tema de um parecer dentro do STF, uma manifestação do STF sobre a não participação do Estado de São Paulo nesse levantamento. Então, temos uma defasagem dos dados bem importante por conta dessa ausência de São Paulo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – Por que São Paulo não participou?

O SR. THANDARA SANTOS – Eles não participaram do levantamento. As unidades não acessaram o sistema e não responderam nos prazos determinados. O STF se manifestou e, agora, no novo levantamento que vamos publicar ainda este ano, provavelmente até o mês que vem, e que é referente a dezembro de 2014, São Paulo participou. Então, a partir dessa provocação do STF, São Paulo passa a participar pela primeira vez completamente do levantamento.

Só para dar um panorama geral, em junho de 2014, nós tínhamos 607.731 pessoas presas no sistema prisional e nas carceragens de delegacias que são administradas pelas Secretarias de Segurança Pública. No sistema penitenciário, tínhamos 579 mil pessoas; nas carceragens, outras 27.950 pessoas. Tínhamos 376 mil vagas. Então, isso representa um déficit de 231 mil vagas. Há uma taxa de ocupação de 161% e uma taxa de aprisionamento por 100 mil habitantes que chega a quase 300 para cada 100 mil habitantes, que é um número bastante alarmante.

Em números absolutos, o Brasil tem a quarta maior população prisional do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos, da China e da Rússia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – Para quantos mil habitantes?

O SR. THANDARA SANTOS – Trezentos a cada 100 mil habitantes.

Pode passar.

Só para olharmos os principais países com as maiores populações do mundo, que são Estados Unidos, China, Rússia e Brasil, dentre esses quatro países, o Brasil é o único que apresenta uma tendência de crescimento na sua taxa de aprisionamento entre 2008 e 2014.

Então, os países que historicamente apostaram numa política de encarceramento em massa começam a rever essas políticas e começam a ter políticas alternativas que promovem um desencarceramento nesse período. O Brasil é o único País que ainda continua acelerando esse processo de encarceramento em massa, com um aumento relativo de 33% na taxa de aprisionamento entre 2008 e 2014. Seguindo essa tendência, podemos projetar que o Brasil pode ultrapassar em números absolutos a população prisional da Rússia até 2018.

Agora vamos olhar especificamente para os dados relativos à população prisional feminina. Então, num panorama mundial, esses são os dados do World Female Imprisonment List, que é um grande compilado sobre as informações do sistema prisional produzido pelo ICPR, que é o Institute for Criminal Policy Research. Então, em relação à população prisional feminina, o Brasil tem a quinta maior população de mulheres, diferente do cômputo geral da população. E a Tailândia passa na nossa frente em relação à população feminina. Portanto, ficamos atrás dos Estados Unidos, China, Rússia e Tailândia.

Entre os anos de 2000 e 2014, o número de mulheres presas aumentou 50% no mundo todo, passando de 466 mil mulheres para o patamar mais recente, de 2014, que era de 700 mil mulheres presas em todo o mundo. A população de homens encarcerados aumentou 20% nesse mesmo período.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – Período de...?

O SR. THANDARA SANTOS – No período de 2000 a 2014.

Olhando especificamente para essa evolução no Brasil, no período de 2000 a 2014, temos que a população absoluta de mulheres encarceradas cresceu 567%, chegando ao patamar, em junho de 2014, de 37.380 mulheres. Já a população de homens encarcerados no Brasil cresce 220% nesse mesmo período.

Assim conseguimos ver que temos, em 2004, um aumento significativo, que pode ser uma inconsistência do dado, pode ser uma inconsistência da informação por ser um dado que destoa muito da série histórica, mas conseguimos ver uma evolução bastante linear, com uma curva mais acentuada a partir de 2006 também, que é o momento da Lei de Drogas, que tem um impacto muito significativo nessa população.

Aí vemos a evolução da taxa de aprisionamento por 100 mil habitantes, também entre 2000 e 2014. Se o ritmo geral da população prisional é de um crescimento acelerado, que se contrapõe às tendências até mais recentes dos países que historicamente encarceraram muitas pessoas, quando a gente olha especificamente para a evolução da população de mulheres no sistema prisional, esse movimento ainda é mais profundo e ainda mais nítido. Enquanto a taxa de aprisionamento aumentou 119% no cômputo geral da população entre 2000 e 2014, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou 460% no mesmo período, saltando de 6,5 mulheres presas para cada 100 mil mulheres, em 2000, para 36,4 presas a cada 100 mil mulheres em 2014.

É importante apontar que as publicações internacionais fazem o cálculo da taxa de aprisionamento de mulheres em relação ao total da população. Fazem isso para poder ter um padrão porque não dá para ter dados muito confiáveis sobre a população dividida por gênero para todos os países.

Na publicação do Infopen Mulheres, a gente calcula a taxa de aprisionamento em relação às mulheres. Então, a gente está falando de tantas mulheres presas a cada 100 mil mulheres e não para cada 100 mil pessoas no Brasil. A gente consegue fazer essa divisão porque há dados confiáveis sobre a população no Brasil.

Aí gente vai abordar os dados mais específicos sobre as unidades prisionais através do Infopen. Esse gráfico mostra a destinação dos estabelecimentos prisionais por gênero. Então, dos 1.424 estabelecimentos que nos ofereceram registros nesse levantamento de junho de 2014, 75%, aquela parte mais escura, são estabelecimentos masculinos; 17% são mistos, e apenas 7% são estabelecimentos femininos. É um dado muito importante porque isso quer dizer que a maior parte das mulheres encontra-se encarcerada em unidades que não foram projetadas para custodiar mulheres. Isso quer dizer que essas unidades não têm infraestrutura necessária para atender as especificidades do aleitamento, da maternidade dentro do cárcere, por exemplo. Então, essa questão da estrutura já é um grande desafio a ser enfrentado na questão das mulheres encarceradas.

Aqui, a gente está olhando para os tipos de estabelecimento conforme a destinação originária. Então, os estabelecimentos, quando são construídos, têm uma destinação em relação ao tipo de regime que vão receber. Do lado de cá, são as unidades masculinas e, do lado de lá, as unidades femininas. Esse gráfico demonstra a distribuição da destinação originária dos estabelecimentos. No caso dos estabelecimentos femininos, a disponibilidade de unidades voltadas à prisão processual, que é a custódia de presos provisórios, é significativamente mais baixa – retratada na parte mais escura do gráfico. Enquanto 52% das unidades masculinas são destinadas ao recolhimento de presos provisórios, apenas 27% das unidades femininas têm a finalidade de custodiar mulheres presas provisoriamente.

Aqui vocês não vão conseguir olhar os dados porque está muito pequeno, mas a apresentação estará disponível depois. Trata-se do déficit de vagas para mulheres por unidade da Federação em relação ao levantamento de junho de 2014. Como falei antes, em junho há uma população total de mulheres de 378.380 mulheres e as vagas que são destinadas às mulheres no sistema prisional somam 27.815. Então, há um déficit agregado no Brasil, em junho de 2014, de 9.565 vagas só para mulheres e uma taxa de ocupação relativa das mulheres de 134%, que é uma taxa um pouco inferior à taxa total da população, mas é ainda uma taxa ainda bastante expressiva da situação de violação de direitos básicos dentro desse ambiente.

Aqui há um dado bastante importante quando a gente está falando da população prisional feminina: a questão das mulheres gestantes dentro do cárcere. Isso mostra a existência de cela ou dormitório adequado para as mulheres gestantes dentro das unidades prisionais. A gente divide entre unidades femininas e unidades mistas. Mais da metade dos estabelecimentos femininos dispõe de cela ou dormitório adequado para as gestantes. Isso representa 34%, que é essa parte mais escura do gráfico à esquerda. Nos estabelecimentos mistos, apenas 6% das unidades dispõem de espaço específico para a custódia de gestantes.

Então, a gente vê que os estabelecimentos que são efetivamente pensados e projetados para custodiar mulheres têm uma lógica mais voltada às especificidades da maternidade e do aleitamento dentro do cárcere,

mas o que a gente tem que lembrar é aquele gráfico anterior, porque essa não é a realidade da maior parte dos estabelecimentos; 75% dos estabelecimentos são masculinos. A maior parte das mulheres não estão nesses estabelecimentos femininos, que têm esse tipo de estrutura.

Um dado importante que a gente não publicou no relatório de junho, porque a gente identificou que existe uma inconsistência muito importante no dado e achou melhor validar esse dado mais a fundo com os diretores das unidades antes de publicar, é o número total de mulheres gestantes no sistema prisional. A gente fez o levantamento em junho e a soma geral de gestantes em todo o sistema prisional era de 350 mulheres. A gente achou que esse dado era bastante pequeno, inclusive, não havia a informação de São Paulo, que corresponde a um terço da população prisional do País. Então, a gente optou por não publicar esse dado no levantamento de junho. No novo levantamento, referente a dezembro de 2014, a gente novamente fez a mesma pergunta aos diretores e a gente teve um número que se aproxima um pouco mais da realidade que a gente imagina. São 535 gestantes em dezembro de 2014. Por que a gente acha que esse número é mais fidedigno? Agora em fevereiro nós tivemos uma ação, coordenada pelo Departamento Penitenciário Nacional, para doação de repelentes às gestantes dentro do sistema prisional, numa ação coordenada do enfrentamento ao zika vírus. No momento da articulação dessa ação, fizemos uma demanda específica de dados a todos os gestores de saúde prisional nos Estados – são as pessoas que estão na ponta atendendo os estabelecimentos penais – sobre o número de gestantes no sistema prisional. Em fevereiro de 2015, tivemos a informação de 570 gestantes no sistema prisional. Então, esse dado de dezembro nos parece mais próximo da realidade e vai ser publicado no próximo relatório, ainda com algumas ressalvas sobre a dificuldade de acesso a essa informação, mas já apontando para essa validação dos gestores da saúde prisional.

Aqui a gente está vendo a existência de berçário e/ou centro de referência materno-infantil, uma estrutura dentro dos estabelecimentos prisionais pensada para atender as especificidades das mulheres que têm filhos dentro do sistema. Os berçários e centros de referência materno-infantil são estruturas pensadas para receber crianças de até dois anos. Então, 32% das unidades femininas dispunham do espaço em junho de 2014, enquanto apenas 3% das unidades mistas tinham esse espaço. De novo, a gente percebe essa dificuldade de acesso a essas estruturas mínimas dentro das unidades mistas e masculinas, principalmente.

A mesma realidade se repete em relação à existência de creche. Apenas 5% das unidades femininas dispunham de creche. Não foi registrada nenhuma creche instalada em unidade mista do sistema prisional. Novamente a gente percebe essa dificuldade das mulheres de conseguir ter acesso a esses espaços. As creches contemplam as crianças acima de dois anos dentro do sistema.

Aqui a gente está olhando para a população prisional feminina distribuída de acordo com o regime de cumprimento de pena. Em junho de 2014, a gente tinha 11.260 novas mulheres custodiadas no sistema prisional, sem terem sido condenadas, sem terem uma condenação com trânsito em julgado, o que equivale a três em cada dez mulheres presas. Essa participação, ainda que elevada, é sensivelmente menor do que a taxa nacional de pessoas privadas de liberdade sem condenação, que são os provisórios. Em relação à população geral, essa marca é de 41%, enquanto, em relação às mulheres, a gente tem 30%, uma marca sensivelmente menor, ainda que expressiva, o que revela a dificuldade de acesso à Justiça também.

Aqui é o panorama geral do perfil sociodemográfico das mulheres encarceradas. No gráfico da esquerda, a gente tem a distribuição das mulheres no sistema por faixa etária: 50% das mulheres encarceradas têm entre 18 e 29 anos. Se a gente comparar isso com a distribuição total da população brasileira, os jovens representam apenas 21% da população do País, e as mulheres jovens são 50% da população prisional.

Em relação à raça, cor ou etnia, a gente pode destacar a proporção de mulheres negras presas, que chega a 68%. Duas em cada três mulheres presas são negras. Na população brasileira em geral, a proporção de negros chega a 51%.

Ainda em relação ao perfil sociodemográfico, 57% das mulheres encarceradas é solteira, o que também tem a ver com a preponderância de uma faixa etária jovem.

Em relação ao grau de escolaridade, é baixo no total da população prisional, como é de se esperar. Enquanto na população brasileira cerca de 32% das pessoas completaram o ensino médio, em relação à população prisional apenas 8% da população concluíram o ensino médio. Se a gente for comparar o grau de escolaridade dos homens e mulheres encarcerados, assim como na população em geral, as mulheres também têm condição um pouco melhor do que os homens encarcerados, ainda que persistam os baixíssimos índices gerais de escolaridade. Então, 50% das mulheres encarceradas não concluíram nem o ensino fundamental, contra 53% dos homens que não concluíram o ensino fundamental. As mulheres analfabetas representam 4% das mulheres e 11% concluíram o ensino médio.

Aqui é um gráfico sobre a população estrangeira no sistema prisional. Em junho de 2014, nós tínhamos 2.778 estrangeiros no sistema prisional. Os países mais representados nessa população estrangeira encarce-

rada são Bolívia, Paraguai, África do Sul, Peru e Angola. No caso dos países da América, temos a facilidade das fronteiras, o que faz com que essas populações cheguem mais facilmente ao Brasil: 53% das mulheres estrangeiras no sistema prisional vieram da América, 27% da África e apenas 13% da Europa. No caso das mulheres estrangeiras, temos ainda outra especificidade maior, muito abordada pelas pesquisadoras desse campo, que é a questão da dificuldade de acesso a visitas. Se, no geral da população prisional feminina, a gente já tem essa dificuldade de acesso a visitas, a gente já tem uma taxa de cadastramento de visitantes muito menor do que da população masculina, em relação às estrangeiras, isso é ainda mais contundente. Além disso, a gente ainda tem a dificuldade de acesso, e de entendimento, ao próprio processo judicial pelo qual a mulher encarcerada responde.

Aqui é um dos gráficos mais importantes que a gente publicou nesse levantamento, que mostra a população prisional feminina de acordo com o tipo penal. Essas figuras consolidam os registros informados de todas as ações penais pelas quais respondem as pessoas privadas de liberdade em todo o Brasil. Em relação à população total prisional, quatro em cada dez registros correspondem a crimes contra o patrimônio. O tráfico de drogas, por sua vez, é o crime com maior incidência, respondendo por 27% do total de crimes informados. Os homicídios correspondem a 14% dos registros. Quando a gente analisa essa distribuição dos tipos penais de acordo com o gênero, a gente percebe que existe um padrão muito diferente de criminalidade. Enquanto 23% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico, que é aquela parte mais escura no gráfico da direita, no caso das mulheres, essa proporção chega a 58%, que é essa parte mais escura do lado de cá. Por outro lado, o número de crimes de roubos registrados por homens é três vezes maior do que para as mulheres. Então, a gente tem uma preponderância dos crimes de roubo, no caso dos homens, e uma preponderância clara dos crimes ligados ao tráfico no caso das mulheres.

Várias pesquisadoras e diversos especialistas já escreveram sobre essa preponderância das mulheres nos crimes de tráfico. Isso tem a ver com a questão da economia familiar da droga. Ter uma inserção no tráfico, no mundo do crime, permite que a mulher continue no ambiente familiar, no ambiente doméstico, não esteja fora de casa no ambiente do crime. Isso tem muito a ver também com a forma como as mulheres se inserem no âmbito da criminalidade.

Em relação ao tempo total das penas pelas quais as mulheres estão condenadas, nesse caso, temos um total de informação muito abaixo do esperado no sistema prisional. Nem todas as unidades prisionais e os gestores das unidades prisionais têm acesso aos processos pelos quais as pessoas respondem. Então, nem sempre eles sabem nos repassar essa informação sobre o tempo total da pena a que a pessoa está condenada. Nós temos 28% das unidades prisionais que declararam não ter informações sobre o tempo total da pena. Como eu falei, nesse novo sistema que o Depen está desenvolvendo, o Sisdepen, é o nome do novo sistema, vamos ter um acompanhamento da execução penal que vai nos oferecer informações muito mais consistentes e fidedignas sobre essa realidade do tempo total da pena que as mulheres cumprem, por exemplo. Se analisarmos somente as mulheres privadas de liberdade, nós temos uma concentração de sentenças de até oito anos, 63% das mulheres condenadas têm penas de até oito anos, contra 51% dos homens. Então, as mulheres estão concentradas nas penas de menor duração em relação aos homens.

Aqui é a distribuição das mulheres dentro do sistema prisional de acordo com o acesso às políticas de trabalho. Segundo a Lei de Execução Penal, o trabalho da pessoa privada de liberdade tem finalidade educativa e produtiva. Em junho de 2014, existiam 55.813 pessoas trabalhando no sistema penitenciário, o que equivale, no total, a 15,3% da população total com dados disponíveis. Se nós formos analisar a realidade específica das mulheres, é possível afirmar que as mulheres têm maior acesso às atividades laborais. Existiam, em junho de 2014, 6.766 mulheres em atividades laborais, o que representa 30% da população total de mulheres. No caso dos homens, esse total é de 14%. É importante notar que, ainda que as mulheres estejam muito representadas na informação sobre acesso à política de trabalho, 62% das mulheres que estão trabalhando no sistema prisional ou estão em vagas internas ao sistema – ou seja, em vagas ligadas à administração da própria unidade prisional, pode ser de limpeza, pode ser de auxílio na distribuição de comida, enfim, diversas atividades dentro da administração da unidade –, ou estão em vagas externas, mas que foram obtidas por meios próprios, não foram obtidas através de parcerias do sistema prisional ou da administração prisional com empresas privadas ou com ONGs. Então, isso mostra que não existe uma política estruturada de promoção do trabalho da população prisional feminina.

Em relação ao acesso às políticas de educação dentro do sistema prisional, existiam 5.703 mulheres em atividades educacionais formais e complementares dentro do sistema, o que representa 25% da população total de mulheres. Se considerarmos somente as atividades de ensino formal, temos 21% das mulheres estudando e só 11% dos homens estudando. Aqui é... Na apresentação, vocês vão conseguir ver melhor depois. O acesso às políticas de educação reflete bem também a realidade do perfil sociodemográfico das mulheres em

relação à escolaridade. Então, vemos que a maior parte das mulheres estão envolvidas em atividades de ensino fundamental dentro do sistema prisional, o que corresponde à grande lacuna de escolaridade das mulheres informada no perfil sociodemográfico.

Aqui nós fizemos o levantamento sobre a população prisional em relação aos agravos transmissíveis que essas pessoas têm e estão notificados nos seus prontuários dentro do sistema. Isso segue a lista do Ministério da Saúde para notificação compulsória de doenças e agravos, que são as doenças que devem ser incluídas no Sinan. Segundo o levantamento do Infopen de junho, existiam 2.864 pessoas portadoras de HIV no sistema prisional. Esse total representa só 1,21% do total de presos nas unidades, mas temos uma taxa de incidência, que é de 1.215,5 para cada 100 mil pessoas presas. Essa taxa de 1.215,5 para cada 100 mil pessoas presas é uma taxa 60 vezes maior do que a população total brasileira. Segundo os dados do Datasus, a taxa da população total brasileira era de 20 para cada 100 mil pessoas. No caso do sistema prisional é de mais de mil. A taxa de pessoas com tuberculose é de 940 a cada 100 mil pessoas; e, na população total, ela é de 24,4 para cada 100 mil pessoas. Então, temos aí também uma frequência 38 vezes maior dentro do sistema prisional, o que mostra que essa população está muito mais vulnerável a esse tipo de doença, a doenças que já foram quase erradicadas, como, no caso, a tuberculose. Doenças que já foram quase erradicadas na população total ainda são muito presentes no sistema prisional.

Se olharmos especificamente as condições das mulheres encarceradas, veremos que havia 1.204 mulheres com diferentes agravos transmissíveis dentro do sistema prisional, o que equivale a 5% da população prisional feminina. Entre as mulheres com agravos transmissíveis – esta informação está no gráfico –, quase 47% são portadoras de HIV, e 35% são portadoras de sífilis. Então, no caso das mulheres, há a preponderância de doenças que estão ligadas à prática sexual, que são doenças sexualmente transmissíveis, o que pode ser decorrente de violência sexual, o que, provavelmente, está ligado a um contexto prévio ou até dentro do cárcere de violência sexual. No caso dos homens, a incidência de HIV é consideravelmente menor, está em 28% dos homens presos que têm agravos transmissíveis. Em contrapartida, no caso dos homens, há uma maior concentração de tuberculose. Então, no caso das mulheres, há HIV e sífilis; no caso dos homens, há maior incidência de tuberculose.

Deixei meu contato e o *link* para o acesso ao relatório completo. Ele está na página do Ministério da Justiça.

Acho que, enfim, só valeria marcar que esse levantamento foi publicado pela primeira vez em novembro do ano passado, pelo Departamento Penitenciário Nacional e se alinha à nossa Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, uma política que foi lançada no início de 2014. Uma das primeiras metas dessa política era justamente fazer um levantamento estruturado sobre a realidade das mulheres encarceradas e um banco de dados tanto nacional como estadual consolidado sobre a realidade das mulheres. Nós já conseguimos estruturar esse banco de dados nacional e estamos ainda nos esforços de pactuação com os Estados, para que os Estados tenham também uma gestão da informação mais qualificada em relação às mulheres encarceradas e em relação à população prisional como um todo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – Nós gostaríamos de agradecer à Srª Thandara, que fez uma bela exposição. Foi uma exposição sintética, mas bem completa a respeito desse relatório que foi divulgado no ano passado.

Apenas quero dizer para as nossas Deputadas que aqui chegaram depois de iniciada a apresentação que esses dados todos não contemplam os dados relativos ao Estado de São Paulo, o que, infelizmente, prejudica bastante, por se tratar do Estado mais populoso do nosso País. No próximo relatório que deverá ser divulgado já constarão os dados do Estado, por conta de uma decisão ou até de uma provocação do Supremo Tribunal Federal.

Então, passamos, imediatamente, a palavra à Deputada Carmen Zanotto, que foi quem pediu primeiramente a inscrição.

A nossa Presidente Simone quer fazer um monte de perguntas e, por isso, está sentada ali.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada.

Quero saudar a nossa Senadora Vanessa, que está presidindo esta audiência na tarde de hoje e que é a Procuradora Especial da Mulher no Senado; a nossa colega Keiko Ota, nossa Vice-Presidente desta Comissão; a minha Presidente, Senadora Simone.

Quero pedir desculpas pelo atraso, mas eu estava no plenário da Câmara. Eu não poderia me furtar a estar aqui, Deputada Christiane, porque participei da CPI do sistema carcerário e fiquei responsável pela questão da população feminina e do sistema de saúde do sistema carcerário.

É claro que, quando observamos a população feminina – vou trabalhar um pouquinho com os dados que a gente tinha na CPI –, vemos que ela correspondia a 7% e que esse índice deve ser batido, de acordo com os dados que foram atualizados agora. Mas, se olharmos a forma como essas mulheres estão, se olharmos os dados das patologias e dos agravos, em especial as hepatites, as DSTs, Aids, veremos que isso é fruto da forma

com que elas convivem dentro do cárcere. Não há como não se comprometer outra detenta quando há um ambiente insalubre. Quanto ao ambiente País afora, eu poderia dizer que isso depende muito de cada Estado. Mas a gente viu alguns espaços em que essas mulheres estão cerceadas da liberdade e que, efetivamente, não são espaços de recuperação; muito pelo contrário, são espaços de multiplicação da violência até mesmo pelo conjunto de doenças que lá acontecem.

Eu não posso aqui me furtar de relatar algumas situações emblemáticas, não só para as mulheres que estão cerceadas da liberdade, mas para as mulheres que estão com seus familiares, em especial, os seus companheiros, cerceados da liberdade. Nós vimos, País afora, as visitas íntimas no coletivo. Gente do céu! Repito: visitas íntimas, os atos sexuais sendo praticados no coletivo. De dez a doze detentas dentro de uma cela, uma, duas ou três recebem visitas, e as demais ficam ali presenciando. “Ah, tem um lençol que é estendido.” Sim, há um lençol que é estendido, mas, por favor, dentro do mesmo espaço? O que nós estamos multiplicando dentro dos presídios brasileiros? E, quando elas vão visitar os companheiros, a situação é a mesma. E é mais grave: as crianças que estão acompanhando ficam junto.

Então, nós temos um conjunto e uma situação que nós precisamos analisar – e esta Comissão tem esse papel. Precisamos nos debruçar em cima desses relatórios, e, por isso, todos os relatórios são fundamentais para que nós possamos buscar a mudança da realidade.

Por outro lado, nós vimos coisa boa. Nós vimos mulheres estudando. Quero destacar aqui os presídios de Santa Catarina, que já têm mais de 60% da população carcerária trabalhando. Eu não encontrei nenhum detento, nem homem, nem mulher, que não dissesse que a melhor coisa que eles estão fazendo é, sim, profissionalizar-se dentro dos presídios. E existem também convênios com as empresas, em que os detentos saem de manhã, vão trabalhar nas empresas e retornam no final da tarde para cumprir a sua pena. O que eles relatam? A sua independência financeira. Relatam que, quando eles saírem de lá, vão sair com dignidade, porque eles aprenderam um ofício.

Então, nós temos coisas boas em alguns Estados, em alguns presídios, mas nós temos também uma coisa que me preocupa muito, que é a falta de material de higiene. A higiene de uma mulher é muito diferente da higiene de um homem. Nós temos o ciclo menstrual a cada 30 dias. Elas não têm absorvente! Não é raro eles usarem miolo de pão forrado com papel higiênico, para servir de absorvente. Como enfrentar isso?

Como enfrentar o problema das nossas detentas gestantes? Por exemplo, no Pará, não dá para nós falarmos dos presídios masculinos, porque não se consegue entrar – na nossa visita, nós não conseguimos entrar; nós visitamos o presídio pela muralha, porque a parte interna do presídio estava totalmente destruída; os detentos estavam soltos lá dentro. Mas, quando nós chegamos na parte feminina, indo, em especial, às gestantes, o que o Governo do Estado fez? Retirou as gestantes de dentro daquela estrutura comum das demais detentas, alocou numa casa muito semelhante a uma boa creche, onde a mãe fica no final de sua gestação e ali permanece o máximo de tempo possível com o seu recém-nascido. Então, o vínculo mãe e filho é fortalecido.

Eu inclusive apresentei algumas iniciativas na Comissão – pois nós estamos agora com uma assessoria –, encaminhando o que se transformou em projeto de lei, o que não se transformou ainda em projeto de lei, para podermos avançar. Então, nós temos de pegar, inclusive nos Estados brasileiros que têm a maior deficiência, e também pontuar. Foi por isso que eu destaquei o Estado do Pará na questão do presídio feminino e dos espaços para as gestantes. Essa mulher vai sair do presídio algum dia, e o vínculo que ela cria com seu filho é fundamental. Então, nós precisamos enfrentar algumas situações.

Quanto à revista íntima, cujo projeto nós conseguimos aprovar na semana passada – se não estou enganada, projeto de lei da Deputada Alice Portugal –, em alguns casos, ela precisa acontecer. Mas precisa acontecer com escâner, e não na forma de hoje, que é o agachamento em cima de um espelho, com a mulher totalmente sem roupa. As meninas que vão visitar seus familiares ficam totalmente sem roupa. Quer dizer, já é uma dupla exposição, porque elas já são vítimas de um processo. Eu poderia ousar dizer que são duplamente penalizadas. São penalizadas porque seus companheiros ou seus familiares estão presos e porque elas têm de passar por aquele constrangimento.

Quando ouvimos os profissionais que trabalham na área, também precisamos compreender o outro lado, Deputada Keiko. Como é que se vai cercear a entrada de drogas, como é que se vai cercear a entrada no presídio de instrumentos como celulares, baterias, *chips* para celulares, instrumentos cortantes, se não se faz a vistoria?

Eu queria aqui dizer que, quando a gente se debruça no interior do presídio, a gente se debruça em cima de outra realidade, uma realidade muito cruel, mas uma realidade que nós precisamos enfrentar, porque eles e elas entendem, em especial, que precisam cumprir a pena. Mas se cumpre a pena em que condições? Quando a gente ouve a sociedade aqui fora, não é raro a gente ouvir que cometeram um crime e que têm de pagar por ele. Eles não estão dizendo que não precisam pagar. Eles estão dizendo das condições em que eles estão pagando pelo crime cometido e de como eles vão sair dali.

Nós somos desta Comissão, que, como eu ousaria dizer, é uma das mais importantes das duas Casas. É mais importante por quê? Porque estamos falando da violência, estamos falando do cumprimento da pena e da forma como essa pena está se dando.

Então, Senadora Vanessa, Deputada Keiko, nossa Presidente Simone, eu gostaria de propor que, algum dia, parte deste Colegiado visitasse um presídio. Confesso que é muito diferente do que ouvir os dados, confesso que a gente vai compreender um pouco melhor essas questões da saúde. Por quê? Existe uma política nacional das estruturas de saúde dentro do sistema prisional, mas a grande maioria dessas estruturas não está credenciada ainda. Elas não estão credenciadas por quê? Porque é o Ministério da Justiça com o Ministério da Saúde, e aí vem uma questão muito sensível, que é a questão do financiamento da saúde. Então, a falta de recursos faz com que as unidades de saúde – existem dentro dessas estruturas o enfermeiro, o farmacêutico, o cirurgião-dentista, o médico – não estejam credenciadas. E os Estados não estão dando conta disso. Pelo fato de eles não darem conta, não há estrutura de saúde na grande maioria dos presídios brasileiros. Aí as doenças vão se ampliando. O custo disso é muito violento para a sociedade, porque é muito mais difícil se recuperar depois de pegar uma doença como hepatite ou como HIV, porque aí é preciso um tratamento de longo prazo.

Aqui, quero fazer um apelo às nossas Senadoras. Nesta semana, deveremos votar a PEC 01, da Saúde. Foi minha experiência na Comissão Parlamentar do Sistema Carcerário Brasileiro que me permitiu colocar que nossas emendas parlamentares pudessem ser designadas – aquela cota de 50% que é obrigada a ir para a saúde – para a saúde do sistema prisional. Se a gente não tem recursos de outra fonte, que eles venham das nossas emendas parlamentares. Que a gente consiga olhar para os presídios assim como a gente olha para as unidades hospitalares prestadoras de serviço, porque lá há uma população que precisa, sim, do nosso olhar, da nossa atenção, e que precisa do rigor da lei para o cumprimento das penas. Eu não tenho a menor dúvida disto: se cometeu um crime, responda pelo crime cometido e cumpra a sua pena, mas tenha condições de sair para a sociedade de cabeça erguida após o cumprimento da pena.

Quero parabenizá-los pelo relatório.

Sei que não é uma pasta fácil e que não é simples resolvermos todos os problemas, em especial a violência interna. A violência acontece, inclusive, na divisão dos alimentos. Não é raro elas contarem para a gente que, quando recebem, no domingo ou nos dias de visita, uma cuca, um pão diferente, na divisão com as demais detentas, muitas vezes, acabam brigando por aquele alimento que receberam, diferenciado, de casa, em função das condições em que vivem.

Então, parabéns pelo relatório.

Mas eu queria fazer este pedido: que a gente tivesse mecanismos mais rápidos para liberar os recursos do fundo penitenciário para a melhoria dessas estruturas. E lamentar que ainda algumas pessoas imaginem, alguns governantes, que os detentos vão viver num espaço que não seja o seu território. O que verificamos? A dificuldade da construção de novos presídios nos Municípios, nos Territórios. Se fosse uma unidade hospitalar, se fosse uma escola, todo mundo iria querer, agora, quando se fala em construir no Município mais um presídio, ou um presídio, ninguém quer. Quantas ações judiciais temos País afora nesta disputa para não ser no meu território? Aí fica correndo de um Município para o outro, e o que acontece? O recurso fica parado, e a superpopulação carcerária vivendo dentro de condições que não são humanas, gente, não são condições humanas, repito. Esgoto a céu aberto, ratos correndo e celas que não são celas.

Então, reconhecemos a importância do relatório. Vou me debruçar sobre todos os detalhes para ver o que mudou e o que há de diferente no nosso relatório da CPI do Sistema Carcerário, e dizer que nós, Parlamentares mulheres, temos, inclusive, este desafio de olhar para esse conjunto de mulheres que estão cumprindo pena e são duplamente vitimizadas em função das condições, neste caso, dos presídios femininos e dos espaços nos presídios mistos, onde estão alocadas.

Obrigada, Senadora Vanessa, Deputada Keiko e colegas Parlamentares.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – Agradeço a participação da Deputada Carmen Zanotto.

Antes de passar a palavra à Senadora Simone Tebet – acho que podemos fazer um bloco das perguntas todas, ela já está anotando e, no final, responde –, eu gostaria de repassar a V. Sª uma pergunta que recebemos através do e-Cidadania. Em sua participação, Monesi Soares, aqui, do Distrito Federal, pergunta por que as mulheres não possuem visita íntima. Ela afirma isso e pergunta por que não possuem. A Deputada Carmen Zanotto já fez um questionamento que vai no mesmo sentido, enfim, fica aí.

Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Vanessa, Presidente desta Audiência Pública. Mais uma vez, parabenizo V. Exª pela ideia desta proposição e agradeço a nossa expositora, Thandara, aqui representando o Departamento Penitenciário Nacional.

Vou ser breve. A Deputada Carmen Zanotto foi tão feliz nas suas considerações que já vou passar o preâmbulo, tudo aquilo que penso a respeito do assunto, porque, na maioria das vezes, concordo com o que foi colocado, no mérito, pela Deputada. E já passo para algumas questões um pouco mais práticas.

Faltou talvez aqui, não sei se foi feito esse levantamento, acho que isso é importante e quero propor para a Comissão, em nome da Comissão, e, aí, teríamos que votar na próxima audiência este assunto... Sou advogada, a minha área é Direito público, e tive a felicidade de administrar a minha cidade por duas vezes, depois, fui Vice-Governadora, quando atuei muito ao lado do Secretário de Segurança Pública. Quando fui Prefeita, estava terminando a construção, em seguida, houve a inauguração de um sistema penitenciário masculino de segurança máxima no meu Município. O presídio anterior, masculino, já bem centralizado e pequeno, não atendia realmente às necessidades do sistema carcerário masculino, ficou desativado e foi uma luta para que não o transformássemos em semiaberto, mas, sim, que pudéssemos ter lá o sistema penitenciário feminino. E tenho a grata satisfação de dizer que tive a felicidade de conseguir com o ex-Governador à época uma reforma desse presídio, que, hoje, é um sistema carcerário feminino.

Portanto, tive essa oportunidade, como a Deputada Zanotto sugeriu a todas nós, de passar por essa experiência. Vi o que é inaugurar um sistema novo, em uma cidade relativamente pequena, hoje de 120 mil habitantes, com um número mais reduzido de mulheres. E também tive, como Vice-Governadora, condições de adentrar um sistema penitenciário de uma capital, onde a situação é totalmente adversa, talvez não como o sistema penitenciário de São Paulo ou do Rio de Janeiro, mas de uma cidade de quase 1 milhão de habitantes. E nós começamos a ver todos esses problemas que foram elencados. À medida em que a cidade é maior, que o sistema recebe uma quantidade maior de mulheres apenas, os problemas se avolumam e se tornam, realmente, de mais difícil solução. Diante de todas essas questões que eu visualizei...

Inclusive, V. S^a tem razão no que se refere a dar, realmente, pelo menos isto: um pouco mais de oportunidade às mulheres no que se refere ao mercado de trabalho, ou seja, a possibilidade de trabalhar para poder ter uma diminuição da pena.

Eu não vi, na apresentação, se há algum dado relacionado aos casos de reincidência, quer dizer, quantos dos homens que vão para o sistema penitenciário retornam ou cometem novamente um crime e quantas mulheres reincidem no mesmo crime ou em outro crime, até para ver efetivamente se a mulher aprende a lição ou não. Entendendo muito bem o que eu quero colocar, eu acho que a mulher apenas é muito mais vítima do que o homem. E eu vou chegar lá. Mas digo isso para ver se ela, por ser mãe, por ser, muitas vezes, arrimo de família, por ser filha, por passar por aquela experiência, fala: "Bom, não vou mais me submeter a isso." Então, eu queria saber, primeiro, se existe alguma coisa em relação à questão da reincidência, porque aí eu vou direto à minha intervenção, Senadora Vanessa.

Escutando atentamente a exposição da Thandara, veio-me aqui que talvez... Eu estou pensando alto, e toda vez que a gente fala sem pensar muito, comete erros, mas eu, às vezes, no afã de querer resolver, sou um pouco afoita. Talvez nós pudéssemos apresentar um requerimento na semana que vem, nesta Comissão e, se for aprovado, em nome da Comissão, um estudo feito por esta Casa para que nós pudéssemos talvez ter duas ou três alternativas. Em nome da Comissão, poderíamos apresentar um projeto de lei temporário, no sentido de se garantir por um determinado momento que se fizesse, dentro do sistema, não só com o auxílio do Executivo, mas também do Judiciário, um verdadeiro mutirão para que nós pudéssemos, com certos critérios muito claros, permitir que, sob certas condições, nós pudéssemos não esvaziar – e não é esse o termo –, mas nós pudéssemos diminuir a população carcerária feminina. Em que sentido? No seguinte sentido. Do pouco que eu conheço de Direito Penal – não é a minha área, a última vez em que eu vi Direito Penal foi na faculdade, no início dos anos 90 –, mas em que sentido?

Eu vi aqui que é de 0,3, digamos assim, o excesso, a superlotação das mulheres dentro dos presídios, de 134%. Nós temos 36 mil mulheres apenas – 38 mil! Se nós conseguíssemos reduzir em 8 mil, 9 mil, nós provavelmente resolveríamos o problema de superlotação, ou seja, das que ficam, e daríamos oportunidade para as que saem. Quem seriam essas? Fiz aqui alguns itens. Primeiro, o tipo penal. É claro que não seria para quem cometeu um homicídio doloso, mas para as mulas, é o termo que se usa, e a maioria dos casos é: ela não é a chefe do tráfico, ela não é a traficante, ela simplesmente carrega uma trouxinha de cocaína, de *crack*, a mando do companheiro, do namorado, ela é seduzida, uma vez que nós vimos que 89% delas não têm instrução necessária para, de repente, buscar outros caminhos. Então, pelo tipo penal. Que sejamos muito rigorosos em relação ao tipo penal, desde que sejam primárias, desde que tenham bom comportamento.

Baixa renda. Eu acho que também isso pode ou não ser colocado; talvez sim.

Ver até, se for o caso, as que tenham filhos. E aí, nesse caso, com umas variantes: ter cumprido um sexto da pena, ou um oitavo da pena, uma vez que eu olhei aqui e, pelos dados, as penas, em média, variam de quatro a oito anos, quer dizer, quem cumpriu um ano, quem cumpriu um ano e meio.

Então, talvez, fazer um estudo aqui no Senado, em nome da Comissão, que não teria autoria de ninguém ou talvez daquelas que quiserem assinar, para que nós pudéssemos ou ter uma lei com esse lapso temporal ou mesmo ir ao Conselho Nacional de Justiça conversar, por exemplo, com a Ministra Cármen Lúcia, com a Ministra Rosa Weber, que são do Judiciário e poderiam estar nos ajudando nessa instrução para ver de que forma nós podemos diminuir a injustiça que muitas vezes acontece dentro da...

Eu não tenho preocupação em ser politicamente correta ou incorreta. Eu, particularmente, tenho até algumas ressalvas em relação a isso ultimamente. Mas nós não podemos realmente esquecer que, quando se fala de sistema penitenciário feminino ou quando se fala de mulheres que cometem crimes, nós somos muito diferentes em relação aos homens, seja em relação à violência, ao tipo penal cometido, à situação social onerosa que causa à sociedade, à família e às crianças. Por isso eu falei que, se tem filhos, o tempo a ser cumprido pode ser menor para o efeito de sair. E ela não vai sair com liberdade, ela não vai ter o perdão da pena. Ela vai sair para cumprir um semiaberto ou uma liberdade condicional para poder trabalhar. Enfim, eu acho que nós causamos muito mais problema social deixando essa mulher dentro do presídio, se ela tiver condições de sair, do que a mantendo lá, além da economia para o Estado, para a sociedade, que paga impostos também e que, às vezes, tem que manter aqueles que cometem crime no sistema carcerário.

Então, são essas colocações. Ou nós faríamos em forma de lei temporária, através de um mutirão, ou por meio do Poder Judiciário, no sentido até de ser um projeto de iniciativa do próprio Poder Judiciário. Enfim, é um estudo.

Eu deixo essa grande questão para ser debatida depois sob o seu comando, Presidente, uma vez que foi de autoria de V. Ex^a esta audiência pública, mas eu acho que pode sair daqui realmente uma grande contribuição para a sociedade brasileira. De um lado, a sociedade, não aguenta mais pagar tantos impostos e ver esses impostos, muitas vezes, indo inclusive para sustentar um sistema penitenciário falido. Quanto custa um preso ou uma presa dentro da prisão? E do outro lado, nós o faríamos pensando no caráter humano, humanitário, não delas em particular somente, mas da família, dos filhos que lá estão.

Então, são essas as colocações que faço.

Por fim, é só uma pergunta mesmo. Um dado que eu tinha, do Ministério da Justiça, de 2013 – eu estava tão tranquila em relação a esse dado, tão feliz que falei: nós não vamos precisar olhar essa questão sob a ótica de cor nem de raça, e agora vi que não, que vamos precisar – colocava que 54% das mulheres presidiárias identificavam-se como negras ou pardas. Isso em 2013. O dado que V. S^a trouxe, de 2014, é que 68% se consideram negras ou pardas. Esses dados estão certos? O que aconteceu? Porque, senão, nós também vamos ter de ter um olhar especial sob essa ótica de raça e que cor, e nós não queríamos que isso estivesse no cômputo dessa conta.

Então, são essas considerações.

Parabênizo, mais uma vez, pela audiência pública. Eu vou começar, a partir de agora, a pensar nesse assunto. Tomara que tenhamos condições de prosperar em relação a esse projeto, que seja um projeto constitucional, legal e que possa ser feito em nome da Comissão ou, se não for por unanimidade, de todas as que assinarem em nome dela.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – Eu cumprimento V. Ex^a.

Eu estou inscrita. Não há mais ninguém inscrito. Será que há algum problema em fazer alguns questionamentos daqui? Creio que não, não é?

Senadora Simone, primeiro, eu quero cumprimentá-la.

O objetivo, Sr^a Thandara, dessas audiências públicas não é só trazer ao conjunto do Parlamento o conhecimento dos dados acerca de uma determinada questão. O objetivo maior de todas nós é, a partir do conhecimento dos dados, ver como o Parlamento pode se mobilizar para ajudar a resolver o problema.

E aí eu quero, Senadora Simone, devolver a bola a V. Ex^a, porque, apesar de, na universidade, ter apenas estudado Direito criminal, seria muito importante que V. Ex^a coordenasse a elaboração desse projeto de lei. Nós delegamos isso para V. Ex^a, porque é fundamental.

Aqui há um dado que mostra que um terço, quase um terço das mulheres privadas de liberdade estão sem qualquer condenação, sem qualquer condenação. Então, esse é um dos pontos. Acho que uma iniciativa nesse sentido é muito bem-vinda.

Segundo, faço uma observação muito rápida sobre o que a Deputada Carmen Zanotto levantou, assim como V. Ex^a. É óbvio que, pelo senso comum, entre aplicar recursos públicos em um presídio, em uma escola ou unidade de saúde, a população quer que o recurso seja aplicado na escola ou na unidade de saúde. É comum ouvirmos pessoas dizerem: “Olha quanto estou pagando! Um presidiário custa mais do que um aluno, por ano, na sala de aula!” Daí dizemos que o sistema prisional brasileiro é falido, porque deveria ser um sistema autos-

sustentável e um sistema lucrativo. Além disso, além de desonerar os cofres públicos, trabalharia muito melhor a capacidade de recuperação daquelas pessoas que cometeram qualquer tipo de ilícito.

Temos uma estrada longa a percorrer, mas não podemos esmorecer, não podemos desanimar. Creio, como todas aqui já falaram, que devemos valorizar muito as iniciativas dentro da população carcerária feminina, porque é muito mais fácil lidar com mulheres do que com homens, inclusive para o trabalho. Acho que isso é muito importante.

Vou, rapidamente, fazer algumas perguntas.

Sobre o crescimento, V. S^a colocou ali um número e acho que precisamos de uma exposição mais detalhada. Por que nesses últimos 14 anos a população carcerária masculina aumentou 220% e a feminina, quase 600%? Qual a explicação? Qual o porquê de isso acontecer? Porque é um número muito disforme, está muito distante o crescimento da população carcerária feminina em relação à masculina.

Segundo: está claro, acho, para quem tem dúvida que as mulheres são as grandes vítimas, porque ninguém comete um crime porque quer ou porque tem má índole, mas porque uma série de circunstâncias levam a isso. Está aqui: mais de 50% das encarceradas estão ali em razão do tráfico de drogas e não é esse o percentual dos homens, é muito mais por homicídio, roubo. E por quê? Porque elas se colocam na condição que a Senadora Simone Tebet colocou, transportam quantidades pequenas, e aquela é uma forma de ganhar de dinheiro, muitas vezes para sustentar suas famílias. Não são elas as chefes do tráfico. Até há, mas é uma minoria, um percentual muito pequeno. E são jovens negras de 18 a 29 anos de idade. Olha a situação que temos no País.

Uma pergunta que faço é sobre o porquê desse crescimento tão significativo das mulheres em relação aos homens e sobre as gestantes que estão nos presídios. A pesquisa chega ao ponto de analisar a situação de atendimento a essas mulheres, se a elas são disponibilizados o atendimento integral à saúde, serviço de pré-natal, a concessão dos medicamentos que uma mulher gestante necessita e tudo mais?

Outra pergunta. Recebemos muitas denúncias aqui, inclusive matérias assinadas por jornalistas respeitadas que dão conta do fato que a Deputada Carmem Zanotto aqui relacionou, que, pela falta do acesso ao absorvente, utilizam pão. Outros informes que temos aqui é que, quando as mulheres detentas vão dar à luz, vão algemadas. Isso procede? E, se procede, qual o percentual e a postura do Ministério da Justiça em relação a isto que consideramos um ato de violência extremado, inimaginável, uma mulher que vai dar à luz estar algemada? Não consigo imaginar isso. Queria que V. S^a falasse um pouco mais sobre isso.

Gostaria de convidar a Senadora Simone Tebet para assumir a Presidência, porque terei que ir a uma Comissão e volto já.

Passo a palavra à Deputada Keiko, que tem questionamentos a fazer. Quero apenas, Deputada Keiko, comunicar a presença aqui de Pola Karlinski, que é Secretária-Executiva do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, que está nesta audiência representando a Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, Sr^a Wilma dos Reis.

Muito obrigada pela presença, Pola.

A SR^a KEIKO OTA (PSB - SP) – Quero, antes de mais nada, dar uma boa tarde a todos.

Quero aqui confessar que, ao ver essas notícias sobre o sistema carcerário feminino, estava muito angustiada, mas, com a proposta da nossa Presidente, Senadora Simone, fiquei bem aliviada. Nós sabemos dos números, mas precisamos buscar uma solução.

Realmente, parabéns! Foi uma proposta boa. Conte comigo!

Ouvindo a Deputada Zanotto, com tantas informações, acho que podemos fazer um trabalho muito benfeito para diminuir essa violência, que é a nossa obrigação como cidadã, como Parlamentar. Devemos envolver também os movimentos sociais e tentar chegar a um consenso sobre a melhor forma de reverter esse quadro e, principalmente, de investir e insistir numa cultura de paz. Além disso, devemos buscar um meio de as famílias se sentirem mais seguras para poder oferecer estruturas físicas e emocionais aos seus filhos. Acho que pode ocorrer um círculo vicioso, se não cuidarmos das nossas mulheres, porque as crianças precisam muito dos cuidados da mãe.

Eu também tive a oportunidade de trabalhar, nessa Páscoa, entregando 20 mil ovos, Senadora, às crianças carentes. Eu percebia, na fila, o quanto as mães estavam ausentes e perguntava: onde está a mamãe? Eles falavam assim: “Nossa, minha mãe está presa.”

Fiz uma palestra também num sistema penitenciário feminino e vi um número muito grande de mulheres. Até perguntei para a diretora: o que aconteceu, porque fiz essa palestra há cinco anos e havia menos mulheres? Agora, vi que o número estava triplicado e fiquei assustada. Hoje, como a Thandara falou, percebi que a quantidade de mulheres realmente aumentou. Então, acho que o tema é de extrema importância.

Parabéns para todas nós aqui!

Tenha certeza de que nós vamos estar ao seu lado, passo a passo, para que possamos realmente diminuir essa violência.

Senadora, eu também queria dividir com todas vocês que fiz uma visita, nessa segunda-feira, ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Dr. Alexandre, para tratarmos dos pancadões. O Secretário disse que o foco é regulamentar os pancadões com a ajuda do prefeito, no caso do meu Estado. Para nós, o caminho não é proibir, pois isso fere o direito de liberdade dos jovens, que também carecem de diversão, cultura e lazer, só que os pancadões devem ocorrer num ambiente que esteja longe da venda de bebidas alcoólicas, do tráfico de drogas e da violência sexual. Precisamos, principalmente, coibir a violência sexual, que é o grande objetivo desta Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – a violência sexual de crianças e adolescentes. Os pancadões, segundo o Secretário, ocorrerão em locais específicos para melhor garantir a ordem e a segurança aos jovens que vão frequentar esses locais.

Acho que é importante acompanharmos isso passo a passo, até que essa regulamentação aconteça. E eu vou estar lá presente.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Sou eu que agradeço, nossa querida Vice, Deputada Keiko Ota.

Antes de passar a palavra à Deputada Christiane, eu quero só informar que a segunda parte da reunião da Comissão ficou para a próxima audiência, porque a Senadora Regina Sousa está presidindo o plenário e vai, depois, fazer um resumo muito rápido sobre a conclusão do relatório dela a respeito da avaliação de políticas públicas sobre o enfrentamento à violência que ela fez na Comissão de Desenvolvimento Humano. E ela tem algumas questões interessantes. Dali, inclusive, surgiu um projeto de lei que foi aprovado semana passada, de autoria dela, que institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no que se refere especificamente aos dados. Então, ficou para a próxima.

Nós temos na terceira parte apenas dois requerimentos. Se tivermos quórum, vamos votar.

Antes de passar a palavra para a Thandara, que é representante do Depen, nós vamos conceder a palavra para a Deputada Chris.

Quero só informar apenas que, em relação à minha sugestão, que eu dei, a Resolução nº 1 do Congresso Nacional estabelece no art. 3º que compete à Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, entre outras atribuições: I) diagnosticar as lacunas – foi o que nós acabamos de fazer – das ações e serviços relacionados às mulheres vítimas de violência; e, II) apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência. Então, aquela sugestão está de acordo com a resolução do Congresso Nacional.

O que eu faria para adiantar, por responsabilidade própria? Eu vou consultar já, amanhã mesmo, os doutores na área de Direito Penal, os consultores do Senado, e o faço em meu nome, e, na semana que pudermos votar, já na próxima, nós votaríamos um requerimento de minha autoria, ouvindo as colegas e os colegas se nós poderíamos apresentar, em nome da Comissão, uma proposta relacionada a esse assunto. Porque nós não podemos deliberar sem termos o quórum suficiente.

Mas eu já adianto, para que nós, daqui a 15 dias, possamos dar continuidade e ser muito objetivas, muito práticas, muito rápidas. Como disse a Deputada Chris, nós estamos precisando mostrar que temos vontade política; saída para muitos dos problemas, nós temos. Então, vontade política nós, mulheres, aqui temos, rapidez não vai ser o problema, porque nós vamos unir esforços para poder buscar, pelo menos, uma solução a esse problema.

Deputada, com a palavra.

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (Bloco/PR - PR) – Só para deixar um registro, Presidente, nós temos visto que muitos Estados do País não fornecem nem o *kit* básico de higiene. E algumas mulheres não possuem família, elas estão presas em alguns Estados, não possuem família. Então, a situação é gravíssima, é desumana, e realmente a sua sugestão de fazermos com que essas mulheres, que não precisam estar lá, e ficam presas, às vezes, por pequenos delitos, e são esquecidas, muitas vezes esquecidas lá dentro, porque a família... Algumas nem família têm mesmo. É um absurdo isso! Então, não é apenas uma questão de justiça que a lei venha em favor do cidadão, mas é uma questão de humanidade. Não estamos aqui para defender criminosos ou criminosas, mas estamos aqui para defender a sociedade, que precisa de defesa daquelas que são menos favorecidas.

Então, é só deixar o registro, não é?

Eu estava conversando agora com uma assessora e ela falou: “Elas não têm nada! Nada!” É um absurdo, um absurdo. O Estado não providencia esses *kits* de higiene, então elas não têm pasta de dentes, não têm sabonete, elas não têm absorvente, elas não têm nada. E realmente é uma questão deprimente. Precisamos rever. Se cabe a nós isso, então vamos fazer.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Eu que agradeço, Deputada Christiane, e passo a palavra à Deputada Érika Kokay, não sem antes dizer que o que me chamou muito a atenção, principalmente na visita que fiz, muito mais na capital – como disse, a situação é muito mais degradante, quanto maior for a cidade, maior o sistema carcerário – realmente é o abandono, é o descaso e a angústia.

O que me fez pensar num possível projeto, se ele é ou não constitucional nós vamos ficar sabendo, se não for, nós podemos adaptá-lo aos preceitos constitucionais, foi que eu vi no olhar delas. Eu senti, no contato com essas mulheres presidiárias, não só a angústia, o desespero, mas eu vi ali, em muitas delas, um arrependimento e em muitas delas a seguinte pergunta: “O que é que eu fiz da minha vida? Que mal que eu causei para a minha família, para os meus filhos?”

A angústia de estar longe dos filhos ou das filhas pode fazer com que essas mulheres, se tiverem esse beneplácito da lei, que é nossa sugestão, de poder sair mais rapidamente do presídio desde que sejam primárias, com bons antecedentes, o crime não seja hediondo, seja por serem mulas ou por qualquer tipo de furto, que não é como roubo, que requer a violência, enfim, dependendo do tipo penal, isso nós vamos ver no projeto como apresentaremos... Eu não tenho dúvida de que a reincidência, o retorno delas ao crime e ao sistema carcerário vai ser mínimo. Por isso que eu estou muito entusiasmada.

Desculpe, Deputada Erika Kokay. Com a palavra V. Exª.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu queria parabenizar a Comissão pela realização de audiência com este tema, fazendo esse recorte das mulheres encarceradas, porque tem um sofrimento, um sofrimento agregado, eu diria, no que nós sentimos quando entramos nos presídios femininos. A primeira coisa, que já foi falada, é a solidão. Há uma solidão muito grande. Se você vai a um dia de visita no presídio feminino, quem está para visitar são sempre mulheres. Os homens, os companheiros, os maridos abandonam, via de regra, a mulher vítima de encarceramento, ou em situação de encarceramento, e nós vamos ver que quem vão são as mães, as filhas.

O que eu consigo perceber, de forma muito clara, no que diz respeito às mulheres encarceradas é que há um sentimento de culpa muito grande, que é pelas ditaduras da perfeição que a sociedade impõe às mulheres. É como se a sociedade dissesse: “Você pode assumir sua função pública, mas sua casa não pode estar suja, você tem que estar disponível para o seu marido, você tem que cuidar, os seus filhos não podem adoecer.” São as ditaduras da perfeição do universo que é doméstico, que é um universo que não é repartido com o homem, via de regra, está aos cuidados da própria mulher e que origina a dupla e a tripla jornada.

Eu me lembro da fala de uma detenta que me dizia o seguinte: “A minha filha já não vem mais me visitar; ela não vem mais visitar e eu dou razão a ela; ela não tem que me visitar, porque eu errei; ela não tem que sofrer tudo isso que ela sofre para me visitar.” E ela estava falando das revistas vexatórias. É absurdamente medieval que nós tenhamos ainda esse tipo de revista para que as mulheres adentrem o próprio presídio. São as mulheres que acompanham os homens quando estão encarcerados, os filhos, os maridos, e são as mulheres que também acompanham e visitam as mulheres que estão encarceradas que são submetidas, em alguns lugares ainda, em Brasília não existe mais, aos espelhos, mulheres que muitas vezes nunca tiraram a roupa na frente dos seus maridos e que têm que desfilarem sem roupa na frente de um agente e fazer agachamento com um espelho.

Isso é um nível de violação de direitos imenso. Nós temos mecanismos, como os escâneres. A gente deveria ter como resolução, inclusive desta audiência, a implementação dos escâneres. Eles conseguem assegurar que não haja qualquer tipo de introdução de algo que não possa ser introduzido, como drogas ou armas, no corpo das mulheres, e mais: se respeita a dignidade das mulheres. Nós conseguimos aqui em Brasília, com muito custo, porque nunca era prioridade, seis escâneres, que são insuficientes, mas são importantes para as mulheres, as mulheres idosas e algumas mulheres, para que elas possam ser preservadas na sua dignidade humana, que é violada todas as vezes ao fazerem visita.

Por isso, essa senhora encarcerada dizia: “Eu entendo a minha filha e eu não quero que a minha filha pague por um erro que eu cometi”. Mas ela não tem que pagar por um erro que ela não cometeu. Ela não tem que sofrer qualquer tipo de humilhação e de violação de direitos porque um parente seu está encarcerado.

O que eu sinto é muita dor, muita dor. Nós temos um número grande de mulheres que estão em detenção provisória, aliás, isso é uma realidade deste sistema, não atinge só as mulheres, mas atinge sobremaneira as mulheres. As mulheres que estão encarceradas aqui e que têm outra nacionalidade têm um agravamento grande, e a gente precisa resolver isso. Nós não podemos fazer com que essas mulheres fiquem pensando aqui mais do que a sua sentença a impõe.

Há um alto índice de consumo de drogas lícitas, ou seja, à época, nós tínhamos mais de 60% das mulheres consumindo ansiolítico, porque a depressão é muito grande.

Para as mulheres que têm filhos dentro do presídio, muitas vezes nós vimos isso, há ausência de leite. As mulheres e o meninos recém-nascidos tomam leite longa vida. Os meninos precisavam se alimentar e não

tenham um leite próprio para as crianças recém-nascidas. Elas ficam seis meses com as crianças, poderiam ficar dois anos. Se o próprio Ministério diz que se deve amamentar até os dois anos, poderiam ficar dois anos, desde que tivessem condições para ficar. Não há condições adequadas para que as crianças fiquem lá, não há condições adequadas. Então, você não pode também encarcerar uma criança daquela forma. É preciso adaptar o direito, não retirar o direito porque o Estado não possibilita as condições. É fazer com que o direito seja assegurado a partir das condições que o Estado tem obrigação de efetivar.

Da mesma forma, vamos ver mulheres que têm o útero ferido. Aqui, durante um período, se proibiu de usar batom. Não podiam usar batom por uma questão de segurança. As mulheres tinham o seu útero.... É como se o útero fosse ferido. Há presídios brasileiros em que as mulheres não recebem calcinhas, as mulheres recebem cuecas. Ou seja, é como se a sua identidade de gênero fosse destruída. Esse sentimento de culpa não é apenas porque transgrediram a legislação, mas porque não podem ser mães, não podem ser esposas, não podem ser filhas.

Há discussão sobre a visita dos filhos. Só há a visita dos filhos se quem estiver detendo a guarda provisória permitir e acompanhar. Então, se a guarda provisória ficar com a família do marido, com o marido, e ele não quiser levar a criança, a mulher fica sem ter acesso ao próprio filho.

Nas visitas íntimas, no caso das mulheres que visitam os maridos presos ou os companheiros presos – a Deputada Carmen sabe disso porque participamos da CPI do Sistema Carcerário –, as crianças são levadas junto e ficam sem ninguém para cuidar delas porque não há espaço para cuidar as crianças enquanto acontece a visita íntima. Muitas vezes, as crianças ficam sem nenhum tipo de proteção dentro do presídio. Portanto, há um sofrimento de gênero para além de uma população carcerária que sofre neste País, porque não se ofertam escolas, não se oferta o trabalho, não se oferta a possibilidade de ressignificação da vida, de interrupção da vida delituosa. As mulheres têm um sofrimento de gênero, que é a solidão, que é a ausência da condição de ser mulher, de ser considerada mulher com suas especificidades. Tivemos aqui, inclusive, a ausência de absorventes. Estamos falando de mulheres que menstruam, porque as mulheres menstruam. Isso não pode ser negado, nem invisibilizado. Você não pode ter a ausência de absorventes para além das condições e dos instrumentos necessários para a manutenção da higiene.

Então diria que estou absolutamente de acordo que é preciso trabalhar com o indulto o máximo possível, considerando essa questão e a desorganização do seio familiar quando a mulher é encarcerada. Quantas mulheres são encarceradas por tráfico? Aqui em Brasília mais de 60% foram encarceradas por tráfico, muitas vezes, levando drogas para seus companheiros, maridos presos.

Portanto, é considerável fazer um mutirão com esse recorte de gênero, eliminar a revista vexatória e assegurar a liberdade da identidade de gênero, que as mulheres possam vivenciar a sua condição de serem mulheres. Elas não ficam desassociadas, sem gênero, desumanizadas ou assexuadas quando são encarceradas. Parece que ficam assexuadas. Parece que arrancam delas a condição de serem mulheres, arrancam delas a identidade de gênero. O sofrimento que isso proporciona os homens não vivenciam.

Portanto, diria que valeria a pena se pudéssemos ter, talvez, até uma subcomissão ou um grupo de trabalho desta Comissão para fazer esse recorte da violência que atinge as mulheres encarceradas porque são mulheres. A população carcerária é uma população sofredora neste País. É a quarta maior população carcerária do mundo. Em grande medida, por volta de 40%, são presos provisórios. A audiência de custódia acho que melhora, nessa perspectiva, mas não resolve. Nós precisamos fazer, penso eu, sugeriria – não participo mais desta Comissão, mas não pude deixar de estar nesta discussão, que é extremamente interessante –, um recorte de gênero e a criação de um grupo de trabalho ou de uma subcomissão para analisar melhor.

E aí, que nós possamos marcar com o Executivo, dando uma posição desta Comissão. Esta Comissão quer discutir o indulto; esta Comissão quer discutir a revista vexatória. É isso que atinge as mulheres, porque são mulheres encarceradas ou que têm seus maridos, companheiros ou filhos encarcerados. Que nós pudéssemos, Deputada Carmen e Deputada Christiane, fazer um relato desta audiência e marcar com o Poder Executivo, com o Ministro da Justiça, para que nós pudéssemos levar e dizer: esta é a posição desta Comissão Permanente, que discute a violência contra a mulher. É a violência que a gente consegue ver, que deixa marcas na pele, e uma que a gente consegue sentir, mas que é igualmente profunda e destruidora da nossa condição de gênero feminino e da nossa própria humanidade.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Érika Kokay, pelo brilhante pronunciamento e por ter compartilhado a sua experiência conosco. Nós estávamos exatamente tratando disso. Mas, antes de ir ao Executivo, a sugestão que demos foi que saísse daqui um estudo preliminar para poder entregar algo de concreto, analisando os preceitos constitucionais, aquilo que é possível fazer dentro do sistema e da legislação do Código Penal e do Código de Processo Penal, seja indulto, liberdade provisória, semiaberto,

seja de que forma for, com – claro – algumas condicionantes em que pensei quando sugeri, que pudesse sair daqui um projeto da Comissão.

V. Ex^a só errou em um ponto: V. Ex^a sempre fará parte desta Comissão. Todas as mulheres Parlamentares do Congresso Nacional são titulares da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher. Nós não podemos abrir mão da experiência e da competência de V. Ex^a. Antes, inclusive, de ir ao Executivo, uma sugestão que demos também foi que, com o pré-projeto, nós pudéssemos também nos cercar da experiência e da competência das Ministras do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, em especial das Ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber.

Vou passar agora a palavra, para suas considerações e para responder a todas as perguntas que foram colocadas, à Sr^a Thandara Santos. Ela vai fazer uma consideração geral sobre tudo isso e vai, com certeza, levar depois ao seu diretor-geral e ele, por consequência, ao Ministro da Justiça essa nossa ideia.

Quero dizer antes que nós temos a participação de muitos que estão nos assistindo e nos acompanhando pelo e-Cidadania, que é a participação popular. Há algumas perguntas. Para uma delas, eu acho até que nós temos a resposta. Provavelmente, isso aqui vai ser um grande indutor do nosso projeto, para mostrar como homens e mulheres são diferentes no que se refere à sua condição enquanto seres violentos ou não.

A primeira pergunta feita é participação de Dandara Baca, do Distrito Federal. Aliás, as três perguntas são dela. A primeira é a seguinte: “Quantas rebeliões aconteceram no sistema carcerário feminino no período do relatório?” Tenho certeza de que não chegamos a uma; se chegamos, foi o máximo. “Quais são os mecanismos coercitivos do Estado para evitar a rebelião nos presídios femininos? Eles são mais efetivos ou rebelião nos presídios femininos não tem a visibilidade dos masculinos?” Por fim: “As mulheres não têm material de higiene e os presídios não têm orçamento? Quem gere o orçamento do presídio e por que ele não é obrigado a reservar parte da receita a esse gasto?”. As perguntas são pertinentes, inteligentes. Quero parabenizar a participação da Dandara Baca, aqui do Distrito Federal.

Passo a palavra agora à representante do Depen, para suas considerações e para responder às indagações formuladas.

Gostaria também, antes de passar a palavra, de registrar a presença de Deise Benedito e Lucio Costa. São peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Muito obrigada pela presença. Sejam bem-vindos!

Com a palavra.

A SR^a THANDARA SANTOS – Primeiro, eu gostaria de fazer uma consideração geral sobre a questão da revista vexatória, que eu acho que é uma questão que perpassou várias das colocações aqui. O Departamento Penitenciário Nacional já se manifestou, inclusive em audiência pública realizada na Comissão de Segurança, sobre a questão da revista vexatória. O Departamento entende como uma violência contra a mulher, nos posicionamos nesse sentido em audiência e entendemos que a justificativa de ausência de equipamentos para inspeção eletrônica como justificativa para realização da revista vexatória não pode ser usada, porque isso é uma violação de direitos.

Não podemos, simplesmente, dizer que, pela ausência do equipamento, nós podemos corroborar uma violação de direitos nesse sentido. E as ações do Depen no sentido de extinção da revista vexatória são bastante contundentes. Só no ano de 2015, tivemos o repasse de R\$17 milhões em equipamentos para inspeção eletrônica aos Estados. Então, nós tivemos o repasse específico de 121 esteiras de raio X, 564 detectores de metal, 2.614 detectores de metal manual, que é aquela raquete, 1.120 detectores de metal do tipo banqueta.

Então, o departamento teve, ao longo de 2015, uma ação muito efetiva no sentido do repasse de recursos às unidades da Federação, para extinção da revista vexatória, porque nós entendemos como uma violação de direitos e uma violência contra a mulher; e não só uma violência contra a mulher apenada, a mulher custodiada, mas também uma violência contra os servidores do sistema prisional, que são obrigados a revistar essas mulheres dessa forma vexatória. Eu acho que isso já foi bastante posicionado pelo departamento.

Em relação ao PL nº 7.764, que é o PL da revista vexatória, ele ainda aguarda votação na Câmara, na verdade. O que foi votado foi o fim da revista em local de trabalho, exatamente. Então, a revista vexatória no sistema prisional, especificamente, que é o PL nº 7.764, ainda aguarda votação na Câmara.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. THANDARA SANTOS – Isso, isso.

Houve uma questão pontual também sobre a declaração de raça e cor no Infopen, uma divergência entre os dados de 2013 e 2014. Esse é um levantamento que a gente faz periodicamente. O Infopen é realizado semestralmente, então esse dado pode variar de um semestre para outro, ainda que a tendência seja a mesma, porque essa população não muda tanto de um semestre para outro, ainda mais em relação à raça e à cor,

e a gente sabe que existe uma seletividade do sistema penal, que é geral e que não vai mudar de um semestre para outro.

Mas uma questão que é muito importante observar, especialmente em relação à raça e à cor, é que todas essas questões de perfil sociodemográfico que eu apresentei aqui não são autodeclaradas. Todas essas questões são coletadas pelo Departamento Penitenciário Nacional, junto aos diretores das unidades prisionais. E aí isso pode variar de presídio para presídio; pode haver presídios em que existe um sistema mais estruturado de gestão da informação, e todos os prontuários estão dentro de um sistema único, e pode até ser que algumas dessas questões tenham sido autodeclaradas na inclusão do preso, mas nós não podemos afirmar isso, porque a nossa fonte não é um prontuário do preso; a nossa fonte é a declaração do gestor da unidade prisional. Então, este dado sobre raça e cor, especialmente, pode ter também um viés do próprio olhar do gestor sobre a população prisional. Isso não é autodeclarado. Isso é uma ponderação importante.

Uma explicação sobre o crescimento tão expressivo da população de mulheres no sistema prisional nos últimos 14 ou 15 anos: eu acho que é muito claro que esse crescimento está diretamente atrelado à reformulação da política de drogas, uma política de drogas que fundamenta essa guerra ao pequeno usuário, ao pequeno traficante e que não desmantela uma estrutura de tráfico, que é um tráfico internacional, um tráfico muito maior do que o do pequeno traficante que está na ponta. E nós sabemos que quem está na ponta e quem é o pequeno traficante são principalmente as mulheres.

Assim como em todo mercado de trabalho em geral, nós temos também as mulheres em uma posição mais vulnerável dentro desse sistema de tráfico. Nós sabemos que as mulheres são as pequenas traficantes e são também as mulheres usuárias que estão nessa ponta as mais vulneráveis à ação penal e à ação da polícia, nessa seletividade do sistema que todos nós já conhecemos e que já foi bastante abordado em diversos estudos. Eu acho que o que mais explica esse crescimento tão expressivo é justamente essa política de guerra às drogas que se vê presente.

Nós sabemos também que o sistema prisional é um sistema caro, é um sistema ineficiente no sentido de desmantelar as grandes estruturas de criminalidade. Então, ele tem pouco impacto na redução dos índices de homicídio. Por exemplo, nós temos dados alarmantes sobre os indicadores de homicídio no País, que foram publicados na semana passada, no Atlas da Violência inclusive. E nós vemos que essa política de encarceramento em massa não tem um impacto direto na redução dessa criminalidade. No caso das ocorrências de tráfico de drogas, também não vemos uma redução condizente com a política de encarceramento em massa.

O Departamento de Penitenciária Nacional tem investido nos últimos anos, e no último ano de forma mais incisiva, na valorização de uma política de alternativas penais, na promoção de uma política de alternativas penais. Então o departamento tem estruturado modelos de gestão para as políticas alternativas penais e tem feito diversas pesquisas e levantamentos para qualificar o debate sobre a monitoração eletrônica e sobre diversos mecanismos de políticas de alternativas penais. Nós entendemos que essa é a resposta mais eficiente em termos de gestão pública, em termos de administração pública para a questão da criminalidade.

É claro que o departamento não se furta ao financiamento e ao investimento na construção de unidades prisionais. E nós temos um programa nacional de construção de unidades prisionais que tem tido diversos resultados expressivos também nos últimos anos, especialmente no último mandato, mas nós entendemos que o caminho para a redução do déficit de vagas e para a redução da criminalidade em si não é o da construção pura e simplesmente. Tem que ser um caminho mediado também pelas políticas de alternativas penais. Nesse sentido, o departamento tem se posicionado na formulação de um modelo de gestão que possa qualificar a aplicação dessas medidas.

Um dado também importante em relação a esse panorama geral de violações de direitos que se vê no sistema prisional e nos dados apresentados pelo Infopen é que nós temos 11.269 mulheres presas sem condenação. Estamos falando de mulheres que estão encarceradas sem que a sua condenação tenha sofrido trânsito em julgado. Essas mulheres poderiam responder em liberdade, principalmente se considerarmos que a grande maioria delas são pequenas traficantes e até usuárias de drogas.

Nós temos um dado importante de uma pesquisa do Ipea, realizada a pedido do Depen, sobre as penas e medidas alternativas: 37% dos réus que responderam ao processo presos não foram condenados à pena privativa de liberdade ao final do processo. Então, 37% dessas pessoas que estão encarceradas ali, sem uma condenação, ao final do julgamento, ao final de todo o trânsito da ação penal, não receberam pena privativa de liberdade. Então elas realmente tiveram o seu direito de liberdade violado pelo Estado durante todo esse período. Esse é um dado muito alarmante quando se pensa no contexto geral de violação de direitos perpetrado por essa política de encarceramento em massa.

Algumas outras questões pontuais.

Em relação ao parto com algemas, as Regras de Bangkok, as regras de Mandela, todos os grandes documentos de recomendações internacionais para o sistema prisional e para o sistema de justiça são observados pelo Governo brasileiro. Obviamente o departamento se posiciona totalmente contrário à prática do parto com algemas, mas nós sabemos que isso ainda existe em diversos Estados. Aí vale a articulação da sociedade civil e do Congresso, das Deputadas e Senadoras que estão inseridas nesta Comissão no sentido de visibilizar essas práticas de violação de direitos e de cobrar dos Estados uma resposta em relação a essas violações.

Em relação à pergunta sobre as rebeliões, eu não tenho aqui o dado final sobre as rebeliões, até porque nós publicamos no nosso *site* uma base aberta com todos os microdados do levantamento do Infopen. E o microdado sobre a informação das rebeliões foi classificado como informação sigilosa, até por uma questão estratégica da administração prisional. Só o que nós podemos publicar é o dado agregado nacional sobre o total de rebeliões. E eu não tenho aqui esse dado das unidades femininas. A minha impressão é de que também esse número é zero, mas precisaria confirmar isso a partir dos dados que foram informados pelos gestores da administração prisional.

Mais alguma questão?

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Temos mais uma pergunta aqui, da Dandara: “Qual é a política pública de inserção das mulheres pós-cárcere? Elas estão alcançadas pelas políticas habitacionais e de emprego?”

O SR. THANDARA SANTOS – O Depen tem... Foi publicada em janeiro de 2014 a nossa portaria interministerial que instituiu a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (Pnampe). Essa política foi construída em pactuação com 11 Ministérios e define as diretrizes, os objetivos e as metas para formulação de políticas estaduais para atenção às mulheres encarceradas e egressas do sistema prisional. Especialmente em relação às egressas, nós temos dentro das metas da política a promoção de ações voltadas às egressas do sistema prisional por meio de setor interdisciplinar específico. Então, nós estamos falando de políticas de promoção ao acesso ao mercado de trabalho, de políticas de promoção ao acesso à educação, de toda uma articulação de políticas intersetoriais que estão voltadas para a reinserção das mulheres egressas do sistema prisional.

Nós sabemos que ainda existe uma grande estigmatização em relação aos egressos, não só as mulheres, mas também os homens. E o departamento tem se posicionado no sentido de também criar esses modelos de gestão para as políticas estaduais voltadas aos egressos. Nós sabemos que o poder de articulação do Governo Federal com os Estados é limitado pelo Pacto Federativo, mas nós temos tentado criar modelos de gestão e modelos que definam diretrizes para a garantia de direitos na formulação das políticas estaduais.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Nós chegamos ao final. Quero...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Há algo mais?

O SR. THANDARA SANTOS – É sobre o orçamento. O orçamento dos presídios é estadual, na verdade. O que o Depen firma são convênios com as unidades da Federação para políticas específicas.

Em relação à saúde, principalmente, nós temos as ações articuladas não só com o Ministério da Justiça, mas também com o Ministério da Saúde. Então, especialmente na questão da saúde prisional, que entraria aí na atenção às mulheres gestantes, às mulheres lactantes dentro do sistema, nós temos uma articulação com o Ministério da Saúde. Então, não são só os recursos do Ministério da Justiça que são repassados aos Estados também.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Chegamos ao fim.

Eu quero agradecer pela contribuição à Thandara, que trouxe os dados que geraram uma discussão e também uma proposta, que achei muito importante. Então, obrigada.

E eu quero agradecer às Deputadas Christiane e Zanotto, comprometidas, e a todos aqui presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 27 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2016, NO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e dezesseis, no Plenário número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM, com a presença das Senadoras Angela Portela, Marta Suplicy, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Fátima Bezerra e Regina Sousa; das Deputadas Conceição Sampaio, Laura Carneiro, Tia Eron, Christiane de Sousa Yared, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Soraya Santos, Dâmina Pereira, Margarida Salomão, Maria do Rosário, Keiko Ota e Flávia Moraes; e do Deputado Jean Wyllys. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão: a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Hélio José e a Deputada Ana Perugini. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à apreciação de Requerimentos e apresentação e aprovação do plano de trabalho da Comissão do ano de 2016. A Presidente procede à leitura dos Requerimentos nº 1 e 5, de 2016, ambos de autoria da Deputada Carmen Zanotto, subscritos pela Senadora Angela Portela. Colocados em votação na Câmara dos Deputados, os requerimentos são aprovados. Colocados em votação no Senado Federal, os requerimentos são aprovados. A Presidente procede à leitura do Requerimento nº 10, de sua autoria. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A Presidência procede à leitura dos Requerimentos nº 8 e 9, de autoria da Deputada Luizianne Lins, subscritos pela Senadora Vanessa Grazziotin. Colocados em votação na Câmara dos Deputados, os requerimentos são aprovados. Colocados em votação no Senado Federal, os requerimentos são aprovados. A Presidência passa a Palavra à Relatora, Deputada Luizianne Lins, que faz suas considerações. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 12, de autoria da Deputada Luizianne Lins. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 3, de autoria da Deputada Luizianne Lins. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 6, de autoria da Deputada Luizianne Lins, subscrito pela Senadora Fátima Bezerra e pelo Deputado Jean Wyllys. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 11, de autoria da Senadora Regina Sousa, subscrito pelas Senadoras Angela Portela e Fátima Bezerra. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. Registra-se a presença dos Senhores: Ana Maria Drummond, Assessora Estratégica da Organização Childhood Brasil; Luciana Maria Agoston Burr, Advogada do Escritório Rayes e Fagundes Advogados Associados; Raquel Elita Alves Preto, Sócia do Escritório Preto Advogados; Lígia Paula Pires Pinto Sica, Coordenadora Executiva do Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito de São Paulo/FGV; e Thiago Pierobom, Promotor de Justiça e Coordenador do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do MPDFT. Fazem uso da palavra as Senadoras Angela Portela, Ana Amélia, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin; e as Deputadas Moema Gramacho, Maria do Rosário, Luizianne Lins, Keiko Ota, Margarida Salomão e Flávia Moraes. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas da 1ª, 2ª e 3ª Reuniões. Colocadas em votação na Câmara dos Deputados, as atas são aprovadas. Colocadas em votação no Senado Federal, as atas são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora SIMONE TEBET
Presidente

SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se basicamente a dois objetos: à apreciação de requerimentos que estão sobre a mesa e à apresentação e aprovação do plano de trabalho da Comissão do ano de 2016, apresentado pela ilustre Relatora, Deputada Luizianne Lins.

Passemos à deliberação dos requerimentos apresentados.

Estão sobre a mesa requerimentos de autoria da Deputada Carmen Zanotto subscritos pela Senadora Angela Portela. São os Requerimentos nº 1 e nº 5.

Passo a ler os requerimentos antes de sua discussão.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 1, de 2016 - Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para se conhecer e discutir exemplos de políticas e legislações adotadas em diferentes países e no Brasil para promover o empoderamento econômico da mulher e seus impactos na diminuição nos índices de violência de gênero.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

Requer, nos termos regimentais, portanto, que seja realizada audiência pública com esse fim específico. Para isso, sugere que sejam convidados como debatedores: Nilma Lino Gomes, Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos – nós vamos fazer aqui depois a retificação em relação à autoridade e a sua atribuição –; Paula Tavares, pesquisadora do Banco Mundial e autora do relatório *Women, Business and the Law 2016*; e representante do Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A justificativa será apresentada pela Senadora Angela Portela. Antes de passar a palavra à Senadora – ela poderá fazer a discussão dos dois requerimentos – mais um requerimento.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 5, de 2016 - Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a implementação de políticas amplas e articuladas que requerem ações conjuntas dos diversos setores envolvidos com a questão do enfrentamento à violência contra as mulheres, as quais promovam o empoderamento das mulheres através da constituição de redes de atendimento de caráter multidimensional, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a justiça, a educação, a segurança pública, a assistência social, a cultura, entre outros.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

Nos termos regimentais, portanto, solicita a realização de audiência para os fins já mencionados e solicita que sejam convidados os seguintes participantes: Sr. Maurício Viana, Coordenador do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas (Dapes) do Ministério da Saúde; Srª Ivânia Ghesti-Galvão, Assessora da Frente Parlamentar da Primeira Infância; Srª Angelita Hermann, Coordenadora Nacional de Saúde do Homem do Ministério da Saúde; Srª Vanna Puviani, Psicoterapeuta e Docente da Universidade de Bolonha, Itália; Sr. Sérgio Bittencourt, da Secretaria Psicossocial Judiciária (SEPSI) do Tribunal de Justiça do DF e Territórios; e Flávio Debique, da Plan Internacional.

São os dois requerimentos que passamos a discutir.

Para discutir, tem a palavra a coautora, Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT - RR) – Srª Presidente Senadora Simone Tebet, eu subscrevo os dois requerimentos da Deputada Carmen Zanotto por considerar ser de extrema relevância neste momento que a Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher discuta esse tema tão relevante e importante, que inclui também o empoderamento da mulher, sua condição econômica, no momento em que o País está chocado diante de casos de estupro coletivo.

A sociedade inteira, toda a imprensa, os meios de comunicação, os movimentos sociais, fizeram muitas manifestações pelo Brasil afora mostrando sua indignação e a necessidade de também o Parlamento brasileiro tomar iniciativas no sentido de diminuir esses índices de violência. V. Exª, como Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, agiu rapidamente, com a Bancada Feminina no Senado e na Câmara, no sentido de promover uma ampla discussão sobre esse tema.

É inadmissível o que nós vimos semana passada, é inaceitável. E nós temos a obrigação de, nesta Comissão do Senado Federal, discutir o que aconteceu amplamente, detalhadamente. E este requerimento que subscrevo, da Deputada Carmen Zanotto, vai oferecer a todos nós uma oportunidade rara e intensa de debate para que aprofundemos essa questão.

Nós não podemos mais permitir que se continue achando que esse tema é tabu: “Ah, não pode discutir porque a sociedade brasileira é conservadora”. Acaba que a mulher vítima de violência é também penalizada do ponto de vista moral, do ponto de vista físico, social. Há o despreparo também das delegacias para receber

a mulher vítima de violência. Nós vimos que, no caso da moça do Rio de Janeiro que foi vítima do estupro coletivo, o primeiro delegado que a atendeu estava totalmente despreparado para receber uma mulher vitimizada.

E aí, Senadora, temos que refletir sobre recursos orçamentários que precisam ser destinados a Estados e Municípios para poderem ampliar a rede de proteção à mulher vítima de violência doméstica – isso é importante –, violência sexual. Se os Estados e os Municípios não tiverem condições e recursos para potencializar, para capacitar as delegacias especializadas no atendimento à mulher, as defensorias públicas, enfim, toda a rede de proteção, nós não teremos como mudar esses indicadores de violência contra a mulher tão cedo. É preciso haver investimento para que a Lei Maria da Penha seja efetivamente cumprida por Estados e Municípios e a mulher possa, quando for vítima de violência, encontrar, na delegacia especializada, no órgão em que ela tem direito de ser recebida, o amparo de que ela precisa para enfrentar uma situação que não é fácil.

Sabemos que há subnotificação de casos de estupro em todo o Brasil. Isso é uma realidade. Então, para diminuir esses números de violência contra a mulher, para acabar com a cultura do estupro coletivo, são necessários, sim, investimentos federais, estaduais e municipais. É preciso, sim, levar essa cultura para dentro das escolas públicas do nosso País.

Então, eu queria pedir autorização às nossas queridas Senadoras e Deputadas desta Comissão para aprovar este requerimento, que subscrevo, da Deputada Carmen Zanotto.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

Continuam em discussão ambos os requerimentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Senadora Simone Tebet.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Além de também endossar o requerimento da Deputada Carmen Zanotto, combativa e ativa militante das causas de interesse da mulher, da defesa da mulher e da área da saúde também, eu queria dizer que é lamentável que seja necessário um caso dessa gravidade, um crime hediondo como esse estupro coletivo, para que nós nos mobilizemos em torno de matérias que tramitam na Casa e que são muito relevantes – o Senador Ricardo Ferraço é autor de um projeto de que sou Relatora e que está na CCJ; a Senadora Marta Suplicy tem projeto.

Fui procurada por delegadas de polícia do meu Estado. Uma delas usa uma algema cor de rosa, porque ela viu, nos Estados Unidos, que a delegacia de mulheres usa essa algema – usa-a, eu diria, não para provocar, mas como símbolo da força e do poder da mulher na prisão de um agressor contra a mulher. Então, elas me procuraram.

Aqui a Senadora Fátima Bezerra também me apresentou um grupo de líderes delegadas mulheres – antes, inclusive, desse episódio que aconteceu no Rio de Janeiro, esse grave crime que aconteceu – que se mobilizam no sentido de votarmos o PLC 7, que trata, claro, de uma questão importante, mas não tão grave quanto esta que diz respeito à revista íntima das mulheres.

Quero dizer também, Senadora Simone Tebet, que, quando disputei o governo do Rio Grande do Sul, em muitos contatos que tive na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, constatei que, quando uma mulher é agredida, violentada, e vai fazer um B.O., as delegacias, de modo geral, não têm uma sala – uma sala, não vou nem falar que a delegada seja mulher, a inspetora ou quem vai colher o depoimento –, isso é feito dentro de uma sala coletiva. Ali estão todo tipo de pessoas, ali é tratado todo tipo de delito, e a mulher vai, às vezes, levando um filho menor e, na frente daquelas pessoas, ela tem que contar o que aconteceu. Então, ela sofre, eu diria, uma dupla violência: ter sofrido fisicamente aquilo e a dor da alma; e ainda precisar se expor a repetir aquilo no meio de pessoas e, às vezes, de um delegado desatento – não quero generalizar o que aconteceu no Rio de Janeiro, em boa hora o delegado foi substituído. Isso é para ver a que as mulheres estão expostas em nosso País nesse processo. Não há, digamos, maior punição do que ter que se expor coletivamente e narrar de novo a sevícia, a violência, enfim, tudo mais que decorre desse ataque à mulher, especialmente o ataque sexual.

Então, penso que poderíamos aproveitar essa oportunidade para aprovar esses projetos todos no Senado e, na Câmara, os que estiverem na Câmara. Eu subscrevo também, como fez a Senadora Angela Portela, o requerimento da Deputada Carmen Zanotto.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Para discutir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Com a palavra, para discutir, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, ouvi a observação feita pela Senadora Ana Amélia. Eu pensei exatamente sobre isso hoje quando vi como agiu o primeiro delegado que se relacionou com o caso mencionado de estupro da jovem do Rio de Janeiro: ele colocou o vídeo e fotos da moça nua na frente dela, com mais pessoas em volta, todos homens. A primeira pergunta feita foi se ela gostava ou costumava praticar sexo grupal. Isto me deixou realmente chocada: a falta total de respeito e adequação ao papel dele, a forma

de tratar um ser humano – no caso, uma jovem adolescente, mas poderia ser uma mulher adulta, seria igual o desrespeito. Entendi que tínhamos de tentar um *fast track*, uma tramitação muito rápida para esses processos, e vi que isso já existia: crime hediondo tem prioridade.

Pedi para minha assessoria elaborar algo que está faltando, que é um ritual adequado. Na linha do que a Senadora Ana Amélia falava, não havia nem um quarto separado, uma sala separada para essa moça. Não precisava ser uma sala separada, mas é preciso haver uma diretriz em lei para que uma pessoa estuprada, seja ela homem ou mulher, seja questionada ou entrevistada por pessoas do mesmo sexo dela. Isso é o mínimo.

E depois, outra coisa que eu pensei. Há outra característica de respeito que deve existir: tem que ser uma pessoa que tenha experiência na área – se for criança, de crianças ou de adolescentes – ou na área de violência. Alguém de delegacia ou de juizado – ou quem for entrevistar a pessoa – deve ter experiência de lidar com uma pessoa traumatizada por aquela questão; não pode ser qualquer delegado.

Esse delegado, é óbvio, é um machista e não tinha a mais leve ideia do que estava fazendo ali em relação àquela moça que sofreu um estupro. Seja quem for, acredito que, quando uma mulher é estuprada, você não pergunta se ela namora muito, se ela faz isso ou faz aquilo, se estava de saia curta. Não são essas as perguntas. Uma mulher estuprada é uma mulher estuprada. Para! É uma mulher estuprada; ela é a vítima, ela não faz parte de questionamento. Então isso me veio à mente.

Eu estou fazendo um projeto e vou apresentá-lo para ver se nós conseguimos esse avanço, um ritual adequado; isso é uma prioridade. Vimos que não foi prioridade; não foi, porque demorou 5 dias para pedir os exames necessários, o que fez com que ele pudesse depois dizer que não tinha nenhuma prova. Sem o vídeo, esses estupradores não seriam condenados nunca.

Outra questão também é lembrar, caras colegas Senadoras, que eu tenho um projeto, que não era referente a estupro especificamente, que está na pauta – acho que deve fazer mais de um mês – do Plenário do Senado para ser votado, que diz respeito à ampliação da assistência social. Hoje ela existe para a maternidade, para casos de crianças e adolescentes, e o projeto amplia isso. A PEC altera a Lei Maior do País para abrigar as mulheres vítimas de violência entre as pessoas que serão objeto de proteção estatal, mediante políticas de assistência social. Tem totalmente a ver com o que nós estamos hoje vivendo e que nós podemos já começar a votar hoje pedindo rapidez. Eu falo com a Vice-Presidente, que é a Deputada Keiko Ota, para que nós possamos apressar na Câmara também. É a PEC 43, de 2012.

E aí, de novo, eu me remeto às palavras da Senadora – acho que foi a Senadora Angela –, que comentou: nós estamos com pressa, mas, se não acontece alguma coisa excepcional, aquilo fica parado, porque não é prioridade, Senadora Regina. Nunca são prioridades as questões femininas, haja vista que isso está lá, há mais de um mês e meio, na pauta do Senado e nada acontece.

Era isso que eu tinha a falar sobre o caso, Sr^a Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Por enquanto, não é, Senadora Marta? Ainda temos alguns assuntos importantes para tratar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Presidente, pela ordem. Eu só queria complementar o que eu falei do PLC 7.

Lembrei que a Senadora Fátima Bezerra me apresentou algumas líderes, delegadas de outros Estados.

No Rio Grande do Sul, eu recebi a Delegada Nadine Anflor, que, aliás, é Presidente da Associação dos Delegados de Polícia – uma mulher presidindo é uma coisa importante.

Na verdade, o PLC 7 dispõe sobre o direito de a vítima de violência doméstica ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto, prestado preferencialmente por servidoras do sexo feminino. Então, ele deixa bem claro aquilo que estávamos falando agora. Esclareço que a autoria é do Deputado Sergio Vidigal, a quem nós temos de dar apoio para agilizar a votação. A relatoria é do Senador Aloysio Nunes Ferreira na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. Estou anotando todas as sugestões.

Antes de passar a palavra à Senadora Regina Sousa, gostaria apenas de prestar contas, em nome da Comissão, para aqueles que estão nos assistindo do que fizemos até agora, rapidamente, inclusive colhendo as sugestões das Senadoras e Deputadas Federais.

Assim que tomamos conhecimento, especialmente eu e a Senadora Vanessa, que é a nossa Procuradora da Mulher, acionamos também a Deputada Dâmina e tentamos uma audiência no Rio de Janeiro. Não foi possível esta semana, mas, a princípio, está agendado para terça-feira que vem falar com o Governador do Estado e com o Secretário de Segurança Pública. Vamos marcar uma audiência também com o Ministro da Justiça – serão todas convidadas – para saber o que o Governo está realizando neste momento, para saber sobre esse

núcleo que se quer criar dentro do Ministério da Justiça, para ver como está o andamento dos projetos que já estavam tramitando.

Além disso, há um projeto da Senadora Vanessa Grazziotin – e eu pediria a assistência das colegas Senadoras para estarem presentes amanhã –, um projeto que ela apresentou em novembro do ano passado e estava parado na CCJ esperando designação de relatoria. Eu solicitei no feriado, na sexta-feira, a designação da relatoria. O projeto já está pronto para ser relatado. Já conversamos com o Presidente da CCJ, o Senador Maranhão. É um projeto terminativo na CCJ, portanto, precisa de quórum. Se as Senadoras suplentes puderem estar presentes, é muito importante, porque têm direito a voto. Ele vai fazer até mais: vai colocar extrapauta, inverter a pauta e fazer dele o primeiro item da pauta de amanhã, às 10h. Ou seja, mesmo aquelas que são membros de outras Comissões, que são suplentes e têm outros compromissos, se puderem estar lá, será ótimo. Vai ser uma discussão muito rápida para que possamos aprová-lo e mandá-lo, Deputada Keiko, nossa querida Vice-Presidente, imediatamente para a Câmara dos Deputados. Aprovado na CCJ, o projeto vai.

O que diz esse projeto? Ele tipifica o estupro coletivo, diz que, quando o ato envolver duas ou mais pessoas no constrangimento dessa vítima, está caracterizado o estupro coletivo e haveria o aumento de um terço na pena. Eu estou fazendo uma emenda para que essa pena possa ser flexibilizada. Seria um aumento de pena de um a dois terços, dependendo do caso concreto e a critério do juiz, analisando as condições da vítima, também dos acusados, quantos são, quais eram as condições sociais e econômicas tanto do acusado quanto da vítima.

Além disso, aproveitei para incluir algo, Senadora Ana Amélia. Havia uma lacuna normativa no que se refere à divulgação do estupro, seja o estupro individual ou o coletivo. Hoje somente o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, fala, Senadora Marta, que a exposição pornográfica de fotos de sexo explícito, que não tem nada a ver com estupro, ou de cenas de pornografia envolvendo crianças e adolescentes tem uma pena de reclusão de dois a cinco anos.

Não fala da exposição quando ocorre o estupro em adulto – o ECA não poderia prever isso – ou em vulnerável. Então, nós estamos também tipificando isso e colocando uma pena que varia de três a seis anos no caso dessa exposição. Claro que não vai valer para esses casos, porque a lei não pode, quando penaliza, quando é negativa, retroagir, mas vai valer para os próximos.

Portanto, essas são algumas das medidas que nós tomamos. Estou anotando aqui os projetos que foram divulgados, que foram mencionados. Já pedi também para a assessoria que fizesse um relatório. Nós temos que aproveitar este momento. É o momento de votarmos nesta Casa o que precisa ser votado. Vamos contar com a sensibilidade e com o choque de alguns Senadores para fazer isso. O mundo amanheceu chocado com o episódio do qual se tomou conhecimento na quinta-feira, mas que aconteceu no sábado. Os movimentos sociais foram mobilizados, as mulheres, os jovens e os homens também se manifestaram. Portanto, agora é a hora de nós aprovarmos esses projetos.

Conto, portanto, com o apoio das colegas amanhã para que esse projeto da Senadora Vanessa Grazziotin possa ser aprovado. Nós estaremos com uma lista dos projetos em andamento. Vou entregá-la em cada gabinete e aqueles que nós conseguirmos aprovar com maior rapidez...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sem dúvida. O projeto já está pronto para ser aprovado, até já fiz um pronunciamento na defesa.

Nós temos mais uma solicitação, mas para essa nós vamos precisar de quórum também das Deputadas. Vamos ter que passar as nossas reuniões para as quartas-feiras, pois as Deputadas têm dificuldades para chegar na terça-feira antes das 15h em Brasília.

Nós estamos com um requerimento, que foi sugestão da Senadora Gleisi Hoffmann, da Senadora Vanessa Grazziotin e minha, de nós fazermos aqui dentro da Comissão, já que somos tantas – somos 10 Senadoras e 27 Deputadas Federais –, uma subcomissão permanente composta de cinco membros – se quisermos, podemos aumentar –, que, com as suplentes, seriam 10. Seriam três Deputadas e duas Senadoras formando uma subcomissão permanente para tratar dos casos de violência sexual e estupro. Nós temos a violência doméstica, nós temos a violência contra a mulher genericamente falando, mas temos aqueles casos mais graves, que são de violência sexual. Isso para que se possa acompanhar, fazer diligências, para que possam cobrar de autoridades, para que possam ter um diagnóstico claro, passar as informações.

Esse requerimento também está sobre a mesa. A princípio não temos quorum para votá-lo, a não ser que chegue mais uma Deputada. Mas eu acho que estão chegando – é melhor, vamos também votá-lo.

Enquanto isso, passo a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Regina Sousa, depois à Senadora Fátima Bezerra...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Quero me inscrever também.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ...depois à Vice-Presidente, Deputada Keiko e, por fim, à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Obrigada.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras, Srªs Deputadas, no Piauí aconteceu de novo. De novo causando comoção, porque acontece muito. Acontecem casos de que nem tomamos conhecimento, que só são registrados na delegacia.

Um que causou comoção aconteceu na sexta-feira passada, dia 21, com uma menina de 17 anos, lá na cidade de Bom Jesus, que fica no extremo sul do Piauí, uma cidade pequena, de 23 mil habitantes. Foram cinco homens, um adulto e quatro adolescentes. Uma menina de 17 anos foi estuprada, e isso causou muita comoção na cidade e na capital porque foi bem noticiado.

Mas o que a gente percebe é isso, que está virando rotina, está sendo banalizado. Infelizmente a cidade é pequena e não tem estrutura, o juiz de lá mandou soltar os meninos adolescentes e ficou preso só o adulto.

Aquele caso de Castelo fez um ano exatamente no dia 27 e também ainda não teve julgamento. Acho que precisamos tomar uma providência no sentido de agilizar esses processos. Prendem, mas demora muito no Judiciário, cai no esquecimento. Então, a gente precisa ter uma conversa com o Judiciário brasileiro para ver como apressar o julgamento, talvez com uma vara especial só para julgar esses casos, tirá-los da fila de processos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Dizem que não tem estrutura, mas vamos ter que forçar um pouco.

Outra coisa que eu acho também, Presidenta, é que isso tem que deixar de ser pauta feminina. Temos que forçar essa discussão com os homens, em todos os ambientes, em todos os lugares. Nas escolas: não importa que a palavra gênero tenha sido tirada das leis, a gente arranja outra palavra, mas é preciso discutir essa questão nas escolas. A criança que tem que aprender que todos são iguais, que a menina é igual ao menino. Depois de adolescente, de adulto, é mais difícil mudar o pensamento, mudar a concepção, porque o menino vai aprendendo, vai vendo as coisas acontecerem. Se um caso desse vira notícia e não acontece nada, a criança passa a achar que isso é normal.

Então, acho que temos que fazer o debate com homens, arranjar um jeito de nossos Senadores se comprometerem. Temos de fazer uma comissão e botar homens nessas comissões também para nos ajudar nessa discussão, senão fica parecendo que é uma pauta de mulheres.

Quando acontece um caso estarrecedor, que comove, todo mundo faz discurso bonito de solidariedade, mas depois passa. Então, a gente precisa ter ação mais intensa e mais cotidianamente nesse assunto, porque está ficando muito banalizado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Regina Sousa.

Com a anuência da Senadora Fátima, só fecho a votação desses dois requerimentos. Leio para aproveitar que temos quórum – agora temos a nossa Relatora. É só ler e votar e, aí, já lhe passamos a palavra.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão dos requerimentos da Deputada Carmem Zanotto e da Senadora Angela Portela, coloco em votação na Câmara dos Deputados.

As Srª Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Coloco agora em votação os dois requerimentos no Senado.

As Srªs Senadoras que concordam com ambos os requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Agora passamos à discussão e votação do requerimento que mencionei – foi uma sugestão, repito, minha, da Senadora Vanessa, como Procuradora da Mulher, e da Deputada Dâmina, que nos representa na Câmara dos Deputados. Tive oportunidade de falar já sobre esse assunto com a Vice-Presidente e com a nossa Relatora.

EXTRAPAUTA ITEM [N] REQUERIMENTO Nº 10, de 2016

Requeiro, com base no art. 73, combinado com o inciso IV do art. 89, do Regimento Interno do Senado Federal; com base no art. 29, caput e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e com base no art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, da Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro e demais casos de Violência Sexual contra a Mulher, a ser composta por cinco membros titulares, dois

Senadores(as) e três Deputados(as) Federais, e igual número de suplentes, com a finalidade de discutir estratégias de enfrentamento do crime de estupro e demais casos de violência sexual, buscando meios de se prevenir, punir e erradicar crimes contra a dignidade sexual da mulher; acompanhar o andamento de inquéritos policiais e ações judiciais, bem como opinar sobre projetos de lei que versem sobre meios de investigação, processo e julgamento eficazes de tais crimes.

Autoria: Senadora Simone Tebet.

Vou dispensar aqui a leitura da justificativa porque estamos todos nós fazendo a defesa da mulher, não só neste requerimento, mas em outros requerimentos.

Coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Senadora Simone Tebet, permita-me, é bem rápido...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Claro, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Eu estava aqui pensando enquanto V. Exª estava falando sobre o acompanhamento específico dos casos de violência sexual, estupro.

O problema é que temos vários casos de violência. Estou com dois casos aqui do Paraná – aliás, o Paraná, a região metropolitana de Curitiba, tem sido um Estado com muitos casos de violência. Ontem um marido matou com seis tiros a mulher na frente da filha por conta de custódia. E há também o caso do homem que matou a ex-namorada porque terminou com ele. Os dois casos são de ontem.

Eu não sei se é o caso, nessa questão do grupo... Não sei se seria o caso de haver outro grupo ou colocarmos... Acho que uma das funções desse grupo seria, inclusive, visitar os Estados, fazer audiências com o Governador, com o Secretário de Segurança, com o Presidente do Tribunal de Justiça.

E acho que algo urgente que temos que fazer é uma visita à Presidente do CNJ, Drª Nancy Andrighi, uma mulher. Acho que a Drª Nancy Andrighi, através do CNJ, tem que tomar um posicionamento firme para fazer cumprir a lei que a Senadora Marta falou que existe, para esses casos serem investigados e para termos uma pauta de atuação.

Então, pergunto a V. Exª se seria o caso de fazer um adendo ou, depois, discutir outro requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Fica a critério de todas. Na realidade, esta Comissão já pode, a qualquer momento, em casos específicos... V. Exª pode pedir, inclusive, no caso do Paraná, por requerimento, uma comissão de três, quatro ou quantos quiser para acompanhar esses casos específicos, que é o que nós estamos fazendo – V. Exª mesma já fez em alguns casos, assim como as demais colegas.

Mas também temos outra possibilidade. Não é preciso ficarmos restritas a uma única subcomissão. Temos a Comissão Permanente, que trata de tudo, inclusive faz diligências no local. Nós temos agora em votação a subcomissão específica para os casos de estupro e violência sexual e podemos também fazer um requerimento criando outra subcomissão para os casos de violência doméstica. Podemos ter mais de uma subcomissão a critério das colegas, basta um requerimento a qualquer momento.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem.

Sobre o assunto que V. Exª está levantando, eu estava pensando na ideia de fazer um *fast track* interessante. Nós temos aqui à disposição, me parece, todos os instrumentos, os equipamentos do Senado Federal. Por que não colocamos uma linha do Senado Federal em que a pessoa possa dizer? A Senadora Regina acabou de relatar um estupro de que ninguém teve notícia. E deve haver milhares desses, o tempo inteiro, se existe um estupro a cada quatro minutos no Brasil. Que houvesse uma linha direta para o Senado Federal para que fosse acionada a Comissão da Violência contra a Mulher, porque aí nós saberíamos o que está acontecendo e teríamos uma possibilidade de agir muito rapidamente. Chega aqui a denúncia, e a Presidenta da Comissão pega o telefone e liga para o Governador, liga para o Secretário de Segurança do Estado. Acho que com isso potencializaríamos a nossa capacidade de atuação enormemente. Eu acho que deveríamos conversar com o Presidente Renan e solicitar alguma forma de o Senado possibilitar que a cidadã ou o cidadão que foi estuprado, que foi vítima, possa entrar em contato com o Senado e fazer essa denúncia.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – A observação é importante. Podemos, sim, conversar com a Mesa Diretora do Senado sobre isso, lembrando todos os avanços que já tivemos nesses últimos anos, com a anuência e o apoio da Mesa Diretora do Senado – o Congresso aprovou a Lei do Feminicídio; avançamos na Lei Maria da Penha a todo momento; este ano conseguimos, com a nossa Relatora, a Senadora Regina, a aprovação do Observatório da Mulher contra a Violência aqui no Senado.

Agora, com esse caso específico e a nossa ida ao Ministério da Justiça, nós poderemos levar esse projeto para dizer: “Olha, para aquilo que vocês a princípio querem fazer, nós já temos uma estrutura aqui. É só passar as informações do Ministério da Justiça, porque nós teremos agora uma linha direta com todas as secretarias

de segurança pública do Brasil, que vão monitorar para que nós tenhamos efetivamente um banco de dados real do que efetivamente acontece”.

Outro dia me passaram um número, e eu falei: “Não pode ser isso!” Falaram: “Mas é!” Nós sabemos que o número de estupros confirmados no Brasil – subnotificados, porque só 10% notificam – é da ordem de 48 a 50 mil por ano. E aí o Ipea passou o número de 2014: contando as tentativas de estupro junto com estupros, chegou-se a 512 mil casos por ano. Eu me assustei. Esse Observatório vai ter o condão de dar números exatos, reais, até para que nós possamos sensibilizar a população.

Então fica a critério de V. Ex^a, Senadora Gleisi, ouvindo os colegas, semana que vem ver qual é o melhor caminho, um simples requerimento para o caso específico – esse do Paraná – ou a criação de uma nova sub-comissão.

No caso da Senadora Marta, vamos falar com a Mesa Diretora e ver essa possibilidade, de que forma nós poderíamos atuar, porque isso requer uma linha direta, ou mais de uma – a partir do momento em que se tornar público, nós traremos também para o Legislativo uma atribuição de que às vezes o próprio Executivo não consegue se desincumbir. De que forma nós filtraríamos isso? De qualquer forma, acho que vale a pena tentarmos. A ideia pode ser lapidada, e eu acho que nós podemos tirar um bom fruto da sua sugestão.

Estamos seguindo a ordem de inscrição, mas, se for o mesmo assunto, passo a palavra para a Deputada Moema Gramacho.

A SR^a MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Primeiro, Presidente, eu queria parabenizá-la, assim como toda a Comissão, por estar tratando em tempo real essa situação.

Não sei se é oportuno, mas a gente poderia aprovar aqui um encaminhamento para buscar aprovar, depois de trazer para a Ordem do Dia em caráter de urgência, todos os projetos, tanto do Senado quanto da Câmara, que tratam dessa questão. Por que estou levantando isso? Porque o Fundo Nacional ficou suspenso, principalmente considerando que o Relator do Fundo estabeleceu que as mulheres vítimas de estupro não poderiam ser atendidas com esse recurso do Fundo no Sistema Único de Saúde. Isso é uma aberração. Por conta disso, se parou e não se discutiu mais a aprovação do Fundo Nacional de Violência contra a Mulher, que poderia ser muito útil neste momento que nós estamos vivendo, inclusive para trabalhar a prevenção, para trabalhar uma série de questões.

Então, talvez fosse importante fazer o resgate de tudo o que já existe para tratar dessa questão e tentar colocar isso como uma proposta das mulheres, com urgência, na Ordem do Dia para votação.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Sem dúvida, Deputada Moema.

Só para ratificar aquilo que já foi dito: na linha do que V. Ex^a disse, amanhã nós estaremos... Isso é importante, até porque eu sei que há um projeto similar na Câmara. Nós teremos condições de votar amanhã em caráter terminativo já na CCJ. Nós poderíamos aproveitar esse projeto, ainda que fosse alterado lá – se for alterado, volta. É um projeto da Senadora Vanessa Grazziotin que eu estou relatando. Ela apresentou no final do ano passado, mas ficou parado na CCJ sem designação de Relator. Quando soube, na sexta-feira mesmo, pedi à assessoria para relatá-lo. Está pronto para ser relatado. O Presidente da CCJ, muito sensível, vai aceitar a inclusão extrapauta, e o projeto vai ser o primeiro item da pauta.

Então nós votaremos, em caráter terminativo, a tipificação do estupro coletivo, que ainda não estava previsto no Código Penal. E colocamos muito claramente que ali nós estamos aumentando a pena. A Senadora Vanessa colocou um terço, mas eu fiz uma emenda para que seja de um terço a dois terços, porque cada caso é um caso. Temos que olhar a situação socioeconômica da vítima e também a do réu. Há uma série de situações que precisam ser ponderadas no juízo de valor que o magistrado faz.

Então, nós estamos fazendo essa emenda a esse projeto e também tratando de algo que era omitido pela norma penal: estabelecemos que a divulgação do estupro, sob qualquer forma, em rede social também passa a ser crime. Hoje o ECA só prevê punição para a exposição de filmes pornográficos, fotografias e tudo mais, não trata nem do caso da exposição em rede de um estupro de vulnerável nem de estupro de um adulto – o ECA não seria o local para isso, mas, sim, o Código Penal. Então, estamos também aproveitando o projeto da Senadora Vanessa, e, com isso, nós teremos condições de enviar à Câmara para qualquer alteração.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Sem dúvida.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Se V. Ex^a me permite...

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Claro.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sendo o mesmo tema, é possível falar agora?

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Sem dúvida. Não há problema, Deputada Maria do Rosário, aqui estamos todas imbuídas do mesmo ideal.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Muito obrigada, Senadora Simone.

Cumprimento as integrantes da Mesa, a Deputada Keiko e a Deputada Relatora Luizianne Lins, assim como as colegas Parlamentares do Senado e da Câmara.

Quero também, de imediato, cumprimentar a Senadora Vanessa e V. Exª por agilizarem essa matéria.

Queria apenas lembrar que o conjunto de avanços que nós tivemos na legislação sobre crimes sexuais no Brasil é fruto de um trabalho integrado entre a Câmara e o Senado na CPMI que teve lugar em 2003 e 2004, quando cruzamos o Brasil verificando a situação de crianças exploradas sexualmente. Nós nos deparamos ali com o Código Penal de 1940 e nem em tudo nós conseguimos avançar.

Nós avançamos conceitualmente quando retiramos o estupro da condição de crime contra os costumes. Desde 2009, o estupro é um crime contra a pessoa. Nós criamos o tipo penal de estupro de vulnerável – passou a ser agravante o cometimento de estupro contra as crianças e pessoas com deficiência. Concluímos uma etapa importante, porque não existe mais atentado violento ao pudor. Isso significa que nós passamos a considerar, na legislação penal brasileira, que o estupro não é fruto só de uma ação fisiológica de um homem contra uma mulher, mas é, muitas vezes, fruto de perversidades as mais absurdas. O estupro é cultural e é físico, é opressivo em todos os sentidos e utiliza, inclusive, instrumentos, e a legislação brasileira acolheu esse tipo penal um pouco mais amplo para dar condições ao nosso trabalho.

Aprovando essa legislação amanhã, vocês estarão dando uma contribuição importante. Nós nem imaginávamos essa condição de estupros coletivos quando, no início dos anos 2000, trabalhamos a modificação da lei. É impressionante: nos crimes sexuais, há sempre um avançar de perversidade – e nós precisamos estar atentas a isso como mulheres.

Então, quero cumprimentá-las e, de outro lado, fazer aqui em desabafo diante de vocês: tramita na Câmara dos Deputados o Projeto nº 5.069, um projeto de autoria do Deputado Eduardo Cunha que fere totalmente o atendimento à vítima de estupro. Então, eu pediria que esta Comissão, Deputada Luizianne Lins, estudasse os projetos que retiram direitos de mulheres vítimas. O projeto do Deputado Eduardo Cunha obriga a vítima, antes ser atendida num sistema de saúde, a ser atendida em uma delegacia. Isso é motivo de grande dor. Nós estamos preocupadas, sim, com o fim da impunidade, mas, dentro de um hospital, onde a comprovação da existência do estupro é feita de forma muito mais adequada do que num registro frio de uma delegacia.

E uso como exemplo, para falar sobre isso, o atendimento péssimo que foi conferido pelo primeiro delegado à vítima do Rio de Janeiro. Ainda bem – e cumprimento a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro – que o delegado foi substituído por uma delegada que parece estar à altura da tarefa.

Então, faria um alerta a esta Comissão quanto ao projeto do Deputado Eduardo Cunha, contra o qual já me posiciono frontalmente na Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Agradeço.

Eu vou encerrar a votação e passar imediatamente a palavra à Senadora Fátima Bezerra. Peço desculpas, porque nós entramos numa questão de ordem, o assunto foi se desdobrando, e nós nos desviamos, mas eu tenho que seguir rigorosamente a lista de inscrição.

Vou encerrar a discussão do requerimento, e nós vamos continuar discutindo todas essas questões. Refiro-me ao requerimento, que estamos colocando agora em votação, para criar uma subcomissão permanente para os casos de estupro e demais violências sexuais contra a mulher, composta, repito, por dois Senadores ou duas Senadoras, três Deputados ou três Deputadas e igual número de suplentes.

Então, encerrando a discussão, coloco em votação pela Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco agora em discussão pelo Senado Federal.

As Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos imediatamente dar ciência disso a todos os colegas. Aquelas que quiserem participar de alguma forma... A Senadora Angela Portela já pediu, e, se houver necessidade de ampliar, não há problema. Essa é uma subcomissão que pode, a qualquer momento, ter um número maior.

Passo a palavra agora, conforme a lista de inscrição, à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Obrigada...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – ... Deputada Keiko, Deputada Luizianne, em nome de quem quero saudar aqui as demais colegas Parlamentares, as convidadas e os convidados.

Senadora Simone, quero também, claro, aqui subscrever e reforçar a importância de todas as iniciativas adotadas diante dessa violência, que, dada sua monstruosidade, tomou conta das páginas dos jornais do nosso País e ultrapassou nossas fronteiras. São dois casos, são duas jovens brasileiras vítimas desse crime hediondo que é o estupro, a jovem brasileira lá do Rio de Janeiro e a jovem brasileira lá de Bom Jardim, no Piauí.

O estupro, como todos nós sabemos, é fruto da nossa cultura patriarcal permissiva, machista e misógina. Querem, Deputada Rosário, impor às mulheres, no fundo, no fundo, antes de mais nada, um lugar de submissão em nossa sociedade. O estupro, no fundo, no fundo, representa, Deputada Margarida, um dos maiores ataques do ponto de vista da violência à dignidade das mulheres.

O estupro, como já foi dito aqui, infelizmente ocupa as estatísticas do nosso País com dados estarrecedores. A cada 11 minutos, uma mulher é estuprada no Brasil. Meu Estado é exemplo, e o Estado das demais Parlamentares não foge à regra. Aliás, no Rio Grande do Norte, segundo as estatísticas já divulgadas, no ano de 2015 aumentaram os casos de violência contra as mulheres e – vale ressaltar – dentro da metodologia de subnotificação, como mencionou aqui a Senadora Simone.

De forma, Senadora, que eu acho, claro, que violência dessa natureza, monstruosidade, até pela circunstância em que se deu, ir para as redes sociais divulgar, deve causar indignação à gente todos os dias, todas as horas e em todos os minutos. Agora, penso que – mais do que nunca – nós temos que sair da indignação para a ação, Senadora Gleisi. E aqui, nesse sentido, como integrante desta Comissão, quero dar a minha contribuição.

Vejam bem, nós estamos no âmbito do Parlamento. Nós temos duas obrigações. Primeiro, cobrar do Poder Executivo, cobrar do Estado brasileiro que avance na rede de proteção, nas políticas públicas. É fato que avançamos ao longo desse período. Ninguém pode negar aqui a questão do Ministério das Mulheres, que infelizmente hoje é algo a se pensar. Não estou aqui querendo fazer disputa política, mas é preciso pensar, por exemplo, por que nenhum ministério hoje tem uma mulher no primeiro escalão. Não estou fazendo disputa política, estou aqui trazendo um dado para efeito de reflexão.

É fato que, durante estes anos, Senadora Simone, houve as conferências de mulheres, um momento importante de formulação, de mobilização. Há, por exemplo, o Projeto Casa da Mulher Brasileira, que a gente tem de retomar, o Casa Abrigo, a própria Lei Maria da Penha, que foi um passo muito importante, as iniciativas em curso aqui também no Senado. Mas ninguém aqui desconhece que há ainda, em que pese esses avanços, um enorme déficit do Estado brasileiro no que diz respeito a estruturas adequadas para promover as políticas públicas voltadas para as mulheres. Isso é fato. Isso é fato que nós devemos levar em consideração e, portanto, é uma das obrigações, como Parlamento, cobrar aquilo que diz respeito ao Poder Executivo.

O outro papel nosso, Deputada Margarida – e é aqui dentro, e eu quero de forma muito fraterna fazê-lo –, é aprofundar esse debate. Não adianta a gente se esforçar com toda dedicação, que nós sempre temos de ter, e dar a nossa contribuição para o enfrentamento à violência se deixarmos o Congresso Nacional ser cúmplice – desculpem-me a palavra forte. Deixamos o Congresso Nacional, pela ação, infelizmente, de uma bancada de perfil fundamentalista, conservador, acabar sendo conivente com essa situação à medida que deixa florescer, à medida que deixa prosperar iniciativas legislativas aqui dentro, Senadora Simone, que fomentam essa cultura da violência.

E eu vou dizer uma coisa aqui a V. Ex^{as} com muita tristeza. Quando eu olho para o Plano Nacional da Educação... Quatro anos de debate! O que é isso? Por que aquela confusão toda?

Nós tínhamos nas diretrizes do PNE a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Senadora Simone, o que aconteceu? Debate intenso, mas tiraram a questão de gênero. O que é isso? Que violência é essa? Mascarar a realidade, Senadora Simone, quando mais do que nunca a gente tem de reconhecer que a escola tem de estar aberta a esse debate e fazê-lo com seriedade e com responsabilidade? A família, mais do que nunca, tem de estar aberta a esse debate. Ora, se nós não formos discutir esses valores dentro da escola, onde é que nós vamos discuti-los? Só na família? A escola tem essa obrigação.

E, de repente, tiraram do PNE. Portanto, a gente deixa prosperar uma iniciativa que, repito, termina fomentando esse tipo de coisa.

Quero, por fim, também reforçar o que a Deputada Rosário falou sobre o PL 5.609, de autoria do Deputado Eduardo Cunha: ele tem que ser banido do Congresso Nacional! (*Palmas.*)

E nós queremos aqui conclamar as Deputadas e as Senadoras para nos somarmos. O que é isso? Que projeto de lei é esse que criminaliza as mulheres vítimas do estupro, quando está lá inclusive na própria legislação que elas têm direito?

Permitam-me, para terminar, perguntar: acham pouco? Pois ainda há lá um projeto de lei chamado de nascituro, que também, Senadora Simone, ao adotar até “bolsa estupro”, vai na mesma direção de criminalizar as mulheres vítimas de violência como essa, de não terem o auxílio.

Eu acho que o caminho em que a gente tem que avançar é este, Senadora Simone: amanhã, por exemplo, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, aprovar o projeto de lei da Senadora Vanessa, que endurece as penas para os crimes de estupro; é aprovar o projeto aqui já mencionado, inclusive apresentado pelas delegadas de mulheres – a associação dos delegados e delegadas do meu Estado esteve aqui. É um projeto muito importante também que vem no sentido de endurecer a pena para esses tipos de crimes.

Acho que o caminho que nós temos que adotar é esse, porque a maior contribuição que nós, mulheres, na condição de Parlamentares, podemos dar é não nos omitirmos, não sermos coniventes e não deixarmos que aqui do Congresso Nacional saiam legislações que, em vez de inibir e de punir violências como essa, venham fomentá-las.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Para encaminhar, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Para encaminhar, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Acredito que esse pronunciamento da Senadora Fátima é correto, mas acho que podemos votar, se for necessário aqui, um encaminhamento no sentido de que as Deputadas consigam – e nós podemos todos acompanhar, as bancadas da Câmara e do Senado – que esses projetos mencionados – são os dois, não? – fossem votados na Comissão de forma a serem retirados dessa Comissão, e que, se fossem para outra comissão terminativa, fossem lá votados e arquivados porque não foram aprovados.

Acho que nós estamos num momento... E eu lembro aqui – quem foi Deputada na época da Conferência da Mulher em Pequim deve se lembrar – que ali, levadas por todo um estímulo internacional, conseguimos aprovar a Lei das Cotas. Não teria sido possível se não fosse uma enorme mobilização.

Agora a mobilização é muito negativa, é de outro tipo, mas nós temos essa mobilização. O que quero dizer é que é agora ou nunca. Temos a força para ir lá e, todas juntas, enterramos isso, porque é um deslante. Nós não tínhamos condição de fazer isso antes, ninguém estava lá para dar murro em ponta de faca, mas agora temos, por todas as condições outras também.

Então, acho que neste momento, nós, desta Comissão – juntamente com a Deputada Keiko, que é a Vice-Presidente daqui, e conversando com a Vanessa, que é Coordenadora daqui, e com a Dâmina, de lá –, poderíamos ir todas juntas, porque todas juntas temos essa força. E o momento de tomarmos essa atitude é agora.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Sem dúvida. Acho que a fala da Senadora Fátima, complementada pelo encaminhamento da Senadora Marta, abriu uma luz em relação a essa questão que está na Câmara dos Deputados.

Aqui, nós temos muito pouco a fazer, como Senadoras, no Senado. Mas, na Comissão, que é uma Comissão Mista Permanente, representando o Congresso Nacional, capitaneada pela nossa Procuradora da Mulher – estaremos presentes eu, a Dâmina, pela Câmara, junto não só com a Keiko, como com a Luizianne e toda a Bancada feminina do Congresso Nacional –, poderemos marcar uma hora determinada para falar com a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, porque agora temos um Deputado presidindo temporariamente – não sei qual é o termo a ser utilizado lá pelo Regimento, enfim – e temos condições de fazer essa agenda.

E concordo com V. Ex^{as}: agora é o momento. Infelizmente, o crime de violência contra a mulher, seja sexual ou não, sempre foi oculto. Ele só ganha a grande mídia quando a barbárie choca a ponto de não haver como se omitir, como não falar, como continuar sendo um ser humano e não se sensibilizar. Aí ganha a grande mídia, ganha as redes sociais como ganhou, e provoca uma reação. A reação das ruas encontra eco dentro do Congresso Nacional, e nós percebemos que, nesses momentos, encontra eco nos corações sensíveis de muitos Senadores e Deputados.

Então, agora é a hora realmente de nós aprovarmos esses projetos. Amanhã, votamos o projeto da Senadora Vanessa, com algumas alterações, complementando; vamos à Câmara dos Deputados, pedir para que esses projetos sejam arquivados; e temos aqui a Subcomissão para acompanhar os outros casos.

E, aí – se me permitirem, antes de passar para a Deputada Keiko –, nós estamos com dois requerimentos da Deputada Luizianne, que, inclusive, são de diligências, um ao Rio de Janeiro e outro ao Estado do Piauí. Se eu puder, votarei aqui em globo os dois requerimentos da nossa Relatora Luizianne Lins: um é para realizar diligências à cidade de Bom Jesus, no Estado do Piauí, bem como realizar audiências públicas e pedido de informação com essa finalidade – há aqui a justificativa, de que depois a nossa Relatora poderá falar a respeito –; e o outro é para a realização de diligências na cidade do Rio de Janeiro, bem como de audiências públicas e pedidos de informação relacionados ao caso da menina de 16 anos, do estupro coletivo. Ambos são estupros coletivos.

Lembro que, no caso do Rio de Janeiro, nós pedimos audiência esta semana e não conseguimos; ficou para a próxima terça-feira. Então, votamos os requerimentos e já vamos com um requerimento aprovado a essa audiência de terça-feira.

Coloco em discussão, em princípio, terça-feira.

É para discutir o requerimento do Rio?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Eu quero, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Sim, é só para discutir o requerimento.

Desculpem. Eu estou aproveitando o quórum, porque, daqui a pouco, cada um tem seus compromissos, aí o quórum cai, e nós deixamos de...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Eu vou ser breve, Senadora Simone. Gostaria muito também de fazer uma fala aqui, mas fico muito contemplada com as falas todas que foram feitas até agora. Infelizmente, são fatos lamentáveis, graves, como esses ocorridos agora no Piauí e no Rio de Janeiro e aquele ocorrido ano passado no Piauí, para que haja uma grande mobilização da nossa sociedade.

Mas acho que o importante – nós falamos bastante no plenário ontem – é ver a reação. Ano passado, no mês de outubro, todas as revistas semanais, em uma determinada semana, colocaram na capa mulheres; mulheres que reagiram contrariamente a esse projeto de que nós estamos aqui falando, do Deputado Eduardo Cunha; um projeto que penaliza ainda mais a mulher, nos casos de estupro legal. Então, elas foram – e jovens, mulheres jovens. E agora foi a mesma coisa. Acho que o que lava a nossa alma é ver que as mulheres estão tão dispostas a ir às ruas.

Então, Senadora Simone – se eu bem entendi –, primeiro, quero cumprimentar a nossa Relatora, Deputada Luizianne, pelos requerimentos e dizer que eu não entendi. Será terça-feira?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – A princípio, nós não conseguimos agenda na quinta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Porque ontem nós tomamos a iniciativa, V. Exª, eu, a Senadora Gleisi, nós que estávamos aqui – a Senadora Marta não pôde chegar a tempo, mas também acompanhou tudo de longe, não é, Senadora Marta? – tomamos a iniciativa de ver, Deputada Luizianne, a possibilidade de irmos o mais rapidamente possível ao Rio de Janeiro. E o Governador disse que nos recebe a qualquer hora em que formos. Então, se formos quinta-feira, poderemos ser recebidos por ele, que chamará secretário de segurança, delegados, enfim, todo o sistema...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Depois de amanhã. Aí teria que ser à tarde. Ou então na sexta-feira. Acho que não deveríamos deixar passar desta semana.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Desculpe, Senadora Vanessa. Só para deixar claro, já que V. Exª indagou. O requerimento da Deputada Luizianne não coloca data, ele simplesmente solicita diligências no Piauí e no Rio de Janeiro o mais rápido possível. Nós não estamos conseguindo agenda na quinta, sem esquecer que quinta-feira talvez tenhamos uma agenda... Eu havia pensado, mas será mais longa do que estamos pensando – não é, Senadora Gleisi? – em relação à Comissão.

Eu não quero tirá-las e ser considerada culpada por tirá-las da Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – E na sexta?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Então, também pensando nisso...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Não, porque nós combinamos, a princípio, que seria à tarde. Acho que a Comissão vai durar mais do que pensávamos. E tivemos a informação da assessoria do Rio de Janeiro de que o Governador teria dificuldade – parece-me – de uma agenda na quinta. Mas essa questão de data, assim que acabar, nós ligamos imediatamente e insistimos, de repente, para sexta-feira...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Sim, mas acho que deveríamos ver aqui, porque quanto mais Deputadas e Senadoras da Comissão forem, melhor.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós comunicaremos, depois, às colegas, porque dependemos da agenda do Chefe do Executivo do Rio de Janeiro. Assim que acabar a reunião da Comissão, eu me prontifico a ligar novamente para lá e tentar antecipar essa agenda ainda para esta semana. Poderia ser numa sexta de manhã, por exemplo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Na sexta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Poderíamos combinar.

Mas o requerimento da Deputada não fala em data. Então, eu coloco em votação os requerimentos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Senadora, nós temos um número importante, aqui, de presença de Parlamentares. Eu gostaria que a gente pudesse, até o final da reunião... A assessoria poderia fazer contato com o palácio do Rio de Janeiro...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Já está ligando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – ...porque o Governador não apenas recebe, mas ele disse que chama – porque é nosso colega, ex-Senador daqui, o Governador em exercício – todo o setor de

segurança e depois vamos ao Ministério Público, ao local... Acho que seria muito importante de nossa parte fazermos isso esta semana ainda.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Sim. Fazemos uma agenda. A assessoria já está tentando contato.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas que concordam com ambos os requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Desculpe. Eu já vou passar a palavra. Eu aqui esqueci de dar a palavra à autora do requerimento.

Aprovado pela Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

As Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados ambos os requerimentos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Senadora Simone?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – Para falar sobre ambos os requerimentos a Relatora geral, porque ela é Relatora dos requerimentos e Relatora desta Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Senadora Simone, permita-me. Eu usei uma expressão errada e estou sendo chamada atenção pela assessoria, que disse que ficará registrado de forma errada. Eu falei aqui... O que eu falei errado? Eu falei estupro legal. Não, é aborto legal. Então, peço que seja corrigido.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Não, não. Mas disseram que eu falei. Então, pronto, que seja corrigido.

Obrigada.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Srªs Senadoras, queridas Deputadas, eu só queria alertar para o seguinte – até por experiência com as diligências desta Comissão, no ano passado: eu acho que é importante conversar com o Governador, com os órgãos de segurança, inclusive já até comentei com a Presidente a ideia – e eu venho discutindo – de trazermos, à disposição desta Comissão, uma delegada que possa acompanhar de perto os trabalhos, porque a gente sabe que a Polícia funciona de forma hermética; só sai o que querem, é uma corporação muito forte.

Eu até sugeri um nome de uma delegada para a Simone, Presidente desta Comissão, que também achou muito bom. E, daqui a pouco, vou apresentar um requerimento de minha autoria para que, um ano depois da Lei do Feminicídio, a ideia é saber quantos feminicídios foram efetivamente registrados, porque, entre o fato acontecido e a interpretação do delegado, existe um vácuo muito grande. Ele pode estar caracterizando de outra forma, porque, segundo aquela pesquisa que foi feita e a Comissão também acompanhou, a gente viu que são 13 mulheres, por dia, assassinadas, das quais sete por feminicídio, digamos assim, pela condição de mulher. Mas vamos saber se essas delegacias das Polícias Civil e Militar, principalmente as da Polícia Civil, estão caracterizando como feminicídio, porque continua no crivo do homem.

Portanto, a gente vai já apresentar um requerimento aqui para que, oficialmente, a nossa Comissão Mista possa pedir informações a todas as delegacias de Polícia Civil do Brasil para saber exatamente a quantificação dos feminicídios – daqui a pouco esse requerimento vem. Mas sobre esses dois que estão apresentados, queria só alertar as nossas companheiras todas aqui para o seguinte: eu acho importantíssimo essa iniciativa de a gente conversar com as autoridades competentes, mas eu acho que é fundamental o amparo, o acompanhamento da vítima.

Nós fizemos isso...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É o meu projeto.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sim, totalmente de acordo. Eu estou dizendo nas diligências também, Senadora Marta. Eu trouxe para cá o problema – e eu sempre falo, porque foi muito importante o resultado do processo – daquela jovem de 21 anos que teve seus pés e braços decepados pelo companheiro. Eu tomei conhecimento, e fomos bater lá, no interior do Rio Grande do Sul. Fui lá e levei toda a diligência; fomos a todos os órgãos. Isso fez com que o prefeito abrisse, no Minha Casa, Minha Vida, um programa que fosse exatamente para as mulheres vítimas de violência que precisavam ter uma casa para onde ir. Então, foi aberto no Programa Minha Casa, Minha Vida para essa menina... Porque a família dela morava, em uma cidade muito pequenininha, do lado da casa do agressor que está preso, e as mães já estavam para se enfrentar, porque, diariamente, era uma falando piada com a outra. A gente foi lá e conversou com a menina. Foram postas essas coisas. Era uma

jovem cheia de vida, e eu disse: não, nós temos de começar a acompanhar quem sobreviveu e quem está a fim de superar, para podermos levar isso como exemplo.

Então, eu sugiro, Senadora Vanessa, que, além das autoridades constituídas, acima de tudo, a gente veja esse desfecho até o final, porque são casos exemplares; desde a punição dos agressores, porque tem de ser punição exemplar, caso contrário vira o quê? Vira uma brincadeira, com as pessoas se dando ao luxo de colocar em rede social.

Está aí, de novo, agora o do Piauí, que foi logo em seguida: cinco estupraram! Aí eu faço um apelo, gente – e a Senadora Simone tem sido uma grande Presidente no sentido de que temos efetivado as nossas meninas aqui, jovens extremamente competentes; e meninas, no bom sentido; meninas no sentido de serem jovens e serem extremamente comprometidas com isso.

Esta Comissão tem um grande futuro. Ela não se encerra. Ela tem quatro legislaturas pela frente. Então, é preciso que a gente não venha só apagar fogo. É preciso o compromisso de estarmos aqui; não é só passar, registrar. Nós fazemos 50 mil coisas, mas, se não tivermos isso aqui como um espaço importante, para delinear políticas, e efetivar, e mudar a vida das pessoas e das mulheres em especial...

Então, eu só sugiro o seguinte: faz a diligência com as autoridades? Faz, mas vamos conhecer a família dessa menina, protegendo-a, como fizemos com a Gisele, a menina lá do Rio Grande do Sul. Vamos humanizar esse problema, porque, às vezes, vira exemplo para muitas outras que sofreram a mesma coisa. Então, conhecer, conversar com a mãe, proteger a menina, porque a menina é menor de idade. E ela mesma teve a grandeza, ela teve a coragem de dizer... “O que você disse para o delegado?” E para o delegado, porque é homem, cheio de leguelhé, sem conseguir tocar as coisas para frente. E o que foi que ela disse? “O que você deseja para ele?” “Que tenha uma filha mulher.” Então, para saber como uma menina dessa enfrentou o *status quo* todinho, talvez sem nem ter compreensão da vida, com 16 anos... A gente precisa fortalecer esses casos, porque eles viram emblemáticos, sendo uma comissão federal.

Então, eu queria só fazer esse apelo, que não seja neste momento dispensado.... E, Presidente, devo viajar amanhã de madrugada para a ParlAmérica. Estou até solicitando representar a Comissão na comissão que vai debater uma série de coisas, inclusive a participação dos homens nos processos das mulheres. Enfim, é uma agenda extensa. Mas eu acho que, se as Deputadas conseguirem, as Senadoras conseguirem – nessa semana em que não vou estar aqui, porque devo voltar só na sexta-feira – que as pessoas não deixem de olhar – a não ser que a família não queira ou que a vítima não queira –, que as pessoas não deixem de chegar junto... Porque, às vezes, posteriormente, o depoimento dessa família ou dessa menina influencia milhares ou milhões de outras que estão passando por essa mesma coisa e que se encorajam.

Então, eu queria só sugerir, porque, às vezes, as autoridades escutam e não estão nem aí. Passam ali só para fazer a foto, e, depois, não levam adiante o processo real da vida das pessoas.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Só para informar, Deputada Luizianne, no requerimento que fizemos, estamos requerendo fazer a visita também à vítima e à família.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Eu vou aproveitar, então, e vou passar a palavra para a Deputada Keiko.

Não havia necessidade, mas a nossa Relatora faz questão de aprovarmos esse requerimento. Ela vai, representando a nossa Comissão, a convite da ParlAméricas, da Assembleia Nacional do Equador, participar do encontro, na condição, inclusive, de painelistas, representando também esta Comissão. O tema a ser abordado lá é igualdade de gênero: “Diversificando o Poder Público para Construir Sociedades Inclusivas”. Vai acontecer no Equador, em Quito, nos dias 2 e 3 de junho.

Não cabe discussão, apenas aprovação. Não haveria necessidade, mas a nossa Relatora faz questão. Eu coloco, portanto, em votação global.

As Srªs Deputadas e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Tem a nossa total autorização e procuração para falar em nome também da Comissão.

Há também o Requerimento nº 3, que ela mencionou, que solicita à Secretaria Nacional de Segurança Pública, aos órgãos de segurança pública das entidades da Federação e, como forma complementar, ao Sistema de Informações sobre Mortalidade, à Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, dados estatísticos e informações referentes a homicídio de mulheres, relacionados à questão de gênero, com a finalidade de discutir a efetividade da Lei nº 13.104, conhecida como a Lei do Feminicídio.

Ela já defendeu o requerimento.

Eu o coloco agora, portanto, em votação na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora no Senado Federal.

As Sr^{as} Senadoras que concordam com o requerimento lido permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Com a palavra a Deputada Keiko.

A SR^a KEIKO OTA (PSB - SP) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero ser breve, Senadora Simone.

Eu queria só esclarecer para a Senadora Regina que a Senadora Marta estava querendo explicar para ela que já está em vigor a Lei nº 13.285, que é de minha autoria, que acelera o julgamento em caso de crimes hediondos em todas as instâncias.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É exatamente o que eu mencionei. A lei já existe.

A SR^a KEIKO OTA (PSB - SP) – Já existe.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O que estou propondo fazer...

A lei já existe, e eu não sabia que era de autoria de V. Ex^a.

O que eu estava dizendo é que, primeiro, foi visto amplamente que ela não é prioridade. A lei existe, e eles não obedecem. Por isso nós estamos tentando um *fast tracking* para conseguir agilizar.

O que estou sugerindo é uma nova lei para dizer qual é o ritual, porque, mesmo que seja atendido rapidamente, eles atendem como fizeram com a mocinha de 16 anos do Rio de Janeiro.

A SR^a KEIKO OTA (PSB - SP) – Está certo. É só isso.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Econômica nas palavras, ela é objetiva, sempre assim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Senadora Simone.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Pois não, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Senadora Simone, vejo que já estamos quase concluindo a nossa reunião.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Eu tenho só dois requerimentos que precisamos votar impreterivelmente antes das 16 horas, porque, começando a Ordem do Dia, os requerimentos têm a sua votação prejudicada.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – E temos que fazer a nossa caminhada ainda.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Não, eu digo a aprovação.

Aqui nós podemos ficar até mais tarde, não tem problema.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Senadora Simone, eu quero fazer o registro da participação nesta reunião de várias mulheres. Tenho aqui todos os nomes delas: Dr^a Lígia Paula, Raquel Elita - não vou ler as entidades nem as empresas -, Luciana, Ana Maria Drummond, Ana Fernanda Teixeira, entre tantas outras. Elas compõem uma ONG chamada Mulheres do Brasil.

Já tivemos uma conversa, mas elas vieram para dialogar sobre um projeto que trata também de cotas nos conselhos das empresas privadas, um projeto muito bom que estou relatando na Comissão de Constituição e Justiça, e selamos uma grande parceria. Dissemos a elas que temos várias parcerias com as entidades todas da sociedade civil, a ONU Mulheres, enfim.

Então quero apenas registrar a presença delas, que estão dispostas a fazer conosco a caminhada, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Sejam muito bem-vindas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Então vamos convidá-las para estar conosco.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Precisamos de todas nessa luta, que é de todos nós, não só de todas nós.

Eu vou passar a palavra para a Senadora Gleisi, em seguida, para a Deputada Margarida, para a Senadora Marta Suplicy que havia pedido para complementar e fecharemos com a Deputada Moema.

Desculpem-me por interferir a todo momento, mas é que muitos falaram, a Senadora Fátima também, a respeito dessa questão do atendimento da jovem ou da mulher vítima de qualquer tipo de violência por um homem. Não nos esqueçamos de fortalecer as delegacias especializadas da mulher, colocando mais recursos no Orçamento para que mais delegacias sejam implantadas.

E eu quero fazer um convite a vocês. Quando Vice-Governadora, eu tive o privilégio, por um tempo muito curto, de ter sob a minha supervisão... Na realidade, eu que colaborei com elas, e não elas comigo, porque eu aprendi mais do que ensinei. A princípio, eu não ensinei absolutamente nada à Coordenadoria da Mulher do Estado de Mato Grosso do Sul. Nós fizemos uma luta muito grande para termos a Casa da Mulher Brasileira. Conseguimos terreno, íamos atrás, viemos atrás aqui do Governo Federal e tivemos a felicidade de inaugurar

a primeira Casa da Mulher Brasileira. A segunda agora é aqui no Distrito Federal e as outras estão ainda paralisadas, um pouco, por falta de recursos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – A de Curitiba será inaugurada agora em junho.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Qual?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – A de Curitiba, Paraná.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – O Paraná agora vai inaugurar a terceira. A quarta é em Roraima. Onde há mulheres Senadoras as coisas acontecem mais rápido. Estão vendo a necessidade de haver mais mulheres na política.

Eu gostaria de convidar as colegas Senadoras, em um momento oportuno, quando quiserem, para verem a grandeza dessa obra. Ela não é uma obra apenas grande nos tijolos que foram colocados. Ela não é apenas uma casa gigantesca – acredito que passe de dois mil metros quadrados, não faço ideia, porque ela é gigantesca –, mas a sua grandiosidade é pelo que ela significa. Ela é a porta de entrada e a porta de saída da mulher. A mulher vai até essa Casa da Mulher Brasileira, onde há absolutamente tudo, só não tem pronto-socorro, mas tem uma ambulância ali esperando, porque, se ela chegar muito debilitada, precisando passar por uma perícia, por um laudo, ela é imediatamente levada a esse perito.

Lá nós temos a Delegacia Especializada da Mulher, há um local para que essa mulher possa ficar, pernoitar, junto com os seus filhos, um local para as crianças brincarem. Lá há o juizado especial, onde há o juiz, o promotor, o defensor ou a defensora, para já fazer o julgamento.

Eu acho que a Casa da Mulher Brasileira merece, talvez, uma visita de todas nós. Ou quem sabe vamos inaugurar a do Paraná, para que aquelas que não conhecem o projeto possam ter esse conhecimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – No dia 15 de junho. Vamos combinar.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Que dia?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Dia 15 de junho.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – A princípio, está marcado para 15 de junho.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – É, mas é uma quarta-feira. Eu posso pedir ao prefeito para mudarmos a data se a Comissão quiser ir.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Dia 15 de junho é o aniversário da minha cidade natal, da qual eu fui Prefeita. Se for 15 de junho, eu tenho dificuldade. Nos demais dias... Mas eu já conheço. É importante que as demais colegas possam conhecer.

Com a palavra a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Obrigada, Presidente Simone.

Eu queria, antes de tudo, fazer uma saudação à Maria Fernanda, que está aqui, e, na pessoa dela, a todas as mulheres.

Eu tive o prazer de conviver com a Maria Fernanda quando fui Diretora Financeira da Itaipu, num grupo de mulheres de empresas que lutam muito pelo empoderamento das mulheres nas empresas. Então, esse projeto de termos cota nos conselhos administrativos é fundamental também para reforçar a caminhada das mulheres.

Eu queria aqui, Senadora Simone, um pouco na linha da Senadora Fátima, falar sobre as iniciativas práticas que podemos ter em razão desses últimos eventos tão doídos que nos aconteceram. Eu acho que esses dois requerimentos da Deputada Luizianne aprovados aqui... Nós tínhamos conversado ontem, no plenário, sobre incluir a visita à família da vítima e à vítima – eu acho que é fundamental irmos para o Rio de Janeiro e fazermos isso também – e incluir o Presidente do Tribunal de Justiça, porque, afinal de contas, ele tem de fazer com que as coisas funcionem no Judiciário, além do Executivo, na área de segurança. É fundamental. E penso que nós tínhamos de ter alguma coisa permanente nesta Casa. Por que o que acontece? Sempre, nessas situações, há a comoção; os Senadores falam, colocam a sua solidariedade, mas isso para. E, como é um tema muito incômodo, muito difícil, muito doído, as pessoas ficam desconfortáveis, evita-se também ficar falando.

Então, eu acho que tínhamos de fazer, pelo menos nos próximos meses, alguma ação coordenada das Senadoras e das Deputadas sobre isso.

Sei lá se, antes de fazer qualquer fala no plenário, nós disséssemos: contra a cultura do estupro, ou se tivéssemos material para distribuímos. É preciso alguma coisa. É necessária uma campanha do Senado. Eu acho que seria importante o Senado ter uma campanha – nós temos a Procuradoria da Mulher, temos a Comissão – em que todos os materiais do Senado tivessem o carimbo: contra a cultura do estupro. Nós estamos batendo nisso para não sair da discussão, porque, se sairmos, daqui a pouco, acontece outro caso, e nós não vamos conseguir lidar com isso.

E é um problema cultural, infelizmente. Nós temos leis avançadas, nós conseguimos avançar em vários programas de enfrentamento à violência contra a mulher, mas a cultura ainda é esta: que a mulher é extensão da propriedade privada do homem; que o homem pode dispor do corpo da mulher quando quiser; que es-

tupros, com certeza, acontecem porque a vítima deu causa, assim como ela dá causa à violência. Então, acho que isso é importante.

E outro ponto é que nós temos de retomar a discussão no âmbito da educação. Nós fomos vencidas nessa discussão sobre a perspectiva de gênero. Foi algo assim avassalador, nós não conseguimos nos colocar de maneira a resistir, e eu acho que, diante dos fatos que estão acontecendo, inclusive diante da guinada conservadora que nós estamos tendo em nosso País em relação a uma série de assuntos, nós deveríamos reapresentar um projeto para incluir de novo, na discussão do Plano Nacional de Educação, a questão da perspectiva de gênero... (*Palmas.*)

... tanto no âmbito do Senado, como no âmbito da Câmara dos Deputados. E nós temos de fazer essa discussão com a sociedade, porque o preconceito começa por aí, para fazer a discussão em relação à palavra, em relação à posição. Foi assim sempre com as mulheres! Se nós pegarmos o que foi a nossa luta pelo voto... Quer dizer, é um absurdo! Diziam que nós éramos cidadãs de segunda classe, que nós não tínhamos direito, e nós pensávamos: como é que faz? Tem de enfrentar! Eu acho que nós temos de enfrentar de peito aberto, fazer essa discussão, mobilizar. Temos um outro clima começando no País agora, que é exatamente não deixar que tenhamos retrocessos nas nossas conquistas e nos nossos direitos.

Então, eu queria propor que nós, ao lado de fazer essa campanha contra o PL 5.069, que é um absurdo – acho que tem de ser uma das nossas prioridades no Parlamento –, retomemos a discussão da educação com perspectiva de gênero no Plano Nacional de Educação, apresentando projeto de lei talvez até de forma coletiva, das Senadoras e das Deputadas.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Acho que a Senadora Gleisi foi muito feliz quando disse que nós precisamos, inclusive, esclarecer para quem está nos assistindo: o nosso poder como legisladores é limitado; nós não podemos, por exemplo, apresentar projetos que aumentem despesas para o Executivo; não somos nós quem gerenciamos os recursos públicos; então, nosso poder é limitado. Nós temos aqui, praticamente, por ser um Parlamento, o direito de falar, de denunciar, de cobrar e também de fazer leis. Nesse aspecto, nós estamos imediatamente agilizando os projetos nesta Casa que já tramitam especificamente em relação à impunidade, porque são projetos que não dependem necessariamente de iniciativa do Executivo. Qualquer projeto maior que isso, que envolva recursos financeiros, depende de iniciativa do Poder Executivo.

Contudo, é importante ressaltar para quem nos está assistindo que nós não estamos nos descuidando – muito pelo contrário – da verdadeira causa de tudo isso, que é cultural e, portanto, educacional. Nós temos plena consciência aqui – na fala de todas foi dito direta ou indiretamente – de que o problema está na educação dos nossos filhos; não é nem de nossos jovens; é questão de educar as nossas crianças, os nossos meninos, de forma igual, dizendo que nós somos iguais em direitos e obrigações, que não se bate em mulher, que a mulher precisa ser preservada na sua integridade física e na sua integridade psíquica.

Estou passando isso para deixar muito claro que – ao falar muito aqui de projetos relacionados a aumentar penas, contra a impunidade – a Bancada feminina está muito atenta a esta questão, que é a questão cultural. É uma cultura mundial de violência contra a mulher.

Na ordem aqui, a Deputada Margarida; depois, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Prezada Senadora Simone Tebet, que preside, com tanto brilho, esta reunião, eu vou aqui reiterar algumas coisas ditas, mas, como temos lidado com uma surdez preocupante de parte de muitos agentes políticos e formadores de opinião, eu penso que não é redundante o que vou aqui dizer.

V. Exª mencionou as limitações da nossa ação legislativa – e é fato: não podemos gerar despesas –, mas há algumas coisas em que a nossa ação é imprescindível, e não é apenas no que diz respeito ao agravamento das punições. Eu acho que temos um papel muito mais importante, que é no nosso fomento da prevenção.

Quanto às barbaridades que aconteceram nesses últimos dias, eu caracterizaria em três dimensões: primeiro, a barbaridade do estupro coletivo, em que se feriu o princípio da inviolabilidade do corpo de cada ser humano. Isso é alguma coisa com que nenhum de nós pode transigir ou que pode considerar desimportante. Em segundo lugar, a exposição pública da vítima nas redes, inclusive das suas partes dilaceradas, apresentadas como se aquilo fosse o resultado de uma caçada ou de um feito atlético. A desumanização daquela menina é alguma coisa que nos afronta a todas nós e a todos nós como seres humanos. Mas o terceiro, no qual eu quero me deter, é a reação do Estado, a reação do delegado, que foi outra barbaridade. E a reação do delegado não é alguma coisa incompreensível nesse contexto, em que uma mulher violada tem de provar que não provocou a sua própria violação.

Então, essa criminalização da vítima é o que, de fato, poderíamos evitar se estivéssemos enfrentando com coragem e com seriedade o desenvolvimento, na educação brasileira, disso que se convencionou chamar de ideologia de gênero.

Estamos, neste momento, assistindo a uma discussão extremamente reacionária, que é a chamada educação sem ideologia, escola sem partido. Na verdade, espanta-me que isso possa sequer ser enunciado. Qualquer educação presume um projeto formativo, portanto envolve uma ideologia; que seja a ideologia do patriarcado; que seja a ideologia do racismo; que seja a ideologia do opressor, mas isso é ideologia de todo modo.

O que nós queremos é exatamente oferecer um contra discurso a essa ideologia quando falamos do direito dos seres humanos e do tratamento do gênero como uma categoria social. Quando escuto isso tudo, Senadora Simone, vejo o quanto estamos atrasados, o quanto nos falta de conhecimento científico. Educação sem ideologia, na verdade, é educação sem inteligência.

Então, eu lastimo profundamente que nós estejamos, neste momento, envolvidos nesse pântano de crenças reacionárias que acabam se materializando por essa agressão a que assistimos nesses dias passados.

Neste momento de recrudescimento da violência contra a mulher, porque acho que temos a destruição da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a sua subalternização no contexto administrativo, é também uma violência; entender que isso é não é uma coisa necessária – contradita inclusive a ação desta Comissão. Esta Comissão, pela sua expressão e pela sua vida, é um argumento claro da necessidade de termos políticas públicas para as mulheres.

Nesse sentido, encareço: que façamos encaminhamentos que já foram feitos aqui, inclusive esses de fazermos ações para que sejam retirados projetos que estão tramitando na Câmara e que confirmam e consolidam a ação do delegado.

Com o projeto de lei do Deputado Eduardo Cunha, isso que nós repudiamos nós temos formalizado, consagrado e legitimado. Então, eu queria fazer essa manifestação aqui, neste período tão triste da vida brasileira, em que as mulheres estão sendo agredidas. De outro lado, é necessário também reconhecer que as mulheres, particularmente as muito jovens, estão encontrando uma forma de enunciar a sua voz muito além do que o feminismo clássico foi capaz de fazer, e é com essa esperança que concluo a minha manifestação e agradeço a atenção de V. Ex^{as}.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós que agradecemos, Deputada Margarida, inclusive pela paciência, pois estava inscrita e nós acabamos colocando questões outras dos requerimentos. Agradeço todas as intervenções.

Só faltam a Senadora Marta, a Deputada Moema e a Deputada Flávia. Mas, pelo horário... Eu só preciso votar os últimos dois requerimentos.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Senadora Simone, só um segundo.

Quero pedir também para que seja acrescentada à ata uma saudação especial desta Comissão às mobilizações sociais protagonizadas pelas mulheres, que tomaram conta das ruas deste País nesse fim de semana, em decorrência desses casos de violência, de estupro. Eu participei lá em Natal do ato Por Todas Elas, muito bonito. E houve o ato aqui em Brasília, que foi a Marcha das Flores.

Que fique esse registro aqui da nossa saudação, porque, como disse a Deputada Margarida, é muito gratificante ver essa ousadia, essa teia de resistência das mulheres na luta contra o enfrentamento, inclusive com a juventude protagonizando.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Muito bem lembrado, Senadora Fátima. Vamos pedir que fique registrado nos *Anais*, nas notas taquigráficas desta Comissão. E não poderia ter nome mais bonito – nós mulheres oferecendo flores em favor da paz.

A Marcha das Flores aqui em Brasília passou, por ironia do destino, pelos Ministérios da Saúde, da Educação, do Trabalho, da Justiça, e chegou ao Supremo Tribunal Federal, que é o órgão máximo deste País e que pode fazer justiça por todas nós.

Eu vou rapidamente colocar em discussão o requerimento da Senadora... da Deputada – é tanta Senadora e Deputada que eu troco toda hora – Luizianne Lins, nossa Relatora, que requer audiência para debater a situação de violência contra as mulheres trans e travestis. Faz a fundamentação nos termos regimentais e dá aqui números e estatísticas em relação a esse tipo de violência.

Em discussão.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de discutir.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Para discutir, Senadora...

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E depois abro mão da minha fala posterior.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Que seria a próxima, de qualquer forma.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Pois não, Senadora.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de parabenizar a Deputada por esse requerimento de audiência pela situação de violência contra as mulheres trans e travestis. Eu estava fazendo uma reflexão: nós

estamos aqui, como mulheres, muito indignadas e angustiadas com essa situação pela qual passam muitas mulheres brasileiras. Mas, se formos pensar mais amplamente, nós estamos falando do direito individual do cidadão ou da cidadã como ser humano, e isso implica nas mulheres, nos gays, em todo o problema de preconceito contra LGBTs e no racismo também. Nós estamos falando do ser humano, e a questão do estupro tem muito a ver com essas questões também, porque o preconceito contra raça e contra LGBTs faz parte do mesmo preconceito que se tem contra a mulher. O da mulher não chama mais a atenção porque somos 50% da população e somos nós, mulheres, que procriamos e fazemos a humanidade acontecer. Mas, de certa forma, está em um contexto maior isso que nós estamos discutindo.

Eu queria colocar também, Senadora, que há um projeto meu na CCJ, que foi relatado pelo Senador Suplicy em 2011, na Comissão de Direitos Humanos, que permite a mudança do nome social dos trans. O Senador não voltou à Casa. Esse projeto está na CCJ, não tem relator e tem dificuldade em obter relatoria, porque isso também faz parte do preconceito que vivemos. O projeto é de 2011. Está parado lá. Tudo isso não pode ser visto desfocado do que nós estamos discutindo agora. O número do Projeto é 658. Na sua saída, a Presidenta Dilma fez um projeto semelhante, mas só para funcionário público, me parece. Esse é um projeto que amplia para todas as pessoas, todos os cidadãos e cidadãs. Acho importante que façamos essa reflexão, porque não podemos focar dentro de uma caixinha o problema que nos aflige mais.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Estamos anotando todos os projetos que V. Exªs estão passando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Teremos o relatório de todos os projetos relacionados, e o distribuiremos para as Senadoras e também para as Deputadas.

Para discutir, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – É breve. Quero saudar a Deputada Luizianne pela iniciativa e subscrever o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Será entregue a V. Exª para assinatura.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – E eu quero, Senadora Simone, mais uma vez reforçar aqui, dentre os projetos considerados prioritários pela Comissão Especial, que tramitam aqui no Senado, além do de autoria da Senadora Vanessa, o que acrescenta o dispositivo à Lei nº 11.340, de 2006, que é o que dispõe sobre o direito da vítima de violência doméstica ter atendimento policial e pericial especializado, aquele a que já nos referimos aqui, que tem à frente os delegados e delegadas de todo o País.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – V. Exª sabe onde está esse?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Está aqui.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Na CCJ?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Na CCJ, e o Relator é o Senador Aloysio Nunes.

Repito: delegados e delegadas de todo o País têm estado à frente das delegacias de atendimento às mulheres, têm feito uma intensa mobilização em prol da aprovação desse projeto, que é um projeto importante, porque trata da questão do atendimento.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Está certo.

Continua em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Na Câmara de Deputados, as Srªs Deputadas que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal, as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento lido permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Por fim, mais um requerimento da Senadora Regina Sousa, assinado por... Eu não sei todas as assinaturas aqui – Senadora Angela Portela, Fátima, Gleisi.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 11, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro da Justiça a prestar esclarecimento no Plenário da Comissão e expor a respeito do plano de trabalho em relação ao combate à violência contra a mulher e demais atividades da Pasta.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros

Tem a justificativa. Como não li nos demais, também não lerei, mas parablenizo, pois acho o requerimento importante e coloco em discussão.

Para discutir, a autora do requerimento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Rapidinho. É aproveitando uma oportunidade. É um convite, não é convocação.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Sim.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Hoje o Presidente interino, Michel Temer, fez uma reunião com os secretários de segurança e propôs exatamente abordar esse tema da violência contra as mulheres, propôs criar um núcleo dentro do Ministério. Então, é importante sabermos quais são os planos, porque até o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial foi para lá. É preciso saber qual é o plano, até para poder também ajudar na execução e colocar em prática o que estiver proposto

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Muito oportuno o requerimento de V. Exª e das demais colegas.

Eu coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Em votação na Câmara de Deputados. Srªs Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal, Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento. Entraremos em contato o mais rápido possível com o Ministro da Justiça.

Para falar ainda como oradora, a Deputada Moema, que, pacientemente, aguardou a sua vez. Agradeço a paciência, Deputada.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Presidenta, vai ser muito rapidamente, porque eu sei que nós já estamos finalizando, mas eu queria, dentre as várias ações que foram aprovadas aqui, sugerir mais uma. Eu acho que nós poderíamos fazer uma visita ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal para buscar saber quais são os mecanismos que eles têm hoje para agilizar todas as investigações em relação aos crimes cibernéticos.

Por que eu estou colocando isso? Porque hoje nossas crianças estão completamente expostas nas redes sociais, e os criminosos estão utilizando, cada vez mais, as redes sociais para potencializar seus crimes. E vemos uma morosidade muito grande por parte dos órgãos responsáveis, primeiro para tirar de circulação aquelas postagens e depois para punir os responsáveis.

De repente, podemos nos debruçar com a dificuldade que eles possam ter em relações às condições. E nós precisamos saber quais são os mecanismos que eles hoje têm para isso. Se têm suficientes, vamos entender por que se demora tanto para tomar atitudes.

E, se não têm, que estas duas Casas possam tratar disso, para ajudar tanto o Ministério Público Federal quanto a Polícia Federal para que fossem muito mais céleres no tocante a investigar, tirar de circulação e punir os responsáveis pelos crimes cibernéticos, principalmente nesses crimes que dizem respeito à violência contra a mulher, contra a criança e em relação aos estupros, inclusive neste último caso, que, a meu ver, ficou circulando muito tempo ainda o vídeo com a jovem adolescente que foi estuprada e exposta nas redes sociais, além da demora maior ainda de identificar de onde partiram aqueles crimes.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Agradeço a Deputada Moema. Vou passar a palavra para a Relatora, que vai só fazer um convite e finalizo com a Deputada Flávia Moraes.

Está sendo distribuído pela Senadora Vanessa os nossos – não sei como se chamam – esses pirulitos, nossas marcas registradas, nossas frases de efeito: Nenhuma mulher merece ser estuprada; Somos iguais; Pelo fim da cultura do estupro e daí por diante. Saindo daqui, nós passaremos dentro do plenário do Senado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Não, não. Primeiro, Senadora Simone, vamos ao Salão Verde, nos encontramos com as Deputadas, vamos ao plenário da Câmara e depois todas juntas, inclusive com as Deputadas, ao plenário do Senado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Pois não. Agora com a palavra a Deputada Luizianne Lins.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mulheres, Deputadas e Senadoras, é rápido. Na próxima terça-feira eu queria contar com a presença das Deputadas e Senadoras, porque vamos apresentar o plano de trabalho deste ano da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher.

No ano passado, apresentado o programa, nós fizemos um grande trabalho coletivo. Então, queria pedir que, além de audiência pública a ser definida pela Comissão, nós vamos também ter um plano de trabalho apresentado, quem quiser sugerir, quem quiser propor – já foi distribuído, existem outras cópias para distribuir –, quem quiser fazer adendos ao programa, ao plano de trabalho de 2016, vai ser apresentado na próxima terça-feira, às 14h30, nesta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Gostaria apenas de enfatizar o que a nossa Relatora disse. Já estamos trabalhando em cima do relatório dela de 2016 e nem o aprovamos.

Se as Deputadas acharem que 14h30 é um horário muito cedo, porque é o dia que chegam a Brasília ou acharem que a reunião precisa acontecer na quarta ou, excepcionalmente, querem que nessa terça escolhamos uma sala na Câmara dos Deputados para discutirmos e aprovarmos, Deputada Luizianne, podemos excepcionalmente abrir um espaço lá para discussão, se ficar mais fácil para as Deputadas. É importante aprovarmos esse plano de trabalho. Já estamos cumprindo o plano.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – A questão da quarta pode ser alternada. A questão é só a seguinte: na quarta-feira são as comissões técnicas da Câmara pela manhã e à tarde. Por exemplo, a Câmara constituiu a Comissão da Mulher e funciona exatamente na quarta-feira, às 14h30. Acho que teríamos que ver um horário...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu queria...

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Estou completamente aberta para um horário alternativo para Senadoras e Deputadas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu deixaria a critério para que vocês pudessem ajustar isso melhor, fazendo um alerta que, de fato, quarta-feira é o dia mais complicado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Fica, então, terça-feira, às 15 horas, porque dá tempo de as colegas chegarem, inclusive os voos atrasados não causariam problemas.

Há o problema da estrutura de apoio se mudar daqui do Senado. Daqui a menos de um ano, daqui a seis ou sete meses, a Presidência desta Comissão passará para uma Deputada Federal, e a estrutura será a de lá. Então, teremos que continuar aqui por mais seis ou sete meses.

Terça-feira, 15 horas.

A última inscrita é a Deputada Flávia Morais.

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Obrigada, Presidente. Não vou me alongar muito.

Queria só complementar a fala da Senadora Gleisi, no sentido de fazermos pronunciamento no plenário nesse momento, dando uma referência, dando uma visibilidade maior a essa questão que aconteceu e que chocou a todos, para que pudéssemos fazer uma campanha, fortalecer essa campanha contra a cultura do estupro.

Acredito que temos um espaço que podemos trabalhar, com um resultado muito forte também, que são as nossas bancadas. Acredito que poderíamos fazer um trabalho junto aos Deputados do nosso Partido, para que possam fazer o mesmo, para que tenhamos mulheres e homens se manifestando no plenário sobre esse assunto. Acho que seria bem interessante termos alguns homens assumindo também essa causa, porque essa causa não é só das mulheres, é de todos. Acho que fortaleceria muito a nossa luta.

Depois, por último, queria aqui trazer um problema que aconteceu no meu Estado, Estado de Goiás – nesse mesmo fim de semana que aconteceu esse estupro coletivo –, não sei se algumas já tomaram conhecimento, mas foi notícia dos jornais uma lista que foi divulgada nas redes sociais, numa festa que acontece, promovida pela Universidade Federal do nosso Estado, entre os alunos homens que chamam de lista da pegação. E ali pontuavam aqueles colegas que pegavam as mulheres, sendo que as mulheres negras era um ponto a menos, as mulheres feias era um ponto a menos, as mulheres gordas era um ponto a menos. Isso é horrível de se falar, mas é a lista que foi transmitida e divulgada pelas redes sociais do nosso Estado – alunos da Universidade Federal do nosso Estado.

Queremos trazer a nossa preocupação de como tratar esse assunto. Se poderíamos fazer uma audiência pública no nosso Estado, de trazer à discussão, porque acho que vai muito além da questão de um ato de violência, de um crime, mas da formação, da educação desses jovens que são universitários e estão tratando dessa forma essa questão.

Ali, nas matérias de jornais, tivemos depoimentos de algumas mulheres que acham normal, que acham que quem não quer não aceita, e de vários homens, alguns indignados e outros achando que isso existe há muito tempo, sendo que, neste ano, acresceram a essa lista o item do racismo, que não havia nos outros anos.

É um fato que tomou publicidade no nosso Estado. A Universidade Federal resolveu tirar o nome dessa festa, não coloca mais o nome na festa, mas acho que isso não é tudo. Acho que precisamos trabalhar e ir a fundo nesse assunto, nesse tema, porque é uma violência, é uma forma de violência, sim, contra as mulheres, e precisamos ver como que podemos, através da Comissão, fazer um trabalho no meu Estado e, quem sabe,

por aí, vamos descobrir outros Estados em que acontecem a mesma coisa e podemos começar a questionar e achar caminhos para que possamos trabalhar essas...

(Interrupção do som.)

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – ... as universidades.

Obrigada, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Eu que agradeço, Deputada Flávia.

Acabei de assinar um projeto relacionado a isso, instituindo a Semana Nacional da Conscientização da Violência contra a Mulher nas Universidades, tendo em vista que os casos mais graves e, muitas vezes, ocultos de estupro acontecem também dentro das universidades.

Gostaria de registrar a presença do Dr. Thiago Pierobom, que é Promotor de Justiça e Coordenador do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do Ministério Público do Distrito Federal.

Muito obrigada novamente a todas as mulheres e também aos homens que estão aqui, mostrando que ser homem significa defender a causa e o direito das mulheres.

Antes de encerrar os trabalhos, eu proponho a aprovação da 1ª e 2ª atas desta Comissão.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas na Câmara dos Deputados.

Agora coloco em votação no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas no Senado Federal.

As atas serão devidamente encaminhadas para a publicação.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo muitíssimo a presença de todas e de todos, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 27 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2015, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dez de novembro de dois mil e quinze, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Jô Moraes, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença do Senador Cristovam Buarque e do Deputado Pastor Eurico, este último como Vice-Líder da Minoria na Câmara dos Deputados em substituição ao Deputado Bruno Araújo. Justifica a ausência o Deputado Benito Gama. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara aberta a oitava reunião da CCAI, destinada à Audiência dos seguintes convidados: Luciano Jorge – Vice-Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência (AOFI); e Carlos Terra Estrela – Presidente da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência (ASBIN). Após audiência, a Presidente passa a palavra para os parlamentares inscritos. Usam da palavra o Senador Cristovam Buarque e o Deputado Pastor Eurico. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Jô Moraes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas

**Deputada JÔ MORAES
Presidente**

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Boa tarde a todos e a todas.

Com imensa satisfação, iniciamos a reunião, com a presença do nosso Senador Cristovam, que, embora dividida, neste momento, responsabilidades...

Senador Cristovam, estou informando que V. Exª terá que sair porque divide este período com uma série de outras comissões.

É uma satisfação muito grande partilhar as preocupações da Política de Inteligência com o Senador Cristovam, haja vista sua experiência, sua visão de mundo e sua visão de soberania.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos e cidadãs que queiram encaminhar comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

A presente reunião tem como objetivo – em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2015, deste Colegiado – a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a “Reforma da Legislação Brasileira de Inteligência”.

Participarão como convidados – a quem já chamo, para tomar assento à mesa – os Srs. Luciano Jorge, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência (Aofi), e Carlos Terra Estrela, Presidente da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Eu queria, Senador, antes de passar a palavra a V. Exª, registrar que este é um momento muito especial para a construção do reforço da política de inteligência no Brasil e também para o reforço da estrutura dos órgãos de inteligência. Na nossa compreensão e na nossa experiência, a política de inteligência, a estrutura de inteligência é um dos mais importantes instrumentos do Estado brasileiro e de defesa da democracia. Qualquer Estado com suas instituições democráticas necessita, para acompanhar os movimentos absolutamente naturais dos conflitos que existem na sociedade brasileira – conflitos de ideias, conflitos de movimentos, conflitos de organizações –, de uma política de inteligência para informar as suas ações, preservando a essência da democracia.

Por isso, neste momento, registramos duas questões essenciais.

Primeiro, nós estamos entrando com um projeto de lei – registrando-o na Câmara – que estabelece procedimentos, penalidades e controle judicial do uso de meios e técnicas sigilosos de ações – e de busca de informação – pela atividade de inteligência de Estado, no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência. Evidentemente, eu tive que ter uma importante assessoria, Senador. Eu não teria condições de fazer uma proposta de legislação, de um tema tão delicado, se não tivesse uma assessoria. E tive: da Associação Internacional para Estudos de Segurança e Inteligência (Inasis).

Acho que este é um gesto inaugural, Senador, para que nós possamos abrir este debate. Há circunstâncias – e várias foram citadas aqui – em que agentes da inteligência, muitas vezes, no exercício da sua atividade, se sentem pouco cobertos, do ponto de vista institucional, pela ausência dessa legislação. E também é importan-

te que possamos, nesta tarde, escutar as representações – sobre este tema da legislação referente à atividade de inteligência – dos profissionais que atuam na área.

Sem dúvida nenhuma, este não é um tema que questiona estruturas, ou rompe, ou contradita autoridades. É um tema de reflexão de pensamento, e aqueles atores e atrizes que realizam a atividade podem trazer as suas reflexões. Por isso, agradeço ao Luciano Jorge e ao Carlos Terra Estrela esta contribuição que darão para a formação, o debate e a consolidação de uma política nacional de inteligência, nos marcos de um controle externo – como nós realizamos através desta CCAI – e nos marcos de um debate mais amplo com a sociedade.

Antes de passar a palavra aos debatedores, eu queria passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, informando que o Senador Aloysio Nunes virá para cá. Como Presidente da CRE que é, está em uma recepção do Presidente do Congresso russo e se dirigirá para cá no momento.

Com muita satisfação, quero dizer aos senhores que vejo no gesto do Senador Cristovam um compromisso e uma adesão a esta preocupação do Estado brasileiro, da democracia brasileira, que é o fortalecimento da atividade de inteligência.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Boa tarde, Deputada Jô Moraes! Boa tarde cada um dos presentes!

Em qualquer época da história, é impossível governar bem sem ter informações. Da mesma maneira que informações sem um certo controle ético, nas mãos de um governante, podem levá-lo a virar um dirigente autoritário. Sem informações, nos tempos de hoje, ainda mais difícil é fazer um bom governo, porque há uma rapidez muito grande nos acontecimentos. Quem não tem informações do que está acontecendo não governa bem.

Lamentavelmente, o Brasil, até por um preconceito do passado pela maneira como o sistema de informações foi usado na ditadura, tem renegado esse sistema de informações. O Itamaraty toma conhecimento de muitas coisas, Deputada, pelos jornais. Às vezes, nem a assinatura dos grandes jornais do mundo, que são bons de informação, e dos *blogs*, como hoje, eles conseguem. Então, fica um sistema de relações internacionais de uma nação com o tamanho do Brasil sem preparo. Temos que fortalecer o sistema de informações no Brasil, especialmente das relações internacionais.

Ninguém consegue controlar, hoje, fronteiras sem um sistema de informações muito bem preparado, 24 horas por dia ligado com o gabinete dos dirigentes, presidente, governadores, prefeitos e até mesmo nós aqui. As fronteiras de hoje são cruzadas de uma maneira muito mais simples do que antigamente, não só porque há GPS e ninguém se perde no meio da floresta, como também porque se usam equipamentos fáceis de locomoção. Em breve, os próprios drones vão ser usados para cruzar as fronteiras tanto levando o contrabando como levando qualquer outra forma de ameaças às nossas soberanias, é claro, no plural em relação aos outros países, mas digo especialmente em relação ao Brasil.

Nós precisamos fortalecer os nossos sistemas de informação à disposição dos governos, especialmente da Presidência da República. E, claro, para que isso seja feito sem qualquer risco de uso das informações por pessoas que não são aquelas que representam a nação brasileira graças ao voto é que existe esta comissão. Esta comissão existe para apoiar – e por isso é importante apoiar também a formação de um bom quadro de profissionais, o aumento no número de funcionários –, o serviço de informações e também para fiscalizar os serviços de informações visando evitar que sejam usados para finalidades que não sejam aquelas comprometidas realmente com a nação e com os mecanismos democráticos.

Eu fiquei muito satisfeito quando a Deputada Jô me chamou para fazer parte desta Comissão. Eu já fiz parte como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e aqui está um grande colaborador à época. Fiz parte, presidi e, de certa maneira, tenho até uma certa saudade daquilo que se pode fazer aqui de bem para o nosso País.

Deputada, conte comigo, e eu quero estar aqui presente o máximo possível para que nós tenhamos um grande sistema nacional de comunicações com o nome que for, como atualmente é Abin, Sistema Nacional de Informações, com s minúsculo para não ser a sigla daquele anterior serviço, mas também para que fiscalizemos. Eu não quero usar o verbo controlar porque o controle às vezes termina atrapalhando o funcionamento, mas que fiscalizemos com rigor para que não saia da linha do ponto de vista democrático e não deixe de ter a competência técnica de que o Brasil precisa.

Conte comigo, Deputada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Senador.

Antes de passar a palavra, eu queria dizer que nós estamos planejando visitar o Serviço de Inteligência coordenado pelo Ministério da Defesa. Nós já fomos à Abin, já fomos à Marinha e vamos, agora, à Defesa. Estamos pensando, na próxima terça, às 11h30. Se o senhor já estiver por aqui, dentro de uma agenda, estaremos lá. Em seguida, iremos ao Exército e, depois, à Aeronáutica.

Acho que cumprirá uma certa agenda que nós estabelecemos, neste ano, na Comissão, para chegarmos, ao final do ano, agregando um aporte maior, na expectativa de que, no próximo ano, possamos conquistar aquilo que é fundamental: a apresentação da Política Nacional de Inteligência.

Com essa mudança administrativa, nós já estivemos com o Ministro Ricardo Berzoini, que nos recebeu com muita atenção e com uma presteza muito grande e já registrou a pauta que nós dissemos para ele que era prioridade da CCAI, que é a liberação da Política Nacional de Inteligência e o reforço da estrutura, com a liberação do concurso público, que enfrenta, agora, a circunstância de terem sido suspensos diferentes concursos, mas nós já deveremos completar esse fluxo para que possamos entrar, no novo ano, com a compreensão e a consciência de que o Congresso Nacional compreende o papel da política de inteligência. Sei que V. Ex^a tem uma agenda imediata.

Passo a palavra para o Luciano Jorge, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência. Ele trouxe cópia de propostas legislativas. Depois, algumas unidades aqui presentes podem pegar, porque ele trouxe para distribuição.

Nós propomos até 20 minutos para que o senhor possa apresentar as suas propostas.

O SR. LUCIANO JORGE – Sou o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência. Em nome da Associação e da Presidente Beatriz Neves, que, infelizmente não pôde estar aqui por um compromisso de viagem de trabalho, eu agradeço à Presidente Jô Moraes a gentileza de ter nos convidado. Agradeço a presença do ilustre Senador Cristovam Buarque e agradeço a todos pela presença aqui e a todos que estão nos acompanhando agora.

Vimos falar de reforma da legislação de inteligência. Eu acredito que, para falarmos de legislação, precisamos falar um pouquinho do que fazemos, um pouquinho de qual é a finalidade do que fazemos e, assim, podemos avançar para mostrar por que precisamos dessa legislação.

Antes de mais nada, não vou fazer um histórico – acho que todas as reuniões da CCAI fazem um histórico e falam de Egito antigo –, poupando todos dessa lembrança.

Para nós, a inteligência tem três objetivos básicos, objetivos simples.

Em primeiro lugar, a atividade de inteligência busca reduzir incertezas. O que significa isso? Significa que, quando colocamos a inteligência na rua, queremos obter algum objetivo e, para obtermos esse objetivo, precisamos analisar o que está acontecendo ao nosso redor.

Vamos supor que o Brasil deseje iniciar uma política comercial internacional. Para que ele consiga compreender bastante bem qual é o cenário que ele vai enfrentar, precisa consultar, antes de mais nada, dois ministérios: o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Eles dão início a essa pesquisa e logo percebem que vários dos projetos que o Brasil está tentando implementar não estão dando certo. Nesse ponto, entra a parte de inteligência. Quando atuamos, atuamos para informar ao Ministério das Relações Exteriores algum problema que está acontecendo.

Vamos dar um exemplo claro. O Brasil depende de trigo. O trigo é uma das bases alimentares do povo brasileiro, por meio do pão, do macarrão, dentre outros. Vamos supor que, por alguma razão, a exportação de trigo para o Brasil seja interrompida. Temos um problema de alimentação, de segurança alimentar, nós vamos ter um problema de inflação, porque o custo da importação vai aumentar – o custo internacional vai aumentar, já que a oferta foi reduzida e a demanda continua igual. O preço do trigo aumenta, e o Estado brasileiro, a sociedade em especial, se encontra diante de uma dificuldade: vão comprar trigo mais caro, a inflação vai aumentar e, eventualmente, podemos passar por um desabastecimento.

Qual é o papel da inteligência? É antecipar isso, é antecipar que vai haver algum problema de comércio por exemplo. Estamos falando exclusivamente de comércio, mas podemos falar de terrorismo, de desenvolvimento de tecnologias, podemos falar de segurança pública, de tráfico de drogas, isso é apenas um exemplo.

Outro exemplo em comércio internacional. O Brasil exporta bastante e, não raro, encontramos barreiras comerciais que foram criadas de súbito – observamos isto algumas vezes no Mercosul: o fechamento por barreiras não tarifárias do comércio entre Brasil e países vizinhos. Observamos que seguidamente alguns países um pouco mais distantes interrompem o comércio internacional de carne brasileira, o que prejudica as nossas exportações, o que prejudica a nossa balança comercial, o que prejudica a captação de recursos internacionais.

Esse tipo de coisa pode ser antecipado, e aí entra o papel da inteligência: antecipar esse tipo de problema. A inteligência não rouba o papel dos outros, nós não nos sobrepomos ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Nós passamos informações para que eles possam agir no momento adequado. Este é o papel da inteligência: melhorar a qualidade do planejamento estatal. Antes que o Estado comece algum procedimento, ele consegue planejar e, com isso, otimizar recursos humanos, recursos materiais, recursos financeiros. No momento de grave crise financeira e fiscal que o Estado brasileiro vive, o investimento em inteligência é, na verdade, uma economia imediata de recursos.

Se vocês puderem passar o eslaide, eu agradeço.

A inteligência atua normalmente voltada para dois objetivos básicos.

O primeiro é prover informações estratégicas e políticas para os grandes tomadores de decisão, como a Presidência da República, Ministros, em especial o Ministro da Defesa, o Ministro da Fazenda, o Ministro da Justiça, o Ministro das Relações Exteriores e, eventualmente, os governadores – vamos falar um pouquinho mais dos SISBINs locais, do fortalecimento das inteligências locais e de como isso é importante para o Estado brasileiro, especialmente para a sociedade brasileira.

E temos um segundo nível de inteligência, que é mais tático. Às vezes as informações servem tanto para o nível tático quanto para o nível estratégico – os dois vão poder utilizar isso bem – servem as polícias, servem as fiscalizações, os ministérios públicos eventualmente. Nós não queremos o papel de polícia, não queremos o papel de fiscalização, não queremos o papel de ministério público, não queremos o papel de defesa. Nós, na verdade, passamos informações a esses entes para que possam agir bem.

Exemplo muito claro é a Operação Ágata. Essa operação – não sou representante da Abin, não falo pela Abin – demonstra muito bem o que é atividade de inteligência. A Abin produz inteligência que serve ao Ministério da Defesa para que o Ministério da Defesa possa agir pontualmente, a fim de economizar recursos e evitar violações de fronteira, tráfico de drogas, descaminho, contrabando. Essa é a nossa atuação.

Um outro exemplo bastante claro que nós podemos apresentar aqui é a atividade de contraterrorismo. Qual é o papel da Abin na atividade de contraterrorismo ao nosso ver, ao ver da associação?

Com o intuito de otimizar recursos, de melhorar o planejamento estatal, o principal papel da Abin no contraterrorismo é mapear ameaças, é identificar quem são aqueles agentes mais perigosos e onde estão os problemas em que o Estado pode atuar pontualmente. Nós temos uma fronteira muito grande e temos muitos poucos servidores capazes de proteger as nossas fronteiras, de proteger os aeroportos, os portos. E quando entra a atividade de inteligência, de contraterrorismo, particularmente, identificamos um alvo e passamos esse alvo para que a Polícia Federal ou a Polícia Militar ou a Polícia Civil ou eventualmente o Exército, em uma situação de GLO (Garantia da Lei e da Ordem), possa atuar pontualmente para que se evite aquele cenário absolutamente aterrador de polícias baterem aleatoriamente na casa de suspeitos, etc. Então, eles atuam pontualmente. Esse é o objetivo primordial da Inteligência de Estado. E achamos que o nosso trabalho vem antes do trabalho de todos os outros. E com isso conseguimos aproveitar, na verdade, dar mais qualidade ao trabalho de todos os outros.

Há um exemplo que eu estava discutindo, há pouco tempo, com representantes de Mato Grosso. O Estado de Mato Grosso passa por uma situação muito difícil. Houve um aumento do tráfico de drogas lá, muito recentemente, há dois, três anos. E onde entra a atividade de Inteligência? Em teoria, uma atividade de inteligência consegue descobrir antecipadamente o que está acontecendo fora do Brasil, quando carregamentos de cocaína, de pasta base, vão entrar no Brasil, e ela consegue informar aqueles que devem cuidar disso, que é eventualmente o Exército; eventualmente as polícias; eventualmente o Ministério Público. E o Ministério Público e as polícias conseguem atuar pontualmente. Hoje, isso não acontece. Hoje, não temos uma política desenhada para tratar disso com a inteligência. Qual é o resultado na ponta? O resultado é que o Estado de Mato Grosso teve um aumento da criminalidade nos últimos anos; há mais gastos com segurança e com saúde pública, porque há mais pessoas morrendo, há mais pessoas sendo feridas por conflitos e confrontos. E felizmente o Estado de Mato Grosso está conseguindo atuar muito bem em cima disso. O atual Governador teve uma passagem pela parte de inteligência, já dialogou com a parte de inteligência, e está atuando com a inteligência em cima disso.

Vou pedir para passar mais eslaide.

Esses são dez pontos, são dez diretrizes atuais da Política Nacional de Inteligência. Acreditamos que a atual Política Nacional de Inteligência – na verdade, a proposta de Política de Inteligência não foi aprovada; ela está, desde 2010, para ser aprovada – é inadequada. Eu sei que há muitos elogios à Política Nacional de Inteligência, e eu me permito aqui discordar dessa avaliação.

Essas são as dez diretrizes: prevenir ações de espionagem; ampliar a capacidade de detecção, acompanhamento e informação de ameaças; prevenir sabotagens; expandir a capacidade de Inteligência no espaço cibernético; compartilhar dados e conhecimentos; ampliar a confiabilidade do Sisbin; expandir a capacidade operacional da Inteligência; fortalecer a cultura de proteção ao conhecimento; cooperar na proteção de infraestruturas críticas; cooperar na identificação de oportunidades ou áreas de interesse do Estado brasileiro.

São palavras muito bonitas que dizem muito pouco, objetivamente.

Para nós, o que é uma Política Nacional de Inteligência? Uma Política Nacional de Inteligência, se observados os grandes atores internacionais – coloco aqui Estados Unidos, Rússia, França, Inglaterra, Alemanha –, é que eles sabem muito bem o que é importante para eles.

Então, nós temos uma Política Nacional de Inteligência completamente defensiva e reativa. Não apontamos o que é importante para o Estado brasileiro. Isso tem que ficar bastante claro. Como poderíamos reescrever isso? Por exemplo, uma das diretrizes da Política Nacional de Inteligência deveria ser a segurança das comunicações. O que significa segurança das comunicações? Não é só proteger as nossas comunicações por meio de criptografias, base de dados brasileiras. Não! É mais que isso. Se os senhores não sabem, o Brasil tem um único satélite geoestacionário por qual passam todas as telecomunicações brasileiras. Esse satélite geoestacionário, que fica sobre o Brasil, não é brasileiro. Ele é mexicano; o dono dele é o Carlos Slim. Se alguém calcular errado, se alguém deixar cair café sobre a mesa de controle e desviar dois segundos do ângulo desse satélite geoestacionário, o Brasil perde a sua capacidade de se comunicar. Mandar mensagem pelo WhatsApp, ligar pelo celular, tudo isso acabaria. A internet, no Brasil, praticamente acabaria. Então, quando falamos de segurança das comunicações, é mais do que simplesmente defender contraespionagem e melhorar as capacidades de criptografia brasileiras.

Se apontamos isso com clareza, conseguimos começar a dividir tarefas e atribuições. Por exemplo, o Ministério das Comunicações passa a ter um trabalho, o Ministério da Defesa passa a ter um trabalho, a Abin atua para antecipar algumas informações. Se uma das nossas preocupações é segurança fiscal brasileira, podemos definir atribuições. A Abin trabalha no exterior, por exemplo, para evitar contrabando. Eu acabei de ler uma reportagem que diz que mais de 50% de cigarro brasileiro é contrabandeado, ou seja, além dos óbvios problemas de saúde, temos problemas de fiscais. O Estado brasileiro está perdendo arrecadação e, ao mesmo tempo, as pessoas continuam adoecendo, o que significa que o Estado brasileiro continua tendo que pagar pelo sistema de saúde para proteger essas pessoas que usaram esse cigarro sobre o qual não se garante a veracidade da composição divulgada. Podem ser verdadeiros venenos, mas não temos o menor controle. Se segurança fiscal é importante, a Abin pode atuar para antecipar problemas para a Receita Federal, para a Polícia Rodoviária Federal, e todos podem atuar objetivamente. A Polícia Federal, o Exército, todos podem atuar com clareza. E mais: começamos a envolver os entes federativos para defender um único objetivo, que foi definido e discutido democraticamente, Deputado, e, nesse ponto, começamos a apresentar algumas das nossas propostas.

Eu peço que passe, por favor.

Uma das propostas é a Proposta nº 4, que visa orientar a formação e coordenação do Sistema Brasileiro de Inteligência no nível estadual. O Brasil é um país, naturalmente, muito grande e o Governo Federal não consegue cuidar de tudo. Para o cidadão, os Governos Municipais e Estaduais são os que ele consegue ver, são os que ele consegue lidar, com quem ele consegue discutir. Com um trabalho de inteligência bastante bem estruturado e com objetivos bastante claros, conseguimos envolver os entes locais. Conseguimos, por exemplo, criando entes locais, um Sisbin local, em São Paulo, envolver melhor a Polícia Militar de São Paulo, a Polícia Civil de São Paulo, a fiscalização de São Paulo, os marronzinhos, como chamam, com um objetivo mais claro – eventualmente, reduzir nível de contrabando para São Paulo, se isso for importante. Conseguimos colocar os Estados do Governo Federal trabalhando juntos para economizar recursos em defesa da sociedade.

E mais: propomos que os Estados se organizem. O Governo Federal, nesse caso, não deve dar muitos pitacos, porque todos os Estados têm suas particularidades. Em alguns Estados, a PM é mais bem estruturada e equipada, em alguns outros Estados, a Polícia Civil é mais bem equipada, em alguns Estados os dois são muito bem equipados. Então, dentro dos Estados, os Governadores organizam como deve funcionar o Sisbin local.

Outra das propostas, a primeira proposta, é para emenda à Lei nº 11.776, de setembro 2008, que criou o cargo de oficial de inteligência, o cargo de agente de inteligência, oficial técnico de inteligência e agente técnico de inteligência. Propomos a criação de um quadro mínimo de servidores, por concurso e por requisição. Observamos que há muitas carreiras com pessoal muito, muito competente. O serviço público brasileiro é um serviço de muita competência. Acho que isso é absolutamente inquestionável. A qualidade dos servidores que têm entrado é, cada vez mais, extraordinária se comparada a qualquer país do mundo.

Qual é a nossa preocupação? Hoje, para o cargo de oficial de inteligência, há apenas 33% do efetivo considerado necessário. É um número absolutamente esdrúxulo. Estamos há 7 anos sem concurso para o cargo de oficial de inteligência. O que propomos aqui é que o quadro mínimo seja composto por 60% do número da Lei nº 11.776. Esse número prevê 1,6 mil oficiais de inteligência. Propomos, no mínimo, 60% disso, com concursos automáticos quando chegar a 40% do quadro.

Para organizar e estruturar o Sistema Brasileiro de Inteligência, de acordo com as diretrizes da Política Nacional, que, espero, sejam discutidas aqui, acho que a qualidade da CCAI, hoje, é muito positiva para isso. Conseguimos efetivar as políticas.

Peço que passe para o próximo eslaide.

A gente tem dois projetos de lei. Um deles normatiza as ações da Abin no combate a ações de interferência estrangeira e de espionagem. Nesse caso, nós tratamos só da Abin, porque espionagem é, *per se*, um

problema de Estado. Não é um problema de segurança pública, mas um problema de Estado. Se se prende um diplomata estrangeiro, cria-se uma crise internacional. Não é como prender um bandido. Acreditamos que isso deva ficar sob coordenação nossa. Entretanto, propomos um segundo PL que visa normatizar o sigilo dos profissionais, métodos e fontes humanas nas atividades de inteligência e contrainteligência para todo o Sisbin.

E aqui preciso fazer uma defesa quase apaixonada dos integrantes do Sistema. A qualidade dos profissionais militares, dos agentes penitenciários Federais e estaduais, e estive recentemente com o pessoal do Depen, das Polícias Militares é excepcional. Conheci recentemente as Polícias Militares de Brasília, de São Paulo, do Acre. São pessoas fantásticas. A Polícia Civil de Brasília é fantástica. Conheço muito bem o pessoal do Coaf. Eles são, para mim, o que há de mais avançado em termos de qualidade de servidores e de instrumentos para defender, financeiramente, por meios das unidades de inteligência financeira, o Fisco e o Sistema Tributário e Fiscal brasileiros.

Todos precisam, nas atribuições, na execução da atividade de inteligência, de proteção das suas identidades. Propomos que seja regulamentado, naturalmente. Esse controle seria feito pela Comissão de Controle de Atividade de Inteligência. Para facilitar o controle da CCAI, faríamos, na verdade, o controle das identidades emitidas. Se, por exemplo, a Polícia Militar do Acre, para averiguar a imigração que tem acontecido, especialmente a ilegal, precisar ver o que os coiotes estão fazendo, o coiote não poderá saber, por meio de uma simples procura na Internet, que está dialogando com um policial que está trabalhando para defender o Estado do Acre, que hoje gasta mais com imigração do que com saúde para os próprios acrianos.

Gostaria de defender a imigração, mas acho que o Estado brasileiro tem de antecipar o que está acontecendo para poder auxiliar o Estado do Acre e para, na verdade, proteger a identidade daqueles que estão executando as ações de inteligência.

Os policiais militares, os policiais federais, os policiais civis lidam com criminalidade organizada. O pessoal que trabalha com o PCC é um pessoal que tem que ser – com o perdão da palavra – muito macho, porque os caras são organizados, os caras são absolutamente inteligentes e eles sabem o que estão fazendo.

É preciso proteger a vida de todo mundo que trabalha com criminalidade porque cada um desses pode, a qualquer momento, sofrer um ataque, ou eles ou sua família.

Bem, eu agradeço o espaço e o tempo. Naturalmente fico aberto a perguntas e, novamente, gostaria de agradecer a Srª Presidenta por este espaço e por este tempo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Nós é que agradecemos ao Vice-Presidente Nacional da Aofi, pela sua própria vivência, pela sistematização de uma experiência que tem que ser cada vez mais aperfeiçoada e protegida.

Passamos a palavra ao Presidente da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência, Sr. Carlos Terra Estrela, que terá até 21 minutos.

Nós estamos com as propostas registradas da Aofi e podemos disponibilizar, por intermédio do nosso secretário Marco, para que esse pensamento, esse debate de uma legislação cada vez mais discutida com a sociedade possa ser aprimorado e se transforme em texto de lei. É evidente que existem questões que temos que resolver do ponto de vista legal. Por exemplo, as inteligências dos Estados que já existem e que atuam, como a Abin pode ter um vínculo com elas que não fira os pressupostos do conceito federativo do nosso País. Isso exige um aprimoramento no debate. Essa é uma questão que você colocou e que nos interessa muito.

Com a palavra o Sr. Carlos Terra.

O SR. CARLOS TERRA ESTRELA – Primeiramente, quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui. Quero agradecer a nossa Deputada – permita-me chamá-la de nossa – pelo importante papel em discutir a inteligência nesse novo marco histórico, neste Estado democrático de direito, que, para nós, da inteligência, é o que interessa. Como o Luciano falou, a inteligência está para defender os interesses da democracia brasileira. É de coração! Desejo que Deus continue abençoando a senhora, para levar adiante tudo o que tem que ser feito em prol do Estado brasileiro e dos cerca de 205 milhões de brasileiros, que anseiam por este respaldo.

Por favor, poderia passar?

A contextualização na inteligência, e, depois, vou falar da Constituição Federal, é o propósito. Nós trouxemos cinco inicialmente. A ideia é trazer mais para a senhora.

Por favor.

A questão da atividade de inteligência.

Vou poupar os senhores do breve histórico, porque realmente é maçante. “Olha, vou voltar ao Moisés”. Na verdade, não é só a Moisés. Na Bíblia, de capa a capa, existe a atividade de inteligência presente, inclusive na pessoa do nosso Jesus Cristo.

Vou primeiro chamar para mim a responsabilidade, e para nós todos, no sentido de Brasil. Segundo a ONU, o mundo é constituído de algo em torno de 193 países. Nós estamos neste contexto.

O Brasil tem uma população estimada em torno de 205 milhões de pessoas, como já falei. São pessoas que confiam que o Estado está fazendo a parte dele para defender os interesses e a qualidade de vida de cada um, pelo menos esse é o meu anseio como cidadão brasileiro. Esse País, que é nosso e nós amamos, e muito, possui a sétima maior economia do mundo – e quero ressaltar que nós, brasileiros, somos um pouquinho exigentes, porque só serve o primeiro lugar, vice-campeão na Copa não é bem vindo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Eu, por exemplo, estou sofrendo porque eu sou atleta. Estou sofrendo como vice, ainda acreditando que passarei o Corinthians. *(Risos.)*

O SR. CARLOS TERRA ESTRELA – Os corinthianos ficam calados, então.

Nós somos muito exigentes. Vejam bem, ser a sétima maior economia do mundo não é pouca coisa.

Nós somos o maior detentor das bacias de água doce do mundo. Isso, para mim, é um ponto estratégico que o Estado deveria investir e levar mais a sério. Me lembro que, quando eu saía de Goiânia para uma cidade do interior, Ipameri, íamos de carro e passávamos por regos d'água, riachinhos, que, hoje em dia, simplesmente não existem mais. Se não me falha a memória, Albert Einstein já dizia que uma das motivações para a terceira guerra mundial seria a questão da água. O que nós temos feito? O que o Estado tem feito em prol disso?

Nós possuímos a nona maior reserva de petróleo do mundo. Senhores, se acabar o petróleo, teremos um problema seriíssimo. Possuímos empresa de abrangência nacional, e não vou relacionar todas, mas Vale, a nossa Embraer, Gerdau, Casa da Moeda, entre outras. Nós somos a potência do Mercosul, e isso é inquestionável. A Argentina é a 27ª economia do mundo; a Colômbia, 33ª; e assim por diante.

Então, vejam bem, qual é o papel da inteligência nesse contexto?

Eu só vou colocar isso aqui e, depois, vou voltar a essa questão.

Fatores recentes.

É de conhecimento de todos o caso Edward Snowden, que tanto repercutiu no mundo inteiro. Nós, como inteligência, como Estado brasileiro? Uma Interrogação. Vamos pensar sobre isso.

No dia 8 de novembro, saiu em *O Estado de S. Paulo* que militantes do Estado Islâmico, e não sei se já foi confirmado isso, derrubaram o avião do Egito que resultou na morte daquelas 224 pessoas. “Não, mas é lógico, está lá”. Mas, no dia 8 de novembro, eu estava assistindo a um programa na televisão, quando eu liguei estava terminando, que abordou a questão do recrutamento feito pelo Estado Islâmico de adolescentes e jovens. Apresentaram uma menina, e eu fiquei pasmo, de 14 anos, no caso da França, que saiu, e o irmão foi atrás, e estava envolvida. Depois, conseguiram falar com ela e já era o sétimo casamento dela. “Não, mas está lá. Isso está bem longe de nós aqui”. Com a internet, e nós bem sabemos, Luciano, e com a questão de pessoal especializado saindo de lá para ficar aqui, no Brasil, e mandar as pessoas para lá, isso é daqui para ali.

Somos 205 milhões de pessoas, pessoas com problemas de ordem psicológica e extremamente vulneráveis a esse tipo de coisa. A preocupação nossa, da inteligência, é a de guardar esse tipo de pessoa.

Importância da atividade.

Voltando à contextualização que eu coloquei da importância do Brasil, a inteligência é um dos pilares do Estado. Ela está presente e tem tido um tratamento especial pelas maiores democracias. Então, a questão é esta, como o nobre Cristovam colocou: desmistificar, deixar esse ranço de lado e realmente discutir a Inteligência como ela realmente deve ser tratada. E isso, principalmente, agradeço à senhora, mais uma vez.

A questão da importância da atividade.

A atividade de Inteligência é uma atividade de assessoramento, como bem colocado pelo Luciano, no processo decisório nacional, que procura identificar as ameaças e oportunidades tanto no campo interno como no campo externo.

Por favor.

Principais dispositivos. Vou me referir aqui à Lei nº 9.883, de 1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência e criou a Agência Brasileira de Inteligência. No seu art. 3º, diz o seguinte:

Art. 3º Fica criada a Agência Brasileira de Inteligência [...], órgão da Presidência da República, que, na posição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, terá a seu cargo planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País, obedecidas à política e às diretrizes superiormente traçadas nos termos desta Lei.

Vou retornar e frisar isto nas atribuições: controlar as atividades de inteligência do Brasil, obedecidas à política e às diretrizes traçadas nos termos desta lei. Ora, a Abin foi criada em 1999. Nós estamos em 2015. Cadê o nosso PNI, que é o Plano Nacional de Inteligência?

No art. 5º, fala:

Art. 5º A execução da Política Nacional de Inteligência, fixada pelo Presidente da República, será levada a efeito pela Abin, sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.

Ora, como bem colocado, foi feito o PNI em – é interessante isso – novembro de 2010, vindo da Casa Civil. A Casa, o Congresso analisou a Política Nacional de Inteligência e devolveu para a Casa Civil. Exatamente há cinco anos, ou seja, em novembro de 2010. Nós estamos em novembro de 2015. Exatamente há cinco anos. E isso é de fundamental importância para quê? Para o trabalho da inteligência.

Veja bem, se não existir isso, permita-me colocar assim, de repente, eu me assento na liderança maior e falo: “Não, eu quero inteligência voltada para esse campo aqui”. “Não, mas cadê o...” “Não, eu quero para isso.” Nós vamos ter que fazer. Você percebe que há um desatendimento muito grande entre o papel de Estado que realmente a inteligência tem que ter com a realidade. Existe um vácuo muito grande.

Mais uma vez, agradeço a senhora. A Asbin se coloca à disposição para tudo o que for preciso para restaurarmos, rediscutirmos essa Política Nacional de Inteligência. Por quê? Foi há cinco anos. Eu acho de suma importância resgatar essa proposta de Política Nacional de Inteligência e discutir com a sociedade, num espaço bem democrático, inclusive envolvendo uma representação de outros organismos da sociedade, para nós termos alguma coisa bem consolidada. Eu gosto muito da discussão, da troca de ideias, porque eu acho que simplesmente vai consolidando aquilo, e nós precisamos disso neste momento. O País precisa disso.

Por favor.

A nossa proposta é resgatar a PEC nº 331, de 2013, que trata de incluir a atividade... Olha, gente, em 1999, e até hoje a Abin é o único órgão de inteligência de Estado e ela não está na Constituição Federal. Fica meio assim uma coisa absurda, não é, nobre Deputada? Eu acho. Então, a nossa proposta à senhora, por gentileza, é resgatar, discutir essa proposta, incrementá-la, atualizá-la, se for preciso, e levá-la adiante para consolidar esse projeto.

Por favor.

Proposta de projetos de lei:

Alteração da Lei nº 11.776... Vou pegar aqui. Só um instante. *(Pausa.)*

Altera a Lei nº 11.776, para colocar, como prerrogativas de oficiais e de agentes, ou seja, da atividade fim, ter documentos pessoais como Carteira Nacional de Habilitação, Passaporte, Cadastro de Pessoas Físicas vinculados, face à natureza da atividade, Passaporte Diplomático, dentre outros.

Não vou me estender muito.

Altera a Lei nº 12.855, que diz respeito ao problema sério que temos de fixar as pessoas que trabalham nas regiões de fronteiras. Eles entram via concurso. São, por exemplo, nascidos e criados em Brasília, vão para o Amazonas, para o Acre e têm dificuldade de adaptação. A sugestão é criar algum tipo de incentivo para fixar essas pessoas lá.

Terceira, altera a Lei nº 9.883, que criou a Abin. Com a extinção do GSI, o Diretor-Geral passou a ter atribuição de excluir grau de sigilo, que era atribuição do GSI, fornecer documentos e informações não abrangidos, ou seja, para que também possa fazer esse tipo de coisa.

Próximo.

Altera a Lei nº 11.473, incluindo o Sisbin no rol dos entes de cooperação federativa, no âmbito da segurança pública.

Altera a Lei nº 12.527, incluindo as autoridades no rol daquelas autorizadas a classificar documentos sigilosos e dá outras providências. Trabalhamos com documentos sensíveis, sigilosos, mas não temos autoridade para desclassificar ou classificar. A partir dessa proposta, incluiríamos o Diretor-Geral, mas também o Diretor da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, com abrangência nos demais órgãos. *(Pausa.)*

Gosto de conversar muito e a coisa vai se estendendo.

Queria colocar um aspecto muito sensível para mim com relação ao nosso plano de carreira. Às vezes, podem falar que não tem nada a ver, mas entrem na legislação. Foi criado um plano de carreira que é ótimo, excelente, mas que simplesmente deixou de fora pessoas que trabalharam 42 anos. Sabemos que, em toda instituição, quem trabalha gosta de ser reconhecido. Essa é uma relação única em toda instituição. Seria, nobre Deputado, como se um Deputado, a partir de agora, não fosse mais um Deputado, mas, sim, um representante legislativo, e ficasse do lado de fora, mas com as mesmas funções, não é isso? Os Deputados seriam outras pessoas. É um não reconhecimento dos trabalhos prestados para a inteligência. E é um sacerdócio. A Inteligência é um sacerdócio. É alguma coisa assim que realmente é apaixonante.

E aí, eu venho pedir à nobre Deputada para nos ajudar a corrigir essa problemática que tem dentro da Abin de incluir, não essas pessoas, esses cargos que estão fora da carreira. Incluir esses cargos dentro da carreira.

Incrível. São pessoas que estão trabalhando, dedicando a vida ali, entra uma pessoa nova, concursada, não tem nada. Muito pelo contrário, igualzinho ao Luciano, e eu reconheço isso e falo que são pessoas muito bem capacitadas, pessoas muito inteligentes. Ele entra, ele está dentro da carreira e simplesmente a pessoa que vai ensinar o trabalho dele todinho ali está fora da carreira.

Então, é um índice de frustração muito grande. Eu peço encarecidamente, em nome dos 68% de pessoas que ficaram de fora, me ajudem a corrigir isso. Eu preciso do apoio de vocês. Quero agradecer, mais uma vez, pedindo a Deus que abençoe a senhora nessa jornada e conte com o apoio da Abin para tudo que for preciso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Sr. Carlos Terra Estrela. Sem dúvida, nós estamos diante de um desafio que tem que ter uma perspectiva. Logo no começo dos nossos trabalhos, Deputado Pastor Eurico, estava no horizonte a realização de um seminário internacional sobre Inteligência. Eu acho que isso deve estar na Ordem do Dia.

Quando o atual ministro da Defesa foi presidente da Creden, construiu e realizou um seminário sobre Inteligência. Eu acredito que nós estamos em um ambiente de tamanha complexidade institucional que, neste fim de ano, talvez nós não possamos realizar o seminário, cujo requerimento já foi aprovado, já está autorizado para a sua realização.

Como nós estamos com essa dificuldade, independente de a Presidência da CCAI no próximo ano não ser, de eu ter que ser substituída por razões regimentais, mas haverá um compromisso nosso de, conversando com o Senador Aloysio, e o Senador Aloysio é a nossa continuidade institucional da experiência e nós contamos sempre com ele nesse processo. É que acumular Relações Exteriores do Senado e algumas outras atividades dificulta a presença. Mas eu tenho certeza de que nós devemos votar, no horizonte, a realização do seminário internacional.

O segundo aspecto é o debate, por todas as instituições de Inteligência dos nossos órgãos, das propostas. Evidentemente que se fará uma seleção de eventuais projetos que não interessariam estar circulando pela internet. Mas na sua maioria, em um primeiro momento, provavelmente poucos merecerão maiores cuidados nossos.

Para que a gente possa criar um *link* de debate das instituições, quer seja a Inteligência da Defesa, quer seja a Inteligência das demais instituições das Forças Armadas, quer seja a Inteligência de outros órgãos da Polícia Federal, para que nós possamos fazer essa construção tendo em conta o pensamento e a experiência dos profissionais da Agência Brasileira de Inteligência, o vértice central dessa construção do pensamento da Inteligência no País, mas que também outros órgãos possam contribuir.

Então, nós vamos construir com a nossa assessoria e consultoria os dois movimentos. Desde já, nós vamos nos dirigir ao Ministro da Defesa para que possa construir conosco, com a CRE, com a Creden e a CCAI, este seminário – vamos ter, evidentemente, o apoio da Isis, que sempre tem colaborado nesse pensamento –, preparando o debate sobre as propostas.

Eu acabei, como disse aos senhores, o Deputado não estava aqui, de protocolar um projeto de lei, uma proposta construída com a experiência da Isis, que estabelece procedimentos, penalidades e controle judicial do uso e de meios e técnicas sigilosas de ações e de busca de informação pela atividade de inteligência de Estado, no âmbito da Abin. Vamos discutir com a Abin esse processo e fazer esse debate.

Temos que sair daqui com uma meta. Esta é a última audiência pública deste ano. Nós estamos em novembro. As nossas reuniões são mensais, na primeira terça-feira, a excepcionalidade foi desta, por conta do feriado. A nossa meta é publicar o registro de toda a acumulação feita até agora. Vamos estabelecer a retomada e a entrega ao Ministro Ricardo Berzoini da proposta apresentada também pela consultoria. Não podemos protocolar porque há um vício de origem. Vamos entregar à Comissão, Deputado Pastor Eurico. Vamos marcar, tenho certeza, também com o Senador Aloysio, para irmos ao Ministro Berzoini entregar a acumulação da nossa experiência.

V. Exª não estava aqui, mas eu disse que, assim que assumiu, prontamente, o Ministro Berzoini me recebeu, exatamente para colocar as nossas prioridades em relação à nova responsabilidade institucional que ele recebia. Com a abertura que lhe é peculiar, ele disse: “Vou me dedicar a absorver as contribuições que estão sendo previstas.” É evidente que eu já apresentei. “Ministro, o que eu quero é uma Agência Brasileira de Inteligência, com vínculo direto com a Presidência, com a dimensão com que ela necessita e com o seu reconhecimento.”

Nós temos essas metas.

Vamos concluir o nosso cronograma. Na próxima terça-feira, às 11h30min, nós estamos indo para o setor de inteligência do Ministério da Defesa, já prevendo isso, chamando os demais Parlamentares e apresentando o relatório desse processo de trabalho.

Nós recebemos aqui pela internet comunicação do Sr. Vitor Souza e do Sr. Thiago Marinho. O Sr. Vitor Souza se refere ao concurso, reafirmando a importância, e pergunta se tem alguma notícia do Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão. O Sr. Thiago Marinho coloca: “O debate é válido, mas precisa escutar principalmente quem atua diretamente nessa seara, polícias civis, militares, federais, agentes penitenciários. Os problemas são os mesmos.”

É muito interessante, Luciano, porque nós estamos, nesta audiência pública, escutando os principais agentes do Sistema de Inteligência e, na sua fala, o senhor lembrava que os demais agentes, que são o Ministério Público e as polícias militares, se beneficiarão das informações passadas, mas que, para a sociedade, é tudo a mesma coisa: a atividade de inteligência, a atividade da ação das polícias e do Ministério Público são mais ou menos a mesma coisa.

Eu acho muito interessantes as perguntas aqui colocadas.

Nós vamos passar a palavra para o Deputado Pastor Eurico, sempre Parlamentar, que acompanha com muita atenção e compromisso os desafios da Política de Inteligência, registrando aqui as ponderações que foram feitas em relação à Política Nacional de Inteligência levantadas pelos senhores e que nós vamos nos antecipar e comunicar essas preocupações e essas referências ao Ministro Ricardo Berzoini, que é hoje o responsável por isso.

Com a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. PASTOR EURICO (PSB - PE) – Sr^a Presidente, nobres expositores aqui presentes, aproveito para saudar também todos que aqui estão, os nossos ilustres Generais, representantes do nosso Exército, e demais outros aqui presentes. Quero dizer que é um momento importante esta reunião, apesar de ser praticamente a última, mas espero que possamos dar continuidade a esse trabalho.

Eu confesso que não sabia que era um tema tão seguido, assistido e acompanhado pela sociedade brasileira.

Desde o momento em que a Comissão aqui começou a fazer este trabalho, claro, ficamos com dificuldades, haja vista a Creden ter um membro que iria participar, inclusive do meu Partido, e que nós não iríamos nos digladiar pela vaga. Claro, apoiamos o nosso companheiro, como os demais outros ali deram o seu voto. De repente, eu comecei a vir pela representatividade da Liderança da Minoria, que é a junção dos partidos de oposição da Casa. O Presidente cedeu espaço para que eu viesse, nas suas ausências, e depois abriu espaço já de forma definitiva para que ficássemos.

Então, comecei a receber *e-mails* de vários lugares do Brasil, “n” perguntas. Nesse ponto, sim, eu digo que eu não sabia que havia um interesse tão grande das pessoas para saber mais sobre o sistema de inteligência, principalmente da Abin, de que quase não se ouvia falar de forma geral e aberta. As pessoas acompanham, inclusive passando informações, as atividades fins, atividades meio, quando houve concurso, por que parou, teve em 2008, depois em 2010 e não teve mais. Até o autor de um dos *e-mails*, acho que essa pessoa falou comigo hoje. Acho que é o Vitor, do meu Estado de Pernambuco. Foram exatamente essas as perguntas, e eu até disse lamentar as decisões que foram tomadas concernentes a concursos, pela questão do Brasil. Mas eu entendo que todos que por aqui passaram trouxeram-nos substanciais informações.

Deputada Jô Moraes, a senhora sabe que podemos até divergir politicamente, e acontece aqui em algumas situações, mas convergimos para o bem da sociedade, e nunca nos demos tão bem – não é que tenhamos nos dado mal em outra situação –, tão bem, tanto na Creden como aqui. Parabenizo V. Ex^a pela competência e seriedade em tudo o que faz. A senhora provou muito mais do que eu pensava. Eu me sinto muito feliz em ter trabalhado todo esse tempo ao seu lado e vejo que a sua preocupação é de produzir o melhor. Entendo que, se dependesse da sua pessoa, algumas coisas que aqui foram pleiteadas já estariam com o andamento mais engalopado, e não tão devagar, pelo sistema, por questão regimental.

Os nobres representantes que aqui estiveram, e acredito que tenham acompanhado, podem fazer coro comigo do seu trabalho. Mas estamos juntos e vamos continuar, na Comissão ou não, porque a causa é nobre. Entendemos que todos os setores de segurança de nosso País, Forças Armadas, forças auxiliares, os demais, têm sua parte de inteligência e fazem um bom trabalho que soma para o bem.

Lamentamos que, às vezes, a vaidade pessoal de alguns setores faça com que informações não se juntem e, com isso, passemos a ter problemas. Eu dizia, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, hoje, pela manhã, que, às vezes, em nome da segurança e, às vezes, por outro lado, da vaidade pessoal, as próprias Forças se digladiam. Houve um caso em Pernambuco em que dois setores de inteligência, um da Polícia Civil, outro da Polícia Rodoviária Federal, descobriram que, no assunto, que era o tráfico de armas e drogas, ambos estavam fazendo a mesma investigação. Os dois descobriram exatamente onde ia ser feita a troca de carro com os produtos. Chegou a Polícia Rodoviária e a Polícia Civil. E quando a Polícia Civil chega aqui, os policiais saem armados. Não deu outra: os bandidos levaram vantagem. Foram embora, e os nossos agentes de segurança ficaram trocando tiros. Um deles foi à fatalidade, até por essa falta de encontro de informações.

Entendo que, às vezes, há críticas, mas acho que o interesse ou a intenção maior é de produzir para o bem da segurança nacional. É lindo o que estamos vendo agora, Deputada. Eu já disse, em algumas entrevistas, que era bom que todo mês tivéssemos Copa do Mundo e Olimpíadas, porque nunca vi tanta integração na inteligência e na sua segurança como agora. Mas, depois que passa, parece que cada um vai para o seu lado. Aí quem perde é a sociedade, é o País. Agora, estamos bem integrados por causa das Olimpíadas. Nós fomos um referencial mundial em termos de segurança e inteligência nos grandes eventos que ocorreram no Brasil agora. E é claro, com certeza, vamos esperar que não tenhamos nenhuma surpresa e que possamos ter resultado positivo nas Olimpíadas, como tivemos em outras. Estão bem integrados.

Nas audiências que tivemos – V. Ex^a participou de várias –, todas as forças têm mostrado esse intercâmbio de informações e essa preocupação com a proteção. Acho que é importante protegermos o Brasil de uma crítica de falta de segurança após um evento desse. Mas o que me preocupa é que, após os grandes eventos, não há muita preocupação com as críticas que irão acontecer não com os resultados dos grandes eventos, mas com os grandes resultados da população, que sofre, sendo vitimada por situações adversas, como tráfico de drogas, armas e tantas outras coisas. É a sociedade que perde.

Eu encerro aqui fazendo um lamento, porque foi triste para mim ouvir do Ministro da Justiça de nosso País, em uma audiência pública: “Nós estamos perdendo a guerra para o crime organizado.” Isso dói, porque ouvir isso do Ministro fez com que se espalhassem por este Planeta comentários tristes de que nós estamos perdendo. Eu acho que não estamos. Nós temos inteligência suficiente e capacidade suficiente no Brasil para vencer essa desgraça. O que falta é maior investimento, maior integração. E, claro, se você precisa aumentar o contingente e junta essas pessoas tão nobres e inteligentes que buscam o melhor para a Nação, nós iremos ter, com certeza, a vitória sobre todo e qualquer pleito negativo que seja encabeçado pelo narcotráfico, crime organizado ou coisa semelhante. A vitória tem que ser do Brasil, do povo, daqueles que lutam por esta causa.

Parabenizo V. Ex^a, os expositores e todos os presentes. Estamos juntos para somarmos. Eu posso não apagar o fogo, mas prefiro ser aquele beija-flor soltando minha gotinha de água, fazendo minha parte. Aprendi isso com V. Ex^a. E vamos levar.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Parabéns, Deputado. Terminou com um pouco da poesia do Nordeste, tão bem representada. V. Ex^a já provocou também um pronunciamento do Carlo Pegoraro Nicoloso falando sobre excelente matéria: Política Nacional de Inteligência necessita de uma grande reforma. Nossa política é defensiva e reativa, ou seja, só atua quando solicitada ou atacada. Agradeço os comentários.

Queria lembrar que nós ainda teremos, em dezembro, nossa última reunião para apresentar relatórios e encaminhamentos que teremos que dar a este processo. Nós passaremos ao Ministro Berzoini – evidentemente, ele deve estar acompanhado –, de forma mais sistematizada, as indicações, sugestões e propostas dos senhores aqui presentes em torno da adequação da atualização da PNI.

Agradecendo, queria de público dizer que, sem dúvida nenhuma, depositarei nas mãos de V. Ex^a a responsabilidade de dar continuidade, porque, fora da Presidência da Creden, eu não devo participar mais da CCAI, mas, com toda certeza, em alguma reunião, pedirei autorização para vir. Mas confio em V. Ex^a, um dos mais frequentadores, para ser aquele que vai dar continuidade a essa briga.

Confio, Deputado Pastor Eurico. Eu vou para além: os criminosos deste País não nos derrotarão, porque há, na sociedade brasileira, o sentimento de defesa dos seus familiares, do seu País. E estamos cada vez mais avançando nesse processo de integração e de articulação da Política Nacional de Inteligência brasileira.

Agradecendo a todas e a todos, nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.)

Já sabe pesquisar o diário na Internet? Siga o passo a passo!



Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.

Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

